

EDMILSON DE JESUS VAZ MOREIRA

**AS RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS
ENTRE CABO VERDE E PORTUGAL DESDE 1975
À ATUALIDADE**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2016

EDMILSON DE JESUS VAZ MOREIRA

**AS RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS
ENTRE CABO VERDE E PORTUGAL DESDE 1975
À ATUALIDADE**

Dissertação defendida em provas públicas para a
obtenção do grau de Mestre em Diplomacia e Relações
Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias no dia 26 de Outubro de
2016, com o Despacho Reitoral nº 223/2016 com a
seguinte composição de Júri:

Presidente do Júri: Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva

Arguente: Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos

Orientador: Prof. Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2016

Epígrafe

Entre Cabo Verde e Portugal existe uma relação de grande afetividade e marcada pela estabilidade que ultrapassa as contingências da própria História. É uma relação que é transversal a várias áreas.

Eugénio Anacoreta Correia

Dedicatória

A todos àqueles que acreditam no poder da Diplomacia como principal ferramenta para o relacionamento pacífico e harmonioso entre os Estados e os Povos.

Agradecimentos

A Deus, pela bênção, proteção e pelo amparo principalmente nos momentos menos bons e que me permitiu sempre seguir em frente.

Depois, quero agradecer muito especialmente aos meus pais Fernando Mendes Moreira e Alcinda Vaz que me permitiram realizar esse sonho. Amo-vos muito.

À minha avó Nha Nanda e ao meu avô Nicolau pelas sábias lições de amor, honestidade, coragem e respeito.

À Dulce, ao Manuel, ao Luís, à Jéssica e à Patrícia, pela receção e disponibilidade em me ajudar em todos os momentos. Foram, de facto, determinantes nesta etapa da minha formação académica.

Aos meus irmãos que nunca duvidaram das minhas capacidades, agradeço o apoio, carinho, atenção, motivação e compreensão.

Também quero agradecer à Fundação Cidade de Lisboa (FCL), especialmente ao Senhor Engenheiro Álvaro João Duarte Pinto Correia, à Doutora Manuela Almeida e à Doutora Elisabete Martins, pela confiança e oportunidade que me proporcionaram de continuar os meus estudos.

Tenho também uma dívida de gratidão à Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) e à Empresa Lusitânia Seguros por terem financiado os meus estudos mesmo numa altura de enormes dificuldades económico-financeiros que Portugal atravessa.

Ao professor Doutor José Filipe Pinto pela excelente orientação científica, dedicação, motivação, respeito e amizade.

Aos Doutores André Corsino Tolentino, Manuel Correia e Eugénio Anacoreta Correia por me concederem as entrevistas com vista a enriquecer o trabalho.

Por fim, mas não menos importante, quero deixar aqui uma palavra de apreço, amizade e gratidão aos meus amigos, principalmente, Marilda Moreno, Bruno Gomes, Anilton Martins, Carlos Cabral, Lucien Vilhalva e Abrão Martins.

O meu muito obrigado a todos.

Resumo

Cabo Verde e Portugal possuem relações históricas e culturais que vêm desde a época dos descobrimentos portugueses e que perduram até hoje, adquirindo, após a independência do arquipélago, uma dimensão também política.

Cabo Verde é um país pequeno, com poucos recursos e muito dependente do exterior, por isso, o país procura estabelecer e estreitar relações diplomáticas e económicas, com Estados e Organizações Internacionais para sobreviver num mundo globalizado e complexo.

A desburocratização do aparelho estatal e a credibilidade externa criam, obviamente, um ambiente favorável ao investimento estrangeiro no arquipélago. A estratégia diplomática, como componente da sua política externa, constitui pedra basilar para a viabilidade, presente e futura, do arquipélago.

As relações político-diplomática entre Cabo Verde e Portugal são uma questão de grande relevância para a compreensão da evolução da vida política do arquipélago.

Com esse trabalho procura-se analisar de que forma o processo de colonização não impediu, posteriormente, que os dois países se relacionassem política e diplomaticamente, ultrapassando com celeridade a relação colonial. Para tal, procede-se ao estudo dos objetivos de Cabo Verde e de Portugal nas suas relações diplomáticas e da forma como os governos têm vindo a trabalhar para promover e estreitar essas relações. Será, ainda, lançado um olhar sobre essas relações político-diplomáticas na atualidade como forma de traçar um cenário prospetivo das mesmas.

Palavras-chave: Cabo Verde, Portugal, Relações Político-Diplomáticas, Acordo Cambial, Parceria Estratégica - União Europeia - Cabo Verde.

Abstract

Cape Verde and Portugal have historical and cultural links that come from the time of the Portuguese discoveries and remain until today, acquiring, after the independence of the archipelago, also a political dimension.

Cape Verde is a small country with few resources and too dependent on the outside, and therefore, the country seeks to establish and strengthen diplomatic and economic relations with States and International Organizations to survive in a globalized and complex world.

The bureaucracy of the State apparatus and the external credibility create, obviously, a favorable environment for foreign investment in the archipelago. The diplomatic strategy, as a component of its foreign policy, is the cornerstone for the viability, present and future, of the archipelago.

The political and diplomatic relations between Cape Verde and Portugal are a matter of great importance for understanding the evolution of the archipelago's political life.

This study aims to examine how the process of colonization did not prevent that, in a subsequent phase, the two countries become politically and diplomatically engaged, quickly surpassing the colonial relationship. In order to do this, the study proceeds to the study of Cape Verde and Portugal goals in their diplomatic relations, and how governments have been working to promote and strengthen these relationships. It will also cast a glance over these political and diplomatic relations nowadays as a way to draw a prospective view of them.

Key-words: Cape Verde, Portugal, Political and Diplomatic Relations, Foreign Exchange Agreement, Strategic Partnership -European Union - Cape Verde.

Lista de siglas

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ACP - África, Caraíbas e Pacífico
ANP - Assembleia Nacional Popular
BM - Banco Mundial
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA - Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África
CRCV - Constituição da República de Cabo Verde
CRP - Constituição da República Portuguesa
CNE - Comissão Nacional de Eleições
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
CONGEL - Companhia de Pesca e Congelação de Cabo Verde
CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE - Comunidade Económica Europeia
DGACCP - Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesa
EUA - Estados Unidos da América
EU - *European Union*
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
FIL - Feira Internacional de Lisboa
FARN - Frente Ampla de Resistência Nacional
IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPRI - Instituto Português de Relações Internacionais
INE - Instituto Nacional de Estatísticas
IT - Importação Temporária
LOPE - Lei da Organização Política do Estado
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MFA - Movimento das Forças Armadas
MRAB - Migração, Remessas, Ajuda e Burocracia
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MpD - Movimento para a Democracia
MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
NATO - *North Atlantic Treaty Organization*
OTAN - Organização do Tratado Atlântico Norte
OPEC- *Organizarion of Petroleum Export*
OUA - Organização da Unidade Africana
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAA - Política, África, Ásia
PIC - Programa Indicativo de Cooperação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PTS - Partido do Trabalho e da Solidariedade
PSD - Partido Socialista Democrata
PRD - Partido da Renovação Democrática
PCD - Partido da Convergência Democrática
PDM - Países do Desenvolvimento Médio
PEC - Pacto de Estabilidade e Crescimento
RI - Relações Internacionais
PMA - Países Menos Avançados
UEO - União da Europa Ocidental
UDCV - União Democrática de Cabo Verde
UPICV - União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde
UE - União Europeia
UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UA - União Africana
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
UCID - União Cabo-Verdiana para Independência de Cabo Verde

Índice Geral

Epígrafe	3
Dedicatória	4
Agradecimentos	5
Resumo	6
Abstract	7
Lista de siglas	8
Índice Geral	10
Introdução	12
Metodologia.....	15
Capítulo 1: Contextualização e Estado da Arte.....	17
1.1-Os Estados e a política externa, o contexto como fator de diferenciação	19
1.2-Definição do conceito de Diplomacia, seus intervenientes e evolução.....	27
1.3-As Relações Internacionais, as suas teorias.....	35
Capítulo 2: As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à Atualidade.....	45
2.1-Cabo Verde: o 5 de julho, a influência do 25 de Abril de 1974, contexto, processo e intervenientes	45
2.2-Características das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal no período do monopartidarismo	60
2.3 - A formação do MpD, as outras forças políticas e as primeiras eleições livres e democráticas.....	72
2.4 - Características das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal a partir da abertura ao multipartidarismo. Continuidade ou rutura?	74
2.5-A alternância democrática em Cabo Verde e a sua relevância no panorama político cabo-verdiano	83

2.6-O Acordo Cambial entre Cabo Verde e Portugal e a sua importância política para os dois países.....	86
2.7-Papel de Portugal na Parceria Estratégica entre a União Europeia e Cabo Verde.....	89
 Capítulo 3- As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal atualmente: Da visão das elites à visão prospetiva	99
 3.1-A visão das elites	99
3.2- A visão prospetiva	100
 Conclusão	104
Bibliografia.....	108
webgrafia	113
Índice remissivo	118
Apêndices.....	124
Anexos.....	125

Introdução

As relações de ordem diplomática, económica, cultural e técnica são aspetos essenciais para os diferentes Estados e organizações internacionais no contexto do mundo globalizado e, por conseguinte, complexo em que se vive na atualidade.

Cabo Verde, como país que quer estar no concerto do mundo moderno, possui como um dos pontos estratégicos a abertura ao mundo exterior com vista a acompanhar o curso da História, através da vontade de conviver com outros pontos de vista e com outras mundividências.

O arquipélago possui uma relação muito estreita em variados domínios com Portugal, o que demonstra uma estratégia de abertura na qual não existem resquícios da anterior situação colonial.

Esta dissertação procura historiar as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 até à atualidade. Um estudo que exigirá conhecimento histórico, cultural e político, tanto de Cabo Verde como de Portugal, pois pretende ter profundidade, rigor e clareza científica na análise dos diferentes contextos políticos, económicos e sociais pelos quais ambos os países já passaram e perceber como, ao longo do tempo, funcionou o aparelho político-administrativo dos dois Estados em estudo, mas sobretudo de Cabo Verde.

Para dissertar sobre esses assuntos optou-se por estruturar esse trabalho em três capítulos, antecidos da introdução e seguidos da conclusão.

Assim, no primeiro capítulo far-se-á uma contextualização teórica e o estado da arte. Abordou-se, designadamente, a forma como o contexto político de cada país condiciona a sua política externa. No mesmo capítulo falou-se, ainda, da definição do conceito de diplomacia, os seus intervenientes e a sua evolução ao longo do curso da História e também se procedeu a uma reflexão sobre as relações internacionais, as suas teorias e as conjunturas políticas, económicas e sociais dos Estados.

O segundo capítulo incidirá sobre o assunto essencial da dissertação, ou seja, as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade. Deste modo foi feita uma alusão à independência do arquipélago e à influência do 25 de Abril de 1974 ocorrido em Portugal no processo descolonizador. Estudou-se, igualmente, as características das relações entre esses dois países durante o período do monopartidarismo em

Cabo Verde e de que forma as relações político-diplomáticas entre os dois países evoluíram a partir da abertura ao multipartidarismo, na tentativa de perceber se houve uma continuidade ou rutura relativamente à fase anterior.

Neste ponto, falou-se sobre a questão dos anos noventa em Cabo Verde, a onda de democratização e desenvolvimento do país, o contexto do processo e os principais intervenientes. Sendo assim, foram analisadas as grandes transformações nesse período no arquipélago, as suas causas e consequências, a formação do MpD e de outras forças político-partidárias e as primeiras eleições livres.

Mais à frente abordou-se a questão da alternância democrática em Cabo Verde e a sua relevância política para o arquipélago. Um outro aspeto também importante e que, por conseguinte, também foi analisado, foi o Acordo Cambial entre Cabo Verde e Portugal. Nesse capítulo foi, ainda, referido o papel de Portugal na Parceria Estratégia entre a U.E e Cabo Verde.

No terceiro, e último capítulo, foram abordadas as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal na visão das elites, uma vez que foram recolhidos depoimentos de personalidades com um papel ativo na Diplomacia do arquipélago.

Finalmente, foi feita uma análise prospetiva sobre as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal.

Considera-se que o tema em estudo é extremamente importante visto que hoje em dia as relações – políticas, económicas, sociais, culturais, diplomáticas e técnico-científicas – entre os Estados são cada vez mais complexas e difíceis e, por isso, analisá-las constitui uma responsabilidade e um desafio enorme para quem se preocupa com uma temática que envolve as Relações Internacionais, a Ciência Política e a Diplomacia.

A escolha do tema da dissertação deveu-se ao facto do mestrando ser um aluno cabo-verdiano, interessado nos assuntos políticos do arquipélago e que procura perceber as linhas orientadoras da política externa e da diplomacia de Cabo Verde, isto é, a forma de Cabo Verde estar no mundo.

Quanto à opção em estudar as Relações Político-Diplomáticas de Cabo Verde com Portugal, deveu-se ao facto de Portugal ser um dos países com o qual Cabo Verde possui uma relação muito próxima e, sendo assim, analisá-la e compreendê-la é essencial para a compreensão de todas as vicissitudes no âmbito dos meandros da política desses dois Estados.

Face ao exposto, constata-se que o principal objetivo desta dissertação é analisar e estudar a forma do relacionamento político e diplomático entre Cabo Verde e Portugal desde a independência do arquipélago até à conjuntura atual.

Assim sendo, com a dissertação far-se á uma viagem de análise das relações históricas, culturais, políticas, económicas, sociais e sobretudo as relações diplomáticas entre esses dois Estados com vista a perceber todo esse processo e as suas reais consequências – internas e externas – e o que o futuro lhes reserva.

Com esta dissertação procura-se encontrar resposta para as seguintes perguntas ou questões de partida:

- Qual tem sido o papel das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal na abertura do arquipélago ao contexto político internacional?
- Até que ponto essas relações são benéficas para Cabo Verde?
- Este relacionamento corresponde à maneira cabo-verdiana de estar no mundo?

Como forma de procurar essas respostas optou-se pela metodologia que, em seguida, se apresenta.

Metodologia

No que concerne à metodologia recorreu-se ao método qualitativo e a várias técnicas, sendo que a principal foi a pesquisa bibliográfica.

O acervo bibliográfico foi consultado em várias bibliotecas de Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, Biblioteca Municipal Palácio Galveias, Biblioteca Universitária Victor de Sá, Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa e Embaixada de Cabo Verde em Portugal.

Nesses locais, também foram consultados teses, *sites* e artigos científicos relacionados com o tema em estudo e produzidos por especialistas nas áreas da História, Ciência Política, Diplomacia e Relações Internacionais.

Também se procedeu ao estudo das Constituições, das revisões constitucionais e da legislação, com vista a compreender o quadro legal dos dois países em análise.

Uma outra técnica utilizada foi a da entrevista a algumas personalidades conhecedoras da realidade política e diplomática de Cabo Verde e Portugal, visando um cabal esclarecimento sobre algumas questões importantes para esse estudo.

Assim, optou-se por entrevistar André Corsino Tolentino, um antigo Embaixador de Cabo Verde em Portugal, portanto, o principal representante da diplomacia cabo-verdiana em Portugal entre 1981 a 1984. Além disso, trata-se de um investigador e uma personalidade de referência no panorama político cabo-verdiano.

Também foi entrevistado o Professor Doutor Manuel Correia, antigo Presidente do IPAD, por ter desempenhado um papel relevante no que diz respeito à cooperação entre Cabo Verde e Portugal. Essa personalidade, em virtude do cargo que ocupava, também teve uma intervenção importante aquando do processo da discussão da questão da Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde.

Para além destas duas personalidades, Eugénio Anacoreta Correia, antigo Embaixador de Portugal em Cabo Verde e cidadão Honorário de Cabo Verde, também foi uma das vozes ouvidas sobre diversas questões importantes para esse estudo. Essa personalidade fez uma análise da sua época como Embaixador, analisou o atual contexto das relações entre os dois países e traçou uma visão futura dessas relações.

Importa referir que também se tentou entrevistar a atual Embaixadora de Cabo Verde em Portugal, Madalena Neves. Porém, a agenda da Embaixadora não lhe permitiu conceder, em tempo útil, a entrevista. Como tal, o mestrando procurou, insistentemente, ouvir a atual Cônsul-Geral de Cabo Verde em Portugal, Edna Marta, mas, também neste caso, não foi possível conseguir ouvir essa personalidade.

No que concerne às entrevistas realizadas, foram recolhidas através de um guião oportunamente disponibilizado aos entrevistados.

Ainda no que diz respeito às fontes, a internet também foi importante na recolha de alguns dados, nomeadamente, das percentagens das eleições disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e dos documentos oficiais do PAICV e do MpD onde se incluem os estatutos e a linha de orientação política dos dois principais partidos do espectro político cabo-verdiano.

Também foram objeto de pesquisa alguns documentos considerados importantes nos *sites* oficiais dos Governos de Cabo Verde e de Portugal. Documentos que abordam questões sobre a política, economia, sociedade, diplomacia e relações internacionais.

Finalmente, no que concerne às normas para a elaboração e apresentações de trabalhos vigentes na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias(ULHT), foi respeitado o Despacho Reitoral n.º 30/2014, de 7 de julho, e utilizada a normada *American Psychological Association* (APA).

Capítulo 1: Contextualização e Estado da Arte

Cabo Verde é um país que se situa na Costa Ocidental africana, foi uma antiga colónia portuguesa, conseguiu a sua independência em 1975 e, portanto, possui ainda uma jovem democracia onde a estabilidade política constitui um elemento essencial que os governantes e a sociedade civil em geral pretendem preservar.

Portugal é também um país pequeno, que se situa no Sul da Europa, foi dono de um grande Império construído a partir da epopeia dos Descobrimentos, e, desde o 25 de Abril de 1974, é um país democrático.

A história desses dois países só se iniciou, realmente, depois da independência de Cabo Verde, mas começou a entrelaçar-se com a expansão portuguesa quando, em 1460, Portugal descobriu o arquipélago de Cabo Verde e, a partir de 1462, começou a povoá-lo, sendo que a influência portuguesa no arquipélago continuou ao longo de vários séculos e mantém-se até hoje porque a marca portuguesa é visível na língua, cultura, sociedade e em todo aparelho político-administrativo.

Durante vários séculos de relações aconteceram fenómenos positivos e negativos, como é inerente ao fenómeno da colonização. No entanto, todo esse processo não constituiu obstáculo para que, a partir de 1975, os dois países se relacionassem e procurassem não cometer os erros do passado, mas sim trilhar um caminho de liberdade, igualdade e, sobretudo, de respeito mútuo.

As relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde a independência até aos nossos dias é um assunto que levará a analisar, refletir e conhecer o percurso histórico desses dois países e a forma como política e diplomaticamente se relacionam esses dois Estados.

Sobre essa temática, encontram-se alguns livros que já abordaram o tema, caso da obra *As relações externas de Cabo Verde. (Re) leituras contemporâneas*, organizado por José Pina Delgado, Odair Barros Varela e Suzano Costa. Este livro consta na bibliografia e conta com a participação de autores com diversas visões políticas.

Um outro livro igualmente importante e que explora várias questões da política cabo-verdiana, intitulada *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*,

tem como organizadores Cristina Montalvão Sarmento e Suzano Costa. Este livro também consta na bibliografia pois possui elementos importantes para a dissertação.

Também podem ser consultados alguns trabalhos académicos que versam sobre a mesma temática, como é o caso da tese de Mestrado de Fernando António Pais Marques Ferreira, intitulada, “*O modelo de desenvolvimento de Cabo Verde. O papel do Acordo Cambial com Portugal e uma possível adesão à União Europeia*”, defendida em Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Este trabalho aborda essencialmente a questão do Acordo Cambial entre Portugal e Cabo Verde e o seu impacto na consolidação das relações entre os dois países e no desenvolvimento do arquipélago cabo-verdiano. Também nessa mesma dissertação o autor aborda a questão da relevância que a Parceria Especial poderá ter na vida política de Cabo Verde.

Também é possível recolher informações importantes na dissertação de Mestrado de Amarílis Barbosa Martins, defendida em 2009 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa cujo título é “*As relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*”, embora a autora se debruce tanto sobre as relações entre Cabo Verde e Portugal antes da independência como depois da independência enquanto esta dissertação está focada apenas no período pós-independência.

Sobre as relações político-diplomáticas entre o arquipélago e Portugal também existe um livro, intitulado *Portugal, dez anos de política de cooperação*, da autoria do antigo Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, no período em que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Esse autor, para além de falar da política de cooperação que Portugal possui com as outras antigas colónias, também dedica uma parte do livro à questão da cooperação entre Portugal e Cabo Verde e reflete, principalmente, sobre a relevância da APD portuguesa no crescimento e no desenvolvimento de Cabo Verde.

É justo referir que todos esses livros, outros trabalhos académicos e *sites* que foram consultados, desempenharam um papel muito relevante numa melhor compreensão sobre a temática das relações políticas, económicas, sociais, culturais e diplomáticas que de facto existem entre Cabo Verde e Portugal.

1.1. Os Estados e a política externa, o contexto como fator de diferenciação

Os Estados são os principais atores nas relações internacionais e, sendo assim, todas as suas ações e decisões afetam – positiva ou negativamente – a vida política internacional.

Entre 1618 e 1648 houve uma guerra denominada Guerra dos Trinta Anos que deixou a Europa Central de rastos e com graves problemas de doença, fome e outras chagas sociais. Motivos políticos e religiosos estiveram na génese desse conflito e houve dois grupos que estiveram no epicentro da guerra: os católicos e os protestantes.

Sendo assim, seria imprescindível haver um conjunto de acordos e compromissos para fazer face à situação caótica que se vivia.

A paz de Vestefália, assinada em 1648, foi e continua a ser, um marco na história das relações internacionais, dado que, a partir desse momento, os Estados passaram a ser os principais atores internacionais, vencendo os antigos modelos de cidades-estados, impérios ou principados.

Segundo Kissinger, (2014, p.13) “a paz de Westefália traduzia um compromisso prático e realista e não uma visão moral unívoca”. O mesmo autor acrescenta que “esta paz assentava num sistema de Estados independentes que se abstinham de interferir nos assuntos internos uns dos outros e que limitavam as ambições dos outros mediante um equilíbrio geral do poder”.

Já Cravinho, (2008, p.62) escreve que “a transição vestefaliana é caracterizada pelo gradual desaparecimento de uma ordem onde a autoridade política do clero e da nobreza se fazia sentir de forma descentralizada” [...] Este mesmo autor acrescenta que “dois princípios norteiam esta nova ordem. Primeiro, impõe-se a doutrina da independência dos poderes políticos em relação à Igreja Católica e o Santo Império Romano: Respublica Christiana, é formalmente abandonada pela aceitação desde princípio. Segundo, e corolário do primeiro princípio, estabelece-se que os Estados não devem interferir nos assuntos internos dos outros Estados. Ou seja, estes princípios vieram estabelecer a independência dos Estados em relação à Igreja e a independência dos Estados em relação uns aos outros, e isto conforme Cravinho, (2008, p. 62), “são as duas traves fundamentais que sustentam o aparecimento desta nova ordem internacional, uma ordem claramente estatocêntrica”.

Uma vez restabelecida a paz e a ordem, estavam reunidas as condições para um equilíbrio do poder, que era uma coisa «natural e desejável», reduzindo os conflitos, defendendo a paz e promover o progresso.

Um outro aspeto também extremamente importante e que demonstra a importância da paz de Vestefália no mundo atual, é que este tipo de organização das nações em Estados soberanos foi criado apenas com o intuito de pôr fim ao conflito. No entanto, reconhece Kissinger, (2014, p. 14) “neste sentido, a concertação europeia para pôr termo ao conflito acabou por moldar e prefigurar as tendências modernas”, ou seja, “reservar o juízo absoluto em favor do prático e do ecuménico e procurar destilar a ordem a partir da multiplicidade e da contenção”.

Em linhas gerais o Tratado de Vestefália tinham os seguintes princípios; “Os Estados da sociedade internacional estavam organizados territorialmente” e possuem hierarquia política interna e são soberanos. E esta soberania implica que a nível interno não haja poderes superiores aos Estados e que a nível externo não haja subalternização do Estado em relação a qualquer entidade ou organizações.

Um outro princípio igualmente importante é o do direito que assistem aos Estados de não sofrerem “ingerências externas nos seus assuntos internos”. Também os Estados devem corresponder e “não intervir nos assuntos internos dos outros Estados”, com vista que haja manutenção da ordem internacional.

E os Estados, “independentemente o seu tamanho, localização, população ou poderio militar, todos os Estados passaram a ser considerados iguais no que diz respeito aos seus direitos e obrigações”. E, finalmente, “todos os Estados soberanos têm a obrigação de respeitar os seus compromissos, pois, se não o fizessem, põem em causa a viabilidade do sistema internacional” [...]. (Cravinho, 2006, pp. 64-65)

Na verdade, esses princípios são fundamentais na compreensão da realidade política internacional e na dinâmica do relacionamento entre os Estados. No entanto, segundo alguns autores as decisões tomadas em Vestefália não tinham como propósito serem tão abrangentes. Assim, Kissinger, (2014, p.14) afirma que “os negociadores seiscentistas que redigiram a paz de Vestefália não julgaram estar a assentar as fundações de um sistema aplicável a todo o mundo”.

Apesar de algumas controvérsias, o Tratado de Vestefália continua a ter um papel decisivo no relacionamento político entre os diferentes Estados de todo o Mundo e na compreensão do mundo contemporâneo.

É importante destacar que antes da génese do Estado, como elemento politicamente organizado e com capacidade de zelar pela ordem e progresso das sociedades, vivia-se num clima de desordem e anarquia social, onde o uso da força se revelava essencial na defesa dos interesses. Thomas Hobbes caracterizava este panorama sociopolítico como sendo o «estado de natureza», onde os homens não se respeitavam, havia uma grande competitividade e luta de todos contra todos em busca da sobrevivência.

Sendo assim, este autor defendia a passagem para o «estado de sociedade», com a criação de um Estado absoluto, com leis rígidas e sancionatórias que pudessem orientar e organizar a vida social e política.

O poder absoluto seria um poder não partilhado e que conferia ao rei a capacidade e a total liberdade de decidir sobre os assuntos públicos e privados, sendo que todos os súbditos lhe deviam obediência.

Ao longo de séculos de História, a crescente tomada de consciência por parte dos povos acerca dos seus direitos e liberdades levou a que houvesse levantamentos populares, revoluções e outras manifestações políticas que permitiram que o modelo de Estado absoluto construído no mundo ocidental perdesse relevância política. Por outro lado, o modelo de Estado liberal e democrático passou a ser encarado por parte dos povos como um imperativo com vista a permitir a vida em liberdade e em paz, uma condição essencial para que se atingisse o tão desejado progresso das sociedades.

A este propósito, Tolentino constata que

“na análise da passagem do Estado absoluto ao Estado nacional, verificou-se o deslocamento do princípio da legitimidade política do eixo da soberania dinástica, ordenação divina, direito histórico e coesão religiosa, para o eixo da soberania popular electiva, a laicidade e a separação dos poderes e o patriotismo” (Tolentino 2007, p. 107).

Ao longo da História as explicações acerca da origem do poder estatal conheceram diversos momentos e o indivíduo, sendo imprescindível na vida dos Estados e das sociedades, foi sendo encarado de diferentes formas, visto que possui um papel importante na dinâmica social.

Paulatinamente, àqueles que outrora eram denominados de súbditos passaram a ser encarados como cidadãos com plenos direitos, deveres, liberdades e garantias. As sociedades tornaram-se mais complexas e os Estados passaram a ter mais responsabilidades no desempenho das suas diferentes funções.

A manutenção da ordem é uma das principais funções dos Estados e, também o Estado moderno, como espaço político, procura ao mesmo tempo assegurar o respeito pelos direitos humanos, a democracia, o liberalismo, a administração da justiça, a unidade e a estabilidade social e a regulação do mercado, entre outras tarefas.

Daí que o papel de qualquer Estado moderno se afigure de enorme complexidade, dadas as enormes transformações sociopolíticas que as sociedades tiveram ao longo dos tempos.

No âmbito da Ciência Política, um Estado é uma organização política que possui três elementos fundamentais: território, população e poder político. O Estado possui o poder soberano para tomar as suas principais decisões dentro de uma área territorial delimitada e os outros Estados não têm direito de se imiscuírem nas decisões internas e na elaboração da política externa dos outros Estados.

Conforme Gonçalves, et.al.,

“somente o Estado formula e executa política externa. Embora existam diferentes atores internacionais, o Estado se distingue dos demais porque é o único deles que dispõe de uma estrutura institucional e reconhecimento jurídico para atuar no sistema internacional como legítimos representantes do povo” (Gonçalves, et. al., 2014, p.60).

Quando se analisa as questões do Poder e da sua relevância na vida política dos Estados, é imprescindível referir que existem três poderes fundamentais de um Estado soberano, de acordo com a tripartição de Montesquieu: Poder legislativo, poder executivo e poder judicial.

Por poder legislativo entende-se como a faculdade de fazer as leis que possam reger a vida social e política. Nas democracias liberais as leis são feitas no Parlamento, que é um dos órgãos essenciais da soberania, e, por isso, os deputados eleitos pelo povo é que estão encarregues de participar nesse processo de feitura das leis. Já o poder executivo, embora dependendo do sistema de governo, pertence aos governos que executam as leis respeitando a Constituição e os cidadãos e em nome da estabilidade social, política e económica. Os Tribunais são os órgãos que têm por missão julgar os cidadãos de acordo com a Constituição. E o Tribunal Constitucional¹fiscaliza a constitucionalidade das leis criadas pelo poder legislativo. É fundamental que os juízes sejam pessoas idóneas, responsáveis imbuídas de um

¹Cf. Constituição da República de Cabo Verde, 2ª Revisão Ordinária, 2010. Assembleia Nacional. Artigo número 215, número 1- O Tribunal Constitucional é o tribunal ao qual compete, designadamente, no que se refere a: Alínea a) Fiscalização da Constitucionalidade e legalidade nos termos da Constituição.

espírito de missão e, sobretudo, pessoas independentes e com um apurado sentido ético e moral assegurando assim transparência e razoabilidade na tomada das decisões.

As decisões dos Estados dependem muito da conjuntura internacional e as linhas orientadoras da política externa dos diferentes Estados são distintas dada a importância política que cada Estado representa no sistema internacional.

Ou seja, dentro do cenário internacional, cada Estado deve ter a consciência das suas virtudes e das suas fraquezas e delinear, de forma consciente, rigorosa e pragmática as suas prioridades e os objetivos a atingir a curto, médio e longo prazo.

O teórico português Borges Macedo no seu livro *História diplomática portuguesa - constantes e linhas de força – estudo de Geopolítica* fala, entre outros assuntos, da responsabilidade que os pequenos Estados devem ter em relação às suas potencialidades e das suas fragilidades.

Esse autor constata que os pequenos Estados têm grande facilidade em detetar as suas fragilidades e isso permite-lhes moldar as suas políticas externas com vista a diminuir as suas fragilidades, tirando proveito das condições estratégicas de que dispõem. Sendo assim, é isso que lhes permite uma melhor inserção no contexto político internacional. Este autor exemplifica este facto com a própria História de Portugal, ou seja, Portugal, um país pequeno comparativamente a muitos países da Europa, com poucos recursos, situado no Sul da Europa, soube desempenhar um papel importante na descoberta de novos mundos e, durante a sua História, procurou sempre aliar-se com as grandes potências – caso da aliança com a Inglaterra – para conseguir fazer face aos seus problemas internos e, ao mesmo tempo, alcançar os seus objetivos internacionais.

No entanto, este mesmo autor reconhece que, apesar de relações privilegiadas e estratégicas que Portugal conseguiu estabelecer e manter com grandes potências ao longo da sua História, o país nunca perdeu a consciência do seu espaço e da sua importância no contexto das outras nações e soube estrategicamente tirar partido da sua localização geoestratégica.

No que se refere à questão sobre a política externa pode-se dizer que esta é constituída por um conjunto de objetivos políticos, económicos e sociais que um determinado Estado procura atingir na sua relação com os demais países e Estados do Mundo, sendo pensada e orquestrada de forma prudente e realista pelos dirigentes políticos para o bem dos Estados que representam.

Para Suzano Costa a definição clássica da política externa é dada por Walter Carlsnaes e envolve

“those actions which, expressed in the form of explicitly stated goals, commitments or directives, and pursued by governmental representatives acting on behalf of their sovereign communities, are directed towards objectives, conditions and actors – both governmental and non - governmental – which they want to affect and which lie beyond their territorial legitimacy”².

No entender do antigo Diplomata português José Calvet de Magalhães, (2005, pp.22-23) a política externa é “o sector da actividade do Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro Estado ou grupo de Estados”. O mesmo autor apresenta uma outra definição da política externa, definindo-a “como o conjunto das decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo”.

Nessas duas definições de política externa que Calvet de Magalhães formula, fica patente a noção de relações entre diferentes Estados no contexto exterior com vista a obter ganhos mútuos. Essas relações entre os Estados são fundamentais na dinâmica da política internacional e facilitam a cooperação e entendimento entre esses mesmos Estados.

Suzano Costa constata que a “análise empírica da política externa das potências internacionais, sejam elas as grandes e poderosas, pequenas e frágeis, permitir-nos-á compreender o decurso, a evolução, as rupturas e continuidades na história política mundial”, e isso contribui para “a adopção de opções politicamente inteligíveis como garante da paz e prosperidade das nações”³.

No panorama político mundial a *foreign policy* é cada vez mais atribuído maior valor, visto que uma boa programação da política externa de um Estado é fundamental para atingir os objetivos definidos.

Há, porém, uma grave confusão no uso do termo política externa e diplomacia. Mesmo os internacionalistas e os mais entendidos na matéria cometem esse erro o que, obviamente, dificulta uma maior e melhor entendimento desta importante temática.

A política externa e a diplomacia são dois conceitos distintos, embora fortemente relacionados, e, sendo assim, devem ser analisados com rigor e profundidade científica com vista a evitar a constante mistura de conceitos distintos.

² Cf. *A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, Europa e as Américas*, versão pdf, consultado a [18/07/2015]

³ Idem

O estudo da política externa desenvolveu-se muito sobretudo após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), devido ao aparecimento de novos Estados, novas organizações internacionais e, também, devido ao desenvolvimento da área das relações internacionais e das teorias que a caracteriza.

Os novos contextos políticos, económicos e sociais na cena política internacional também se revelaram de fulcral importância no desenvolvimento do estudo da área da política externa.

Ora, um conceito fortemente relacionado com a política externa é o de diplomacia, conceito esse que significa a capacidade de negociar, dialogar e fazer valer os interesses de um Estado na esfera exterior. Ou seja, a política externa define os principais objetivos que um Estado quer atingir e a diplomacia a executa no terreno. Ou seja através do Corpo Diplomático os Estados procuram alertar os diplomatas sobre os interesses do país e a forma como devem agir para que os interesses sejam eficazmente atingidos. Os diplomatas colocam em prática os conhecimentos já adquiridos, utilizam estratégia negocial, capacidade de persuasão e formas eficazes de fazer passar a mensagem pretendida. Deste modo, a diplomacia é um instrumento de que a política externa dispõe.

A tradição e os compromissos já contraídos pelo Estado com os demais atores do sistema internacional; a base de apoio político do governo; a conjuntura económica; a localização geoestratégica; a capacidade militar; a qualidade dos diplomatas; a ação dos grupos de pressão; a personalidade do chefe de Estado; os meios de comunicação de massas e a opinião pública; entre outros, são aspetos essenciais que condicionam a matriz da política externa de qualquer Estado.

Para Gonçalves, et al., (2014, p.63), “o estabelecimento dos objetivos de política externa não se faz de modo aleatório, como simples manifestação da vontade daqueles que controlam as instituições do Estado”. Na verdade, o que este autor pretende sublinhar é que todos os dirigentes políticos devem organizar e definir uma política externa que seja exequível com as capacidades políticas, económicas, sociais, militares e financeiras de que o país dispõe e com os objetivos que o Estado pretende alcançar na esfera exterior.

Relativamente à tradição, e aos compromissos assumidos pelos Estados são importantíssimos na elaboração da política externa. Gonçalves, et al., (2014, p.63) afirma que “não há como fazer «*tábua rasa*» das relações exteriores do país e dar início à nova política a partir do zero”.

E esta visão não é divergente da de Calvet de Magalhães que afirma que “se há negócios do Estado em que o conhecimento dos antecedentes é de importância fundamental, são precisamente aqueles que dizem respeito às relações externas”⁴. Ou seja, o que se pode perceber na visão destes dois autores é que é de crucial importância perceber a história política do Estado, conhecer os Acordos e os Tratados assinados no passado, saber identificar os seus aliados habituais ao longo dos tempos e explorar as novas oportunidades que aparecem.

Na arena política internacional os diferentes Estados podem ser ou não respeitados devido a diversos fatores, desde a forma como defendem ou não os valores, os princípios e o Estado de Direito democrático, a forma como encaram a questão dos Direitos Humanos, a forma como tratam os seus cidadãos, a maneira como estão organizados as instituições sociopolíticas e o nível da economia e das finanças, entre outros. Aliás, segundo Costa (2009. p.118), “a imagem de um Estado perante o mundo – e perante a Europa, por maioria de razão – depende da eficácia e da qualidade das suas políticas públicas, da coragem na execução de reformas essenciais à sua constante melhoria e adequação aos seus desafios”.

⁴ Cf. “O 25 de Abril e as Necessidades”, in *Estratégia*- Revista de Estudos Internacionais, nº. 20, 1º Semestre, (2004, p. 252).

1.2. Definição do conceito de Diplomacia, seus intervenientes e evolução

A diplomacia é um tema que provoca nos intelectuais uma reflexão e um interesse muito grande dada a sua importância na política internacional. Hoje ela possui cada vez mais importância devido ao contexto económico-político e à complexidade das relações entre os Estados no sistema internacional. A diplomacia é, por excelência, a arte de conduzir as relações externas. E também a diplomacia constitui a principal ferramenta da política externa e utiliza, essencialmente, o diálogo e conversações para a resolução dos problemas através dos meios pacíficos.

Convém realçar que os primeiros diplomatas que existiram na História foram os missionários que eram enviados para procurar tratar de assuntos comuns que envolviam diferentes grupos e tribos. Esse hábito foi criado em épocas primitivas, em diferentes grupos, teve a sua evolução ao longo da História e perdura até os nossos dias, embora em moldes distintos.

Nas primeiras reuniões entre grupos começaram a ser criados os hábitos de hospitalidade em relação ao vizinho. Os emissários eram, normalmente, as pessoas melhor preparadas da tribo, possuíam privilégios e jugava-se que eram “os iluminados” e que, por conseguinte, possuíam algo de sagrado. Os enviados deviam respeitar as tribos, as culturas, línguas e religião dessas tribos e também deviam ser muito respeitados. As suas mensagens eram transmitidas de forma rigorosa e objetiva obedecendo um determinado cerimonial.

Convém realçar que apenas a partir da Grécia antiga é que se possui uma ampla e esclarecedora documentação acerca dos enviados e intermediários entre os diversos grupos sociais e políticos.

Esses enviados e intermediários escreviam relatórios, tinham o dever de aconselhar os seus Estados acerca da situação política dos outros Estados e eram eles que discutiam os assuntos mais importantes e *grosso modo* eram os mensageiros da paz. Até porque, segundo Magalhães, (2005, pp.41-42), esses mensageiros – que na linguagem atual são os Embaixadores, “não dispõem nem de navios de guerra, nem de territórios, nem de soldados, nem de fortalezas [...], mas somente de palavras e de tempo”.

Esses intermediários procuravam resolver os assuntos com base no diálogo e conversações, aproximando as partes interessadas e tinham como um dos principais propósitos evitar conflitos e guerras entre diferentes grupos.

A diplomacia, como é concebida hoje, teve a sua génese na Grécia antiga, onde os mensageiros eram enviados para dirimir as controvérsias entre diferentes grupos. E esse termo foi usado pela primeira vez, na aceção corrente, por Edmund Burke, em 1796 e deriva de *diploma* “que era a folha enrolada usada antigamente para as leis e para os editais públicos, e que passou a ser, depois, sinónimo de licença e privilégio concedidos às pessoas”⁵.

A evolução do conceito deu-se ao longo da História e passou a ser mais relacionada com os acordos celebrados entre Estados soberanos.

Na Grécia antiga, os intermediários eram enviados de uma cidade para a outra com vista a resolver os assuntos de interesses comuns. Normalmente esses intermediários eram personalidades com notável reconhecimento público, elevada posição social, inteligentes, com excelentes qualidades oratórias e, sobretudo, personalidades com enorme maturidade.

Convém referir que a escolha dos enviados em Esparta e Atenas era feita de forma distinta, dadas às características específicas destas duas antigas cidades-estado gregas. Assim, enquanto em Atenas os enviados eram designados pelo povo, em Esparta essa mesma escolha era feita pelos éforos ou magistrados que presidiam à Assembleia.

Em Roma, a diplomacia, na época do Império Romano, caiu um pouco em desuso porque se dava primazia à força em detrimento de negociações, diálogos e conversações. No entanto, com os últimos imperadores a diplomacia ganhou maior relevância política na medida em que foi necessário substituir a força, em declínio, pelas negociações.

No entanto, apesar de uma fase de declínio da diplomacia em Roma, é importante reconhecer que os romanos tiveram um papel muito determinante no desenvolvimento da diplomacia com o arquivamento dos tratados onde se podia ter informações dos conteúdos das negociações e identificar os principais atores, as estratégias e os diferentes argumentos utilizados em diversas negociações.

Um outro exemplo que se poderá trazer à colação diz respeito a Bizâncio onde a diplomacia voltou a ocupar um lugar de destaque na vida política com inovações, que ainda hoje são extremamente atuais, visto que, conforme Bobbio, Matteucci, & Pasquino. (1998, p.348), se tornou “uma arte de referência, na medida em que foi entregue ao diplomata o encargo de negociar e, ao mesmo tempo, de relatar, quando voltava à pátria, as condições de vida, a força e a disponibilidade para a guerra e para a paz dos países junto dos quais funcionava a missão”.

⁵Cf. *Dicionário de política* (1998, p. 348), versão em pdf.

A definição clássica de diplomacia é atribuída ao Satow (1975, p.1), que argumenta que a diplomacia é “a aplicação da inteligência e argúcia à prossecução das relações políticas entre governos de Estados independentes por meios pacíficos”.

Este autor coloca o enfoque na inteligência e na sagacidade que os governos e os seus responsáveis políticos devem ter com vista a atingirem os objetivos definidos nas relações com os demais Estados e sublinha a questão dos “meios pacíficos”, ou seja, considera que a diplomacia e as relações entre os Estados devem pautar-se pelo respeito mútuo, deve haver igualdade e o uso de diálogo e conversações com o intuito de se chegar a uma conclusão.

Já para Viotti e Kauppi, (1999, p.476) a diplomacia “constitui processo e arte de comunicação entre Estados e seus representantes na condução das relações externas e negociações”, onde se podem verificar “induçãoes positivas ou táticas persuasivas, compromissos, ameaças e todas as formas e ferramentas necessárias para a prossecução dos objectivos da política externa”.

Com Viotti e Kauppi constata-se que, apesar de admitirem que a diplomacia está fortemente ligada à comunicação ou relação entre os Estados com vista a tomada de principais decisões políticas, consideram que no âmbito diplomático pode haver “táticas persuasivas” ou até “ameaças” dos Estados em relação a outros Estados com vista a atingir os seus objetivos.

Portanto, entre as definições de Ernest Satow e de Paul Viotti e Mark Kauppi existe uma diferença considerável, pois enquanto Satow encara a diplomacia como uma forma de relacionamento entre Estados independentes através de meios pacíficos, Viotti e Kauppi admitem que os Estados podem socorrer às táticas ou até às ameaças para atingir os seus objetivos.

Seguindo a mesma linha de argumentação de Viotti e Kauppi, Morgenthau, (2003, p. 967-968), argumenta que a diplomacia é a “promoção do interesse nacional por meios de métodos pacíficos”. No entanto, admite que os Estados podem empregar a força na prossecução dos seus objetivos e que os diplomatas durante as negociações devem “incutir no outro lado a força militar do país que representa”.

Já, Bull (1977, p.156), no seu livro clássico *The anarchial society, a study of order in world politics*, entende que existem três sentidos distintos para abordar o conceito da Diplomacia.

O primeiro “the conduct of relations between states and other entities with standing in world politics by official agents and by peaceful means. This is the widest sense of the term”.

O segundo “such conduct of relations by professional diplomatics”.

E o terceiro “such conduct of relations between states that is carried out in a manner which is the everyday sense of the term, “diplomatic” that is, tactful or subtle”. No mesmo livro o autor fala de diferentes definições de vários autores, caso de Harold Nicolson, Satow, entre outros, e constata que a diplomacia “is the conduct of international relation by persons who are official agents; hence the importance in diplomacy of letters of credence or other tokens of representative or symbolic states”.

O autor constata que o respeito e a solidariedade internacional são extremamente importantes para manter a ordem e fomentar relações pacíficas entre as nações e também refere que a diplomacia não é importante apenas nas relações internacionais, mas, pelo contrário, possui um carácter transversal a todas as entidades políticas, por isso Bull, (1977, p.157) argumenta que “we must apply the term diplomacy to the oficial relations not only of states but also of the other political entities with standing in world politics”.

Depois de ter referido, nas páginas anteriores, a definição que Calvet de Magalhães atribui à política externa, importa referir o que o mesmo autor pensa em relação à diplomacia.

Por diplomacia, Magalhães, (2005, p.85) entende ser “um instrumento da política externa para estabelecer contacto pacífico entre os detentores de poder político de dois Estados”⁶.

O que se pode perceber desta definição é que este autor, à semelhança de Ernest Satow, admite que a diplomacia está relacionada com o relacionamento pacífico entre Estados e, sendo assim, acredita na força do diálogo e conversações pacíficas para que haja acordos entre os governos e Estados. Existem, como é sabido, outras formas de contacto entre os diferentes Estados e governos que podem ser de natureza violenta, no entanto, Satow e Calvet de Magalhães colocam esses contactos violentos fora do âmbito diplomático. Aliás, para reforçar esta ideia, Magalhães (2005, p.85) acrescenta que a diplomacia tem precisamente como objetivo “o de procurar solucionar todos os problemas que surgem entre dois Estados por meios não violentos”.

As definições de diplomacia de Satow e Calvet de Magalhães são aquelas que estão mais de acordo com a conceção atual. E nós corroboramos com as definições de diplomacia de Satow e Calvet de Magalhães. Somos apologistas que os Estados devem utilizar a diplomacia para a resolução dos problemas pelos meios pacíficos, e que todos os atores

⁶ Esta definição de diplomacia de Calvet de Magalhães não é divergente da definição formulada por Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais* (pp. 74-75) que afirma que a diplomacia pode ser definida como «uma arte da negociação ou como conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados».

internacionais devem respeitar e preservar os valores e os princípios democráticos, respeitar o Direito Internacional e tratados internacionais, com vista que haja ordem e progresso no ambiente político internacional. A complexidade da vida internacional exige que os Estados invistam mais e melhor em diplomacia com vista a resolver os assuntos que lhes dizem respeito.

Os contactos entre os Estados são bem organizados os intermediários ou os Embaixadores desempenham um papel determinante visto que servem como «ponte» entre os Estados independentes e, deste modo, têm um contributo determinante nas tomadas das principais decisões.

Assim, os intermediários «preparam o terreno» para as negociações entre os diferentes Estados, têm o dever de estudar toda a envolvência política, económica, social, cultural e estratégica do outro Estado, recolhendo informações importantes com vista a que haja um conhecimento mais profundo e abrangente do Estado com o qual se vai tentar negociar e fechar acordos.

O facto de haver intermediários diminui a possibilidade de um encontro direto entre os chefes de Estados e responsáveis políticos, que nem sempre possuem preparação suficiente para conhecer os Estados com que vão dialogar e negociar na tentativa de chegar a acordos mutuamente vantajosos.

Voltando à questão da génese da diplomacia, convém salientar que um aspeto fundamental e que teve uma contribuição decisiva para a génese da diplomacia é a dicotomia guerra *versus* paz. Assim sendo, para Mongiardim, (2007, p.51) a diplomacia nasce como “instrumento de resolução dos diferendos entre grupos humanos organizados, pressupondo o contacto necessário prévio à guerra, mediante negociações e o gozo de um estatuto de imunidade”, estatuto esse que servia “como garantia de que os mensageiros da paz não seriam exterminados, nem impedidos fisicamente de cumprirem a sua missão e lograrem os objetivos da mesma”.(Mongiardim, 2007 p.20). Esta estudiosa acrescenta ainda que

“a diplomacia surgiu quando a visão social do mundo passou a transcender uma simples interpretação maniqueísta da presença determinante de forças conotadas com o bem e o mal” ou, ainda, “quando a razão e a moralidade se aproximaram e deram as mãos, para vencer as pulsões da guerra e da violência”(Mongiardim, 2007, p.20).

Importa referir que são os diplomatas de carreira que se assumem como os seus atores principais. Ou seja, os Embaixadores são os executores das políticas definidas pelos órgãos políticos.

No entanto, atualmente os Ministros, os Chefes de Estado e os Governos também fazem diplomacia. Logo, verifica-se que o conceito da diplomacia se vem alterando ao longo dos tempos adaptando-se às novas realidades sociopolíticas e procurando dar resposta a novas questões.

As três principais funções da diplomacia são negociar, informar e representar, sendo que a sua função primordial é negociar, ou seja, procurar estabelecer relações com outros Estados discutindo os assuntos e procurar alcançar os objetivos com base no diálogo, conversações e entendimento. A arte de negociar é a forma subtil de atingir os objetivos propostos.

Relativamente às funções da diplomacia, Morgenthau, (2003, p. 968) defende que “se apresenta por meio de quatro facecetas”:

(1) “A diplomacia precisa determinar os seus objectivos à luz do poder disponível, tanto de fato como em potencial, para a consecução dos seus objectivos”; Também, (2) “a diplomacia tem de ser capaz de avaliar os objectivos das outras nações e o poder disponível, tanto de fato como em potencial”; [...] a diplomacia precisa, igualmente, (3) “determinar até que ponto esses diferentes objectivos são compatíveis entre si”; E, finalmente, (4) “a diplomacia tem de empregar os meios apropriados⁷ para a concretização de seus objectivos. E Morgenthau alerta ainda que “o não cumprimento de qualquer dessas tarefas pode prejudicar o êxito da política externa e, com ela, a paz no mundo” (Morgenthau, 2003, p. 968).

Existem duas diferentes formas de diplomacia. A diplomacia bilateral, ou seja, feita Estado a Estado, e a diplomacia multilateral, feita entre mais de dois Estados, Organizações Internacionais e outros atores internacionais. Importa destacar, ainda, que foi a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que esse fenómeno ganhou maior interesse devido à criação de novas Organizações Internacionais, da multilateralização das negociações e, mais tarde, com a descolonização e autodeterminação dos povos subjugados pela política imperial.

Importa ainda referir que o Congresso de Viena, organizado em 1815, teve um papel determinante na organização da atividade diplomática, dado que resolveu a questão da lei das precedências em que os diplomatas eram organizados segundo o grau de antiguidade e assim

⁷ Por meios apropriados à diplomacia, Morgenthau argumenta que são: a persuasão, a conciliação e a ameaça do emprego da força. Cf. *A política entre as Nações, a luta pelo poder e pela paz*, (pp. 967-968) Trad. Oswaldo Biato

representavam os seus respetivos Estados e, por conseguinte, os interesses desses mesmos Estados.

A diplomacia é uma das ferramentas da política externa⁸ que além de pôr em contacto os governos de diferentes Estados, consegue também manter algum equilíbrio entre os Estados. Na verdade, no sistema internacional, existem Estados mais poderosos e outros menos poderosos, e nas mesas de negociações há possibilidade dos Estados, sobretudo os menos poderosos, demonstrar as suas ideias, negociar acordos e procurar usar técnicas e táticas pacíficas com vista a atingir objetivos pretendidos.

Brito (2007, p.15) afirma que “as questões das relações diplomáticas implicam necessariamente a conciliação do princípio da soberania territorial com as exigências das relações internacionais ou, por outras palavras, com a criação e o reforço de relações amigáveis e de cooperação entre os sujeitos do direito internacional”, dado que “só através do estabelecimento de relações diplomáticas pode ser plenamente realizada”.

O que fica patente na visão deste autor é que as relações amigáveis existentes entre Estados e nações soberanas no contexto das relações exteriores são determinantes no estabelecimento de relações diplomáticas e esse aspeto permite aos Estados conseguirem alcançar os seus reais objetivos na esfera política internacional.

Os diplomatas são possuidores de características próprias e especiais para de facto conseguirem defender de forma muito consistente, clara e objetiva os interesses dos Estados aos quais representam. Sobre esta temática, Foutora (2007, p. 18), destaca que “é indispensável *métier*, inteligência, argúcia, talento, firmeza, para impor vontade que se representa ou obstar à imposição da vontade do outro, em relações de poder desigual”. Ou seja, é desejável que haja um compromisso muito forte dos diplomatas com os seus Estados e também a preparação desses funcionários tem que ser de forma muito rigorosa, organizada, utilizando os métodos mais inovadores e eficazes e baseados no mérito.

Esses agentes internacionais possuem direitos, deveres, facilidades, privilégios e imunidades. Têm, por exemplo, o dever de agir de modo irrepreensível, de forma a não porem em causa a sua dignidade ou a dignidade do Estado que representam. Além disso, não se devem ingerir nos assuntos internos do país recetor, devem respeitar as leis desse Estado e,

⁸Cf. *Relações Internacionais, Geopolítica e Geoestratégia, o Estudo e a problemática* (pp.21-29). Além da diplomacia, os Estados utilizam ainda outras ferramentas com o intuito de alcançarem os seus objetivos na esfera política internacional. Daí que recorram também à ação económica, propaganda, ação privada, imperialismo e colonialismo, ao conflito a guerra e à coação.

sobretudo, procurar tratar todos os assuntos oficiais através do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁹.

A diplomacia evoluiu ao longo dos séculos devido a vários fatores, como sejam a tomada de consciência dos Estados que fazem parte de uma comunidade internacional formada por diversas nações. Aliás, a propósito da importância dos Estados nas relações internacionais, Brito, (2007, pp.22-23) escreve que, “no início da Idade Moderna, uma nova forma de organização política começa a emergir na Europa e a impor-se em todos os países. É o Estado moderno que nasce e com ele necessariamente uma nova forma de diplomacia”. Este mesmo autor acrescenta que “na verdade, esse Estado começou desde logo a reclamar uma nova forma de diplomacia capaz de assegurar com permanência e sem soluções de continuidade as relações internacionais bi ou multilaterais”.

Naturalmente os Estados reclamavam para si o monopólio das relações diplomáticas e exigiam cada vez mais o reconhecimento no mundo das relações internacionais da igualdade entre todos os Estados. Ainda segundo Brito

“a sociedade internacional composta exclusivamente por esses Estados passou a sentir a necessidade de uma diplomacia permanente como instrumento capaz de assegurar a representação internacional do Estado, a estabilidade das relações interestatais e com ela a paz. É assim que se começa a institucionalizar a diplomacia e as missões diplomáticas” (Brito, 2007, pp.22-23).

A diplomacia também se desenvolveu devido à maior exigência das populações dos diferentes Estados e ao aparecimento de novas organizações internacionais de carácter político, económico, social, cultural e humanitário. Nessa evolução há ainda que contar com a grande revolução tecnológica, o desenvolvimento dos meios de comunicação, que permitiu que a atividade diplomática ganhasse uma outra roupagem e passasse a ser uma área cada vez mais aberta e pública.

No entanto, os Estados não precisam de estar sempre a comunicar às populações todas as negociações, visto que, caso essas negociações não venham a produzir efeitos, pode criar algum desconforto social. O que os Estados têm o dever de transmitir às populações é, essencialmente, as conclusões das negociações. Aliás a este propósito, Magalhães (2005, pp. 106-107) escreve que “o sucesso de muitas negociações, ou na verdade, da sua maior parte, resulta do facto de pelo menos certas fases dessas negociações se terem mantido no segredo dos negociadores até à apresentação pública do acordo alcançado”.

⁹ Para uma análise mais profunda deste assunto, cf. *Direito Diplomático* (pp. 99-102).

Daí que os Estados e os agentes diplomáticos devem ter a consciência do *timing* certo para comunicarem os resultados das negociações, sendo que a forma como transmitem essas mesmas conclusões possui também relevância política.

Como se sabe, na vida política internacional os Estados procuram conquistar o seu espaço e para o conquistar precisam de preparação, organização, rigor, competência, talento e um forte compromisso com aquilo que se faz e com aquilo que se quer.

Ora, a diplomacia não foge à regra. Como adiante se verá, Cabo Verde desde muito cedo procurou estabelecer relações económicas, políticas, culturais, históricas e diplomáticas com vários países do globo devido à sua situação geográfica, escassez de recursos e reduzida população, com o intuito de estar sempre a par de tudo o que acontece no Mundo. E se há países com os quais Cabo Verde possui relações privilegiadas, um desses países é precisamente Portugal.

1.3. As Relações Internacionais, as suas teorias

As Relações Internacionais são uma área que cada vez mais suscita interesse dada a complexidade dos problemas internacionais e também devido ao fenómeno da globalização. Falar sobre esta área científica requer a capacidade de análise dos principais assuntos internacionais e de todas as situações que afetam - positiva ou negativamente a vida dos Estados.

Renovin e Duroselle, (1991. p.1) escrevem que “ l’étude desrelations internationales s’attache surtout à analyser et à expliquer les relations entre les communautés politiques organisées dans le cadre d’un territoire, c’est-à dire entre les États”.

As relações entre os Estados ocorrem a vários níveis: político, económico, social, cultural, militar, estratégico e diplomático. Como tal, os Estados são os principais atores nas Relações Internacionais e todas as suas decisões são imprescindíveis na dinâmica dessas relações.

O Estado e a Nação são, de facto, duas entidades distintas e nas relações internacionais os Estados ganham maior relevância visto que possuem um elemento fundamental que é justamente a soberania.

Segundo Jean Bodin, séc. XVI, o conceito da soberania significa o poder que não reconhece igual na ordem interna nem superior na ordem externa. Sendo assim, os Estados

soberanos têm a capacidade e a liberdade de tomarem as suas decisões sem sofrerem influências internas ou externas.

O contributo de Bodin foi fundamental nas Relações Internacionais, pois este conceito permite que haja igualdade e respeito nas relações entre os Estados e diminui também o nível de influência que os Estados mais poderosos possuem em relação aos Estados mais frágeis, embora normalmente os Estados mais poderosos consigam exercer uma grande influência sobre os Estados mais frágeis, criando, deste modo, desequilíbrios na ordem política internacional.

Durante vários séculos as Relações Internacionais fizeram um caminho árduo rumo à sua autonomização e para isso houve vários tratados internacionais que tiveram um papel decisivo neste processo.

O Tratado de Vestefália (1648) foi importantíssimo nas Relações Internacionais na medida em que reconhecia os Estados-nação como sendo fundamentais na organização da vida política mundial, apesar de depois deste tratado se ter verificado o desenvolvimento de vários impérios que sobreviveram até à eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918).

Seguindo essa linha de análise, é relevante referir que após a Primeira Guerra Mundial se verificou a desagregação de vários impérios em pequenos Estados-nação que se iriam socorrer de vários mecanismos que lhes permitiram desempenhar um papel mais relevante no panorama político internacional.

Pode-se constatar que foi com o término da Primeira Guerra Mundial que, de facto, à teorização das Relações Internacionais passou a ser atribuída maior relevância. A grande devastação originada pela guerra teve repercussões na vida dos vários países a nível político, económico, social, cultural e humanitário e levou a que os países adotassem novas atitudes no seu relacionamento com os outros países e Estados.

Já depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por força da política descolonizadora da ONU, apareceu um número mais significativo de Estados e de organizações internacionais. Sendo assim, foi preciso recorrer a várias teorias políticas para ajudar a explicar todas as transformações sociopolíticas e para explicar o posicionamento geoestratégico e a atitude internacional dos Estados.

As teorias das Relações Internacionais foram criadas pelos autores, analistas e estudiosos que se preocupam com a realidade política internacional, para explicar diferentes situações políticas, económicas, sociais e culturais que ocorrem no ambiente político

internacional. Esses autores procuram desenvolver teorias lógicas e coerentes com intuito de explicar a dinâmica das Relações Internacionais.

Sendo assim, Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. (2001, p. 22), escrevem que teoria “não passa de uma reflexão sistemática sobre os fenómenos, concebida com o propósito de os explicar e de demonstrar a forma inteligível e significativa como estão relacionados, ao invés de construir elementos dispersos num universo incoerente”.

Importa referir que todos os campos de estudos dispõem de teorias e todas as disciplinas requerem determinadas teorias que possam guiar as investigações e que proporcione uma base explicativa de diferentes fenómenos.

As duas teorias clássicas das Relações Internacionais são representadas por duas diferentes escolas: escola idealista, também conhecida por utopismo, e a escola realista.

O idealismo ou utopismo político, pode dizer-se que é defendido por autores como Platão, Aristóteles, Immanuel Kant, Thomas Morusou, ainda, pelo antigo presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, entre outros, sendo que todos procuram construir um modelo ideal. “O utopismo surgiu na fase inicial do desenvolvimento da teoria das relações internacionais” (Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. 2001, p. 83).

Sobre a mesma temática, Sousa, et al., especifica dizendo que “o idealismo nasce nos anos 1920, no contexto de Wilsonianismo – doutrina de Woodrow Wilson, [Presidente dos EUA entre 1912 - 1920] – preconizando que os americanos só podiam defender envolvimento internacional justificados pelos seus valores morais” (Sousa, et al., 2005, p.99).

Ao mesmo tempo que Wilson defendia essas ideias, apelava também às nações europeias para basearem as suas políticas externas na segurança coletiva e nas convicções morais, tudo isso em nome da paz, ordem, estabilidade e progresso¹⁰.

Importa ter a percepção que em todas as áreas da vida em sociedade existem os idealistas e as Relações Internacionais não são exceção.

Ao contrário dos realistas, os idealistas acreditam que a natureza humana é boa e que os homens têm tendência em se organizar e cooperar para o bem da sociedade. Defendem, igualmente, que a chave da atividade internacional é a cooperação e que todos os Estados devem obedecer os preceitos éticos e morais quando procuram defender a sua soberania. Um terceiro aspeto desta teoria é que defendem que o Estado não deve ser imposto aos indivíduos, mas sim os indivíduos é que escolhem o tipo de Estado no qual querem viver e os governantes

¹⁰Cf. *Dicionário das Relações Internacionais* (p. 99)

que querem que os representem. E nas palavras de Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2011, p 83), os realistas defendem que “o mais alto interesse de cada indivíduo coincide com o da comunidade mais alargada, e se os estados ainda não se dedicaram à paz, então é porque os governantes ainda não deram ouvidos à vontade do povo. E os mesmos autores acrescentam ainda que os realistas “defendem um sistema internacional baseado em governos representativos [num mundo seguro para o fortalecimento da democracia, nas palavras de Woodrow Wilson], seria necessariamente um mundo pacífico”.

Convém referir que a primeira grande organização internacional, a Sociedade das Nações, surgiu com base nas ideias idealistas de fomentar o respeito e o diálogo entre os Estados com vista à resolução de problemas e prevenção de novos focos de conflitos. Aliás, como se pode constatar na visão de Soares (2009, p.26) ao afirmar que, após o desastre que foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), “se procurou restabelecer a confiança nos valores de uma nova ordem mundial, de justiça e de paz, através da criação da Sociedade das Nações”.

O antigo Presidente norte-americano Wilson deu um contributo fundamental para a criação da SdN, com a apresentação dos denominados «*catorze pontos*», onde defendia que esta organização deveria ser construída com base nos princípios idealistas com vista a dotar a ordem mundial de paz, segurança e de um elevado grau de humanismo.

Convém realçar que nesses «*catorze pontos*», o Presidente Wilson defendia a supressão da diplomacia secreta visto que acreditava que as populações tinham o direito de saber o que se passava nos seus Estados. Wilson acreditava, igualmente, no bom senso e na consciência das pessoas em preferir a paz em detrimento do conflito, ameaças e guerras.

No entanto, por paradoxal que possa aparecer, os EUA decidiram não participar nesta organização internacional visto que Wilson não teve o apoio do Senado.

De facto, a História veio a demonstrar que, apesar do relativo êxito que a SdN teve, posteriormente veio fracassar devido à invasão da Etiópia pela Itália, da ocupação japonesa da Manchúria, devido também à remilitarização da Renânia e à intervenção nazi na guerra civil espanhola. Por isso, esta organização internacional não conseguiu evitar um segundo conflito mundial que se desencadeou em 1939 e que apenas terminou em 1945, deixando um rasto de destruição e de desordem europeia e mundial.

A sua sucessora foi a ONU que, criada logo após o término do segundo conflito mundial (1945) na cidade americana de São Francisco, tinha como objetivos primordiais defender a paz e a segurança internacional.

A propósito da criação da ONU, importa abrir um parêntese para referir que o emancipador universitário da Ciência Política e das Relações Internacionais em Portugal, Adriano Moreira (2002, p.569) escreve que esta organização internacional apresenta “dois legados ocidentais”: O legado maquiavélico que atende ao poder e à hierarquia das potências e o legado humanista que atende aos valores e espera da paz pelo direito.

Estes dois legados parecem ser incompatíveis. No entanto, formam a engenharia social do ambiente internacional e desempenham um papel extremamente importante no relacionamento entre os Estados no xadrez político internacional.

De salientar ainda que o legado humanista está consubstanciado na Assembleia-Geral da ONU, onde todos os Estados possuem um voto. Por outro lado, o legado maquiavélico está representado no Conselho de Segurança da ONU onde apenas cinco países (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia-ex-União Soviética e China) têm o poder de veto na tomada das principais decisões internacionais. O que significa que cada um desses países “não se subordina aos votos das pequenas [potências] no que toca aos seus interesses fundamentais, o que significa que fia da sua vontade e juízo a justiça do direito internacional e da sua aplicação”¹¹.

Já o realismo político já era identificável em autores como Tucídides, Sun Tzu, Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel, e Carl Clausewitz e foi teorizado por pensadores modernos como Raymond Aron, Hans Morgenthau, Edward Hallett Carr, entre outros, que sustentam que os Estados são os principais atores com direito de intervenção nas Relações Internacionais.

Sendo assim, cada Estado procura defender os seus interesses e aumentar o seu poder na esfera exterior onde o uso da força se revela como um meio essencial para atingir os objetivos.

Na visão de Coutinho, (2011, p. 35), “o pensamento realista só se torna plenamente compreensível quando se tenha em conta o seu contexto – um contexto de derrocada do sistema da Sociedade das Nações culminante na II Guerra Mundial”. Este autor lembra que os autores realistas desenvolveram teorias para criticar a ideia idealista que é possível haver paz no ambiente político internacional através do respeito pelo Direito internacional.

Seguindo a mesma linha explicativa de Pereira Coutinho, Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., sustentam que o realismo político teve, de facto, maior reafirmação após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), pois afirmam que “foi sem surpresas que a Segunda Guerra

¹¹ Cf. *Teoria das Relações Internacionais*, (pp 569-570).

Mundial, e as suas consequências imediatas, proporcionaram o terreno favorável para a reafirmação e reformulação da teoria realista no contexto do pensamento anglo-saxónico”(Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. 2011, p. 20).

Um aspeto fundamental desta teoria é o facto de colocar a noção do Poder no centro da atividade política internacional. Poder esse que significa “*a capacidade de obrigar*) Max Weber) e, portanto, na vida internacional, como a capacidade de sustentar a integridade dos interesses próprios contra as agressões, e de o expandir eventualmente a expensas de interesses apoiados em poderes menores” (Moreira, 2002. P.130).

A questão dos “poderes menores” a que Adriano Moreira se refere, talvez esteja relacionado com o poder de grupos políticos, dos media e outras ferramentas que os Estados socorrem para defender os seus reais interesses.

No entanto, além do poder (*power*), os realistas e os neo- realistas atribuem também ao Estado um papel determinante nas Relações Internacionais, visto que “o Estado é um actor unitário e racional que manobra e se defende da melhor forma que pode para obter determinadas vantagens e, sobretudo, para sobreviver” (Cravinho, 2006, p. 255).

Um outro aspeto importante nas relações entre os Estados, é a noção de interesse e segundo Moreira, (2002, p. 130), “a relação *poder-interesse* traduz- se no fenómeno principal das relações internacionais”. Deste modo, esta relação entre esses dois importantes conceitos desempenha um papel decisivo na dinâmica das Relações Internacionais e nos permite ter uma percepção sobre o passado, presente e perspetivar o futuro do relacionamento interestatais.

Morgenthau, (2003, pp.22-23) escreve que “intelectualmente o realista político sustenta a autonomia da esfera política, do mesmo modo como o economista, o advogado e o moralista sustentam as deles, ele racioncina em termos de interesses definidos como poder”. Assim, “enquanto o economista pensa em função do interesse definido como riqueza, o advogado, toma por base a conformidade da ação com as normas legais, e o moralista usa como referência a conformidade da ação com os princípios morais”. Sendo assim, «o economista indaga»: «de que modo esta política pode afetar a riqueza da sociedade, ou de um segmento dela?» O advogado quer saber «estará esta política de acordo com as normas da lei?» E o realista político questiona: «de que modo pode esta política afetar o poder da nação?»

Importa destacar que os realistas criticam os idealistas por serem ingênuos e por acreditarem que é possível, através dos meios pacíficos e morais, congregarem interesses de diferentes Estados dentro do cenário político internacional e assegurar segurança colectiva.

Na visão de Cravinho, (2006, p. 135), Hans Morgenthau acredita que «a principal obrigação moral do Estado é a sobrevivência nacional, e outras considerações morais devem ser considerados secundárias a esta». E «a principal virtude na política é a prudência, ou seja, a análise cuidada das possíveis consequências *políticas* de uma determinada acção».

É de realçar que os realistas não acreditam na bondade da natureza humana e, por isso, argumentam que a arena política internacional é sempre marcada pela luta, competição, conflitos de interesse, ódios e alianças estratégicas. Sendo assim, argumentam que a realidade internacional se caracteriza por desordem e anarquia. Os Estados para conseguirem ter poder e prestígio internacional procuram socorrer-se de inúmeras estratégias para defender as suas soberanias. Daí que os realistas sustentam que uma das características da realidade internacional é que “todos se encontram exclusivamente focados nos seus interesses definidos em termos de poder e lançados contra os outros” (Coutinho, 2011, p.12).

É importante referir que para os realistas a soberania dos Estados é ilimitada, o que legitima quaisquer ações desses principais atores internacionais.

É de enorme pertinência referir, ainda, que os realistas trabalham no campo «do que é» e não «no que deve ser». Analisam a realidade internacional com base nos factos numa perspectiva inteiramente neutra, descomprometida, livre de preconceitos e não através de juízos de valor. Também revelam algum ceticismo em relação ao Direito Internacional, tido como órgão máximo de regulação das relações entre os Estados na cena política internacional e por alguns considerado como sendo a consciência jurídica do mundo civilizado.

Se é verdade que o realismo político não se esgota em Maquiavel, é indispensável falar deste autor florentino quando se fala nessa questão. Maquiavel teve uma contribuição fundamental na defesa desta teoria. Ele defendia uma política pragmática, adoção de estratégias que possibilitassem ao Príncipe captar, exercer e manter o poder. Maquiavel defendia, ainda, a autonomização da política em relação aos aspetos éticos e morais. Uma das frases mais emblemáticas é aquela que diz que «os fins justificam os meios», ou seja, para Maquiavel na política valia tudo, não importava a forma como se chegava ao poder, o que realmente importava era agarrar o poder e mantê-lo a todo custo. Por isso, este autor defendia que os políticos não eram avaliados pela bondade das suas ações, mas sim pela eficácia das mesmas.

Clausewitz, também defensor do realismo político, constatou que os interesses dos Estados estão sempre em conflito porque os Estados ambicionam expandir o seu território e, daí, que este autor encarasse a guerra como um meio legítimo, aliás defendia que «a guerra era a continuação da política por outros meios». Aliás, Clausewitz acreditava que a guerra é feita para atingir objetivos políticos, estratégicos ou militares. No entanto, Clausewitz aconselha que a guerra não deve ser feita de qualquer forma, é muito importante “pesar o objectivo político, tanto do nosso lado como do lado do inimigo; devemos considerar o poder e a posição do Estado do inimigo, assim como do nosso próprio”. Também é necessário perceber “o carácter do seu Governo e do seu povo e as capacidades de ambos, e também tudo isso em relação ao nosso lado, e as conexões políticas de outros Estados e o efeito que a guerra irá provocar sobre esses Estados” (Clausewitz, 1982, pp. 276-277).

Esta teoria é adotada pelos Estados que possuem maior poder, prestígio e influência internacional, dado que possuem meios para tal. Por outro lado, os Estados mais fracos do ponto de vista político, económico e financeiro, defendem um ambiente internacional baseado na cooperação, entendimento, estabilidade, boa vizinhança e solidariedade internacional¹². Sobre a de diferença de capacidade e de meios que os Estados possuem no sistema internacional, Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. (2011, p. 81), constataam que “os Estados não são iguais em capacidade. Uns têm amplos meios à disposição e outros dispõem de pouco poder”. Deste modo, “seja qual for a hierarquia do Sistema Internacional, ela é o resultado da diferenciação dos Estados quanto às suas capacidades”.

Ao analisar a história política mundial, pode constatar-se um momento em que ficou visível a materialização do realismo político. Aconteceu logo após a Segunda Guerra Mundial quando o mundo ficou dividido em dois blocos: por um lado o mundo capitalista liderado pelos EUA e, por outro lado, o mundo socialista liderado pela ex-URSS. Esse novo paradigma mundial marcou o início da denominada Guerra Fria que só teve o seu término nos finais dos anos oitenta com a queda do Muro de Berlim (1989) e no início da década de noventa com a implosão da União Soviética (1991).

Durante este período, o mundo viveu num verdadeiro impasse e muito perto de mais um novo conflito de escala mundial. Cada bloco procurou criar condições políticas,

¹²Para países como Cabo Verde e Portugal (que são os dois Estados analisados nesta dissertação), obviamente interessam-lhes viver num ambiente internacional baseado na cooperação, no diálogo, no entendimento, no respeito pelo Direito Internacional e no respeito pelos Tratados Internacionais. Do ponto de vista económico, financeiro, ou até militar, não possuem capacidades para competir com países como a Alemanha, a França, os EUA, entre outros. No entanto, os dois Estados podem utilizar uma diplomacia pragmática, racional e inteligente com intuito de conseguir alcançar os objetivos previamente definidos pelo poder político.

económicas e sobretudo militares para conseguir defender melhor os seus interesses e alargar as suas zonas de domínio. Torna-se importante referir, também, que este conflito tinha um forte cariz ideológico, onde por um lado os EUA queriam exportar para outras regiões do mundo as ideias da democracia, liberalismo político e económico e a URSS queria impor a ideia do socialismo, da economia planificada e estatizada aos outros povos.

Voltando à questão das teorias das relações internacionais, torna-se pertinente abordar agora o neo-realismo (também conhecido como realismo sistémico), e o neo-liberalismo.

Os realistas sistémicos sustentam que “a inevitabilidade do conflito internacional e a precariedade da paz encontram na sua causa na *arquitectura do sistema internacional*, uma arquitetura essencialmente marcada pela ausência de uma autoridade superior à dos Estados” (Coutinho, 2011, p. 60).

Deste modo, a ausência desta autoridade forçaria os Estados a prosseguir os seus interesses, procurando sistematicamente acumular o poder, também se envolvem em conflitos e não se mostram motivados a se cooperar entre si. Ainda a inexistência da autoridade superior aos Estados, leva os Estados a ter perceção que dependem de si (daí a utilização da auto-ajuda) para defender os seus interesses e assim procuram se proteger o máximo com vista a sobreviver neste sistema¹³.

Em relação aos neo-liberais (também apelidados de institucionalistas), acreditam, tal como os neo-realistas, “que os Estados são atores racionais que se movem segundo o seu interesse próprio, maximizando vantagens e minimizando inconvenientes”. No entanto, o aspeto que divide as teorias neo-realistas e neo-liberais (ou estruturalistas), é “o modo como encaram as instituições internacionais: os realistas sistémicos descrevem que as mesmas possam conduzir os Estados à cooperação, ou seja, a abandonarem uma estrita lógica egoísta. Já os institucionalistas – cuja linha é exponenciada em Robert Keohane – partem da suposição de que a cooperação entre Estados é possível”.

Os institucionalistas, onde se pontificam nomes de John Mearsheimer, acreditam no poder que as grandes instituições (ONU, OTAN ou a U.E), possuem no sistema político internacional, ajudando no incremento da cooperação e incentivando a constante busca de objectivos comuns.

¹³ Para uma melhor compreensão deste assunto, cf. *A Realidade Internacional, Introdução à Teoria das Relações Internacionais*, (pp. 59-70)
Também, Cf. *Teoria das Relações Internacionais*, (pp. 128-135)

Tanto os neo-realistas como os neo-liberais (ou estruturalistas), “admitem que a realidade internacional, pelo menos à partida, é uma realidade anárquica, e, do mesmo modo, acreditam que a cooperação e a ação coletiva é difícil em atmosfera correspondente,” No entanto, os institucionalistas acreditam que “a estrutura ou a arquitectura das instituições, a ser convenientemente moldadas pelos actores, desempenham um papel importante no incremento da cooperação, incentivando a prossecução de objectivos comuns”¹⁴.

Os institucionalistas procuram perceber o comportamento dos Estados, nomeadamente a cooperação e o conflito por via das instituições que dão significado e atribuem importância a esse comportamento. Consideram ainda, que as instituições condicionam o comportamento entre os Estado, mas não determinam esses mesmos comportamentos.

Por instituições, os institucionalistas acreditam ser um “conjunto de regras, tanto formais como informais, ligadas entre si e persistentes no tempo, que prescrevem o comportamento de cada ator, constroem atividades e moldam expectativas”. Contrariamente dos neo-realistas, os institucionalistas acreditam que “as instituições são capazes de atenuar a natureza anárquica do sistema internacional e diminuir as hostilidades na esfera política internacional”¹⁵.

Um outro aspeto que divide os neo-realistas e os estruturalistas é a forma como encaram as prioridades dos Estados. Ou seja, enquanto que os neo-realistas acreditam que as questões de segurança predominam as prioridades dos Estados, os estruturalistas advogam que é o progresso económico que se revela como aspeto mais prioritário para os Estados.

Em jeito de conclusão deste subcapítulo, pode dizer-se que as teorias das Relações Internacionais ajudam a perceber as realidades políticas, económicas, sociais e culturais, facilitando a compreensão de toda a realidade política mundial.

Feita a contextualização teórica, a atenção irá recair no objeto principal do trabalho, ou seja, nas relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal.

¹⁴Cf. *A Realidade Internacional, Introdução à Teoria das Relações Internacionais*, (p. 71)

Para uma melhor compreensão do assunto, Cf. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, (pp. 222-230)

¹⁵Cf. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, (pp. 223-227)

Capítulo 2. As Relações Político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à Atualidade

2.1. Cabo Verde: o 5 de julho, a influência do 25 de Abril de 1974, contexto, processo e intervenientes

Cabo Verde após várias décadas em que os seus combatentes estiveram a lutar na Guiné-Bissau pela independência política conjunta, conseguiu, finalmente, alcançar a sua independência no dia 5 de julho de 1975. Esse dia marca, indelevelmente, a História de Cabo Verde e constitui um momento de emancipação política da ex-colónia em relação à Metrópole que era precisamente Portugal.

Pereira (2002, p.284) afirma que com a independência do arquipélago “o povo das ilhas arranca para a sua maior aventura de todos os tempos: a afirmação da própria existência como povo e como nação, passando a uma nova fase da vida”.

O mesmo autor acrescenta que a luta pela independência foi um dos principais objetivos do PAIGC e que essa mesma luta constituiu um enorme desafio de “criar um Estado com estruturas humanas e materiais, capazes de o manter funcional, credível e na via da democracia, na sua permanente evolução, rumo ao progresso” (Pereira, 2002, p.285).

Convém referir que nesta altura, segundo o artigo 4 da Constituição da República de Cabo Verde de 1980, número 1, “na República de Cabo Verde o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado”¹⁶.

Deste modo, este partido estava encarregue de organizar toda a vida sociopolítica do Estado.

Nos anos cinquenta e sessenta do século XX, muitos povos encetaram uma luta contra a política colonialista e os movimentos de libertação serviram como uma alavanca essencial para mobilizar as populações com vista a consciencializá-las sobre a importância das independências.

A Conferência de Bandung, realizada em 1955, foi de extrema importância na oposição à política colonialista ao procurar uma maior cooperação económica e cultural entre

¹⁶Cf. Site da Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, disponível em: www.legis-palop.org/bd/Legislacao.aspx/Show13335?country=Cabo Verde, consultado a [11/03/2016]

os países afro-asiáticos na luta contra qualquer tipo de dominação, exploração e desrespeito da vida humana.

Em linhas gerais, os países que participaram nesta Conferência defendiam o respeito pela soberania nacional dos territórios, não ingerência nos assuntos internos, o reconhecimento de todas as nações, independentemente do seu tamanho ou da sua ideologia, o respeito pelos tribunais internacionais e pela justiça, o uso de formas pacíficas em detrimento da violência na resolução dos conflitos e diferendos entre nações e, também, o estímulo às diferentes formas de cooperação entre os povos.

No Império Português, a luta pelas independências estava no centro do pensamento e da atividade de vários estudantes africanos, principalmente aqueles que viviam na Metrópole, e toda essa preocupação esteve na génese da criação de vários movimentos independentistas, caso do PAIGC- Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde, Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

O PAIGC, que era formado por cabo-verdianos e guineenses, lutou com o intuito de conseguir a independência para os dois povos¹⁷, porém a guerra não se verificou no território cabo-verdiano, mas apenas no território guineense. Razões de carácter geográfico estiveram na base da escolha do «palco da guerra» visto que Cabo Verde, sendo um território arquipelágico, formado por um conjunto de ilhas dispersas, iria dificultar a estratégia de guerra e, sendo assim, a Guiné-Bissau reunia as condições necessárias para o desenrolar do conflito armado.

Ao analisar a História da luta armada decorrida em algumas antigas colónias portuguesas, pode-se constatar que em Cabo Verde não houve, de facto, a luta armada. No entanto, o PAIGC possuía células clandestinas no interior do país. A Frente Ampla de

¹⁷É de extrema importância referir que, mesmo antes da independência de Cabo Verde, o MFA em Cabo Verde num estudo que consta em Arquivo do MNE, sobre a situação político-económica de Cabo Verde realizado em novembro de 1974, reconhece a importância do PAIGC na luta anti-fascista e anti-colonial, defendendo que “ não vemos outra solução que não seja o reconhecimento do PAIGC como legítimo representante da população de Cabo Verde, capaz de pôr em prática as medidas necessárias para uma verdadeira descolonização”. O documento diz também que este Partido possui, “princípios programáticos e tipo de organização coerentes com a realidade Cabo-verdiana e que possuem uma capacidade de mobilização, daí resultando uma forte implantação popular”. Lembra ainda que “desde a sua formação como partido, o PAIGC vem lutando por uma verdadeira independência nacional, tanto na República da Guiné (Bissau) como em Cabo Verde”.

Além disso, como os princípios e os valores do PAIGC eram convergentes com o espírito do programa do MFA, o MFA acreditava nas potencialidades do PAIGC em “reunir à sua volta todos os Cabo-verdianos patriotas desejosos de construírem da sua terra, uma pátria próspera e pacífica, libertada de toda espécie de dominação e onde sejam os senhores do seu próprio destino”.

Resistência Nacional (FARN) é o exemplo mais paradigmático e que sustenta esta argumentação.

O período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 em Portugal teve um papel determinante na aparição pública dessa Frente, que aproveitou as contingências da História para fazer campanhas de mobilização política no território nacional.

Os objetivos do PAIGC eram conseguir a independência conjunta, derrotar o regime imperialista e opressivo, implantar a democracia e a liberdade, pugnar pela unidade africana, progresso económico e social, ter uma política externa autónoma e lutar pela paz e justiça social.

Abel Djassi Amado et al., (2014, p.482) afirma que “a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde foi essencialmente bi-dimensional, já que comportou tanto uma dimensão da luta armada, em que as forças militares do PAIGC bateram, em forma de guerra de guerrilha o exército colonial português” e, também, “uma dimensão político-diplomática, tendo em vista não só a captação de suportes morais e materiais junto de outros países [africanos e não só] como também a neutralização de qualquer apoio dos países aliados de Portugal”.

O que se pode perceber desta linha de pensamento é que a preocupação da luta armada não foi a única estratégia definida para as independências dos territórios da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Houve, também, uma preocupação dos líderes dos movimentos em encetar negociações e diálogos, sobretudo na procura de apoios internacionais com vista a conseguirem melhores condições para lutar contra a política de dominação e de opressão.

A propósito da descolonização africana e relacionando-a com alteração do regime em Portugal, Tolentino, observa que

“depois de uma longa guerra colonial tão absurda quanto catastrófica, o nacionalismo triunfava em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, enquanto, em Abril de 1974, a liberdade vencia o autoritarismo em Portugal, através do movimento dos 3 D, de descolonizar, democratizar e desenvolver” (Tolentino, 2007, p. 113).

É importante frisar que, durante o Estado Novo, só houve conflitos armados nos territórios africanos em virtude da falta de vontade política de Portugal em conceder

aindependência às colónias e, como tal, os dirigentes africanos entendiam que apenas a via diplomática seria insuficiente para conseguirem, de facto, obter as independências

A propósito do atraso em conceder independências às antigas colónias portuguesas, Amado et.al., (2014, p.482), afirma que “Portugal, sob a ditadura de Oliveira Salazar [e mais tarde Marcelo Caetano], mostrou-se essencialmente contra qualquer ideia de independência dos territórios africanos”.

Já, Costa (2009, p.119) reconhece que “o valor fantástico do que Portugal fez pelo mundo, com as Descobertas, foi, no séc. XX, manchado muito negativamente, no imaginário cultural e político internacional, pela obstinação assumida contra a descolonização”, com o consequente “envolvimento do nome de Portugal em guerras coloniais e pela colagem da imagem do país ao autoritarismo entorpecente do Estado Novo”.

Nesta citação o que se pode constatar é que o autor valoriza a importância de Portugal no mundo com a expansão, facto que possui um valor histórico específico, mas que é, igualmente, passível de críticas, dada a forma como os territórios foram ocupados e explorados.

Entretanto, essa má imagem que o país transmitia ao exterior – muito por culpa do seu regime –, só foi ultrapassada com a revolução do 25 de Abril de 1974 e a instauração da democracia.

Por seu turno, Tolentino (2007, p.114) não hesita em afirmar que “quanto a Portugal, a relutância em negociar uma solução pacífica para a África era fundamentada na essência do regime, que, à semelhança de outras ditaduras racistas, se caracterizava pela procura de espaço vital para assegurar a sobrevivência das «raças superiores». E tudo isso era feito, “em nome e para a glória dos antepassados, que haviam sido donos da metade do universo integrando um Portugal pequeno na Europa e grande no Mundo”.

Sendo assim, constata Tolentino, que “com esta visão, perder as colónias equivaleria a um enfraquecimento moral, político e económico”.

A propósito da expansão portuguesa e da posterior atitude de vários responsáveis políticos ao não aceitarem as independências das colónias portuguesas, um antigo Ministro do Ultramar, Silva Cunha reconhece que

“a expansão ultramarina faz parte da história de Portugal e deu ao nosso país um lugar na História Universal, com influência relevante na evolução da Humanidade e na formação do Mundo moderno. Sem a expansão ultramarina, Portugal seria uma nação obscura separada da Europa pela Espanha”(Cunha, 1977, pp.14-15).

O mesmo autor constata que “terminada a expansão, foi sempre a preocupação de todos os governos e regimes que mandaram na nossa terra manter o Ultramar, defender o Ultramar e desenvolver o Ultramar”. Face a essa decisão, “a tese do abandono, mesmo nas épocas mais conturbadas e difíceis da nossa vida colectiva, nunca foi aceite por nenhum governo como solução a adoptar para resolver problemas nacionais” (Cunha, 1977, pp. 14-15).

O que se pode perceber nas afirmações de Silva Cunha é que Portugal teve um papel central na descoberta de novos mundos e que, por isso, obteve uma importância decisiva na História da Humanidade e que, caso não houvesse a expansão, o país nunca conseguiria ter o reconhecimento internacional e viveria sempre à sombra da grande Espanha.

No entanto, o autor também defende que, após a expansão, houve uma enorme preocupação em manter e desenvolver o Ultramar e nunca em abandoná-lo.

Tendo em conta a atitude intransigente dos antigos líderes políticos portugueses, não restavam dúvidas de que, sem a luta, seria extremamente difícil para a Guiné, Cabo Verde e as outras antigas colónias portuguesas conseguiremos as respetivas independências.

Durante o processo de luta e de negociações para que Cabo Verde e Guiné-Bissau fossem independentes, Amílcar Cabral teve um papel fundamental dado que era o mentor do processo, tinha ideias políticas bem vincadas e conseguia mobilizar o povo e a comunidade internacional sobre a importância da independência para os Estados de África.

O seu assassinato em 1973, por elementos da sua segurança, devido a várias divergências no interior do próprio partido, deixou um vazio político enorme no contexto político africano e causou dor, revolta e comoção internacional e, ao mesmo tempo, serviu como motivação suplementar por parte dos outros combatentes para lutarem em nome de Cabral. A propósito do assassinato de Amílcar Cabral, o antigo presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires não hesita em dizer que «esses criminosos que mataram Amílcar Cabral não sabiam que matavam a figura mais brilhante de África [...]. Para eles, talvez fosse só mais um cabo-verdiano» (Manalvo, 2009, p.31).

Amílcar Cabral, que foi o mentor da ideia da unificação dos dois povos, defendia que seria extremamente importante que Cabo Verde e a Guiné-Bissau trilhassem o mesmo caminho político rumo à independência. Porém, entre os guineenses e os cabo-verdianos houve alguns problemas pelo facto de os cabo-verdianos desempenharem as funções políticas mais relevantes. Cunha (1977, p. 31), afirma que “os homens do estado-maior político” de Amílcar Cabral eram cabo-verdianos, e os guinéus, seus partidários, desempenhavam

predominantemente funções militares. A situação de supremacia dos cabo-verdianos e a atribuição das funções de maior risco a guinéus eram causa de tensões profundas no seio da organização”, isto é, no seio do PAIGC.

De facto, Amílcar Cabral e todos os seus seguidores encetaram uma luta fortemente organizada e baseada em fortes convicções e com objetivos bem definidos. No entanto, Amílcar Cabral, figura central da luta anti-imperialista sobre as regiões africanas, veio a ter um final trágico ao ser assassinado em 1973 deixando um legado muito importante no contexto político africano.

Pereira (2002, p.11) não hesita em afirmar que “ainda hoje a África espera por líderes com estatura e com a envergadura de Amílcar Cabral”.

A verdade é que com a morte deste líder histórico não foi apenas a Guiné Bissau e Cabo Verde que ficaram a perder, a África em geral perdeu um símbolo de luta e de resistência contra o imperialismo, ditaduras e contra todas as formas de exploração do Homem.

Voltando à questão da união dos dois povos, esta criava alguns desentendimentos na Guiné e em Cabo Verde, visto que uns eram a favor e outros eram contra, o que veio posteriormente originar a criação em Cabo Verde de outros partidos, como a UDCV (União Democrática de Cabo Verde (UDCV) e a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV).

Em relação aos partidos, a UDCV tinha uma visão antindependência e, portanto, defendia que o arquipélago deveria mante-se ligado a Portugal, e por outro lado, a UPICV pretendia que país ganhasse a independência, mas opunha-se à ligação com a Guiné-Bissau.

Torna-se importante ressaltar que, mesmo antes da independência de Cabo Verde, havia uma tese fortemente defendida pelo General Spínola que era a ideia de federalismo em relação às colónias portuguesas. Ou seja, Spínola defendia que o arquipélago, por ser uma das colónias portuguesas, deveria manter-se ligado a Portugal e que, caso contrário, o país teria vários problemas em relação à sua viabilidade futura.

Esta situação explica que “o governo português, não obstante, ter reconhecido nos Acordos de Argel o direito à autodeterminação e independência de Cabo Verde” continuasse a insistir “ainda na possibilidade de contornar a situação através de estabelecimento de um governo vincadamente ligado a Portugal” (Pereira, 2002, p.271).

Por outro lado, o PAIGC apelava à consciencialização do povo cabo-verdiano, rejeitando a tese defendida por Spínola e lutando convictamente para que o país se liberte do jugo colonialista.

Os partidos políticos, UPICV e UDCV, criados no período pós-25 de Abril, gozavam de apoio do General Spínola, “cuja estratégia se baseava na determinação de não permitir que o PAIGC estivesse só no terreno sem a presença de outras forças políticas” (Pereira, 2002, p.272).

Esses dois partidos, UPICV e UDCV, durante a presidência do General Spínola tinham um tratamento preferencial visto que a UDCV se constituía “como porta-bandeira da solução federal”, e a UPICV desempenhava o papel de “conveniente opositor radical do PAIGC” (Pereira, 2002, p.273).

A UPICV e UDCV, com um forte apoio do General Spínola, pretendiam organizar um referendo em Cabo Verde consultando a população se estaria ou não de acordo com a independência do arquipélago. No entanto esta ideia não conheceu evolução devido à forte oposição do PAIGC.

No que se refere aos apoios internacionais, convém referir que o PAIGC no período da luta armada, teve apoios de armamentos de vários países como a China, Cuba, União Soviética e seus aliados do Bloco de Leste, e também esses mesmos países permitiam que os militantes do PAIGC tivessem diversas formações nos seus territórios o que contribuiu para a posterior vitória.

O Senegal e a Guiné Conacri, que já tinham alcançado as suas independências, tiveram também um papel determinante no desenvolvimento e no desfecho da guerra, pois ofereciam aos combatentes do PAIGC as bases militares para o treino e aperfeiçoamento da estratégia de guerra e, ao mesmo tempo, serviam como entreposto de armas que foram utilizados pelos soldados no processo da luta armada.

A propósito da luta armada desencadeada pelo PAIGC, Pereira (2002, p.235) afirma que “a nossa luta não era contra o povo português, mas sim contra o colonialismo instalado na nossa terra”. E esse mesmo autor acrescenta que “sempre admiti que uma mudança de regime em Portugal, por golpe de Estado ou não, e em particular com uma base popular, poderia bem ser a abertura do caminho para a descolonização”.

Talvez se possa dizer que a consciência democrática cabo-verdiana despertou devido a três motivos fundamentais: Primeiro, pela vaga de emigração que se observava no arquipélago em direção a países como Portugal, França, Holanda, Itália e Estados Unidos, com vista a melhorar as condições de vida e onde, ao mesmo tempo, os cabo-verdianos deparavam com novas formas de organização política e novos modelos socioeconómicos. Em segundo lugar, o papel dos intelectuais que criticavam veementemente a situação colonial

mobilizando, deste modo, a população para lutar contra o regime instalado no país. Um terceiro motivo foi o 25 de Abril de 1974 que foi, de facto, uma revolução e a derrota do autoritarismo e da ditadura. Esta revolução, iniciada por um golpe de estado feito por militares e que teve o apoio de grande franja da população portuguesa, marcou um novo período da História portuguesa e os valores da liberdade, democracia e justiça social vieram dinamizar toda a política portuguesa. E esta revolução teve um papel determinante na independência de vários países africanos que outrora eram colónias portuguesas. As antigas colónias portuguesas, onde se inclui Cabo Verde, aproveitaram da instabilidade política portuguesa e o descontentamento popular com a política colonial, para unir esforço e continuar a luta a favor da descolonização, autodeterminação dos povos, liberdade, democracia e progresso económico e social.

Também é importante referir que a queda do Muro Berlim (1989) inaugurou uma nova etapa política mundial, com valores de liberdade, igualdade, democracia, e certamente teve um papel importante na tomada de consciência democrática dos povos. Para reforçar esta ideia convém referir a opinião de Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. (2011, p. 3) que afirmam que “de facto, o princípio dos anos 1990 inaugurou uma época de esperança quase eufórica numa caminhada universal em direcção à democracia representativa e à economia de mercado”. Com a democracia há liberdade, representação e participação, e esses princípios são essenciais para um Estado de Direito. E a economia de mercado possibilita maior liberdade económica e maior fluxo comerciais entre os países, procurando, deste modo, que as diferentes sociedades atinjam um desenvolvimento sustentável.

Ainda relativamente ao 25 de abril, há, contudo, uma grande controvérsia acerca da caracterização do 25 de abril, ou seja, se foi de facto um golpe de estado, uma revolução, um levantamento popular, entre outros.

De acordo com Adriano Moreira o 25 de Abril foi um golpe de Estado em que os militares procuraram romper com o regime antigo e esse golpe foi bem organizado porque após esse ato houve a preocupação e o discernimento dos responsáveis políticos portugueses em implementar uma nova ordem sociopolítica em Portugal com a implementação da democracia¹⁸.

Já para Cunha (1977, p.356) o 25 de Abril foi um golpe de Estado organizada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e o seu êxito deveu-se a vários fatores: “a opinião

¹⁸ Declaração proferida em 11 de janeiro de 2016 na Almedina Saldanha, durante a apresentação do livro intitulado *Presidentes da República no Portugal Democrático. Eleições, dinheiros e vetos*.

pública desorientada, propaganda subversiva intensa, falta de confiança no Governo, cumplicidades cobardes em certos meios, um movimento organizado e chefes potenciais”.

Por seu turno, Carvalho (1977, p.415) escreve que o 25 de Abril foi um “golpe de Estado” e que a estratégia do MFA em controlar as principais artérias do país e, sobretudo, de ocupar o Terreiro do Paço, seria fatal para o Governo. Sendo assim, Saraiva de Carvalho é categórico quando diz que “restavam-nos poucas dúvidas de que o Governo não tinha possibilidades de resistir e entrava na agonia porque, como esclarece, “sabíamos que apesar dos nossos comunicados prudentes, recomendando à população que se mantivesse em suas casas, enormes multidões de populares iam enchendo a Baixa lisboeta, e todos os locais onde descobriam forças do MFA para, em explosões incontidas de entusiasmo autêntico, as acarinhar e vitoriar”.

Saraiva de Carvalho (1977, p.415) acrescenta ainda que esse golpe de Estado “transforma-se a pouco e pouco, numa campanha alegre e vitoriosa em que o Povo dava as mãos, fraternalmente, ao MFA”.

Para Pinto (2005, p.73) o 25 de Abril tratou-se “de um levantamento militar destinado a derrubar pela força a autoridade de facto”. E o mesmo autor constata que, apesar de o levantamento militar ter sido “programado e executando por uma elite, teve, de imediato, uma enorme adesão das massas populares, logo, uma base maior”.

É relevante constatar que as definições do 25 de Abril formuladas por Otelo Saraiva de Carvalho (idealizador e executor do 25 de abril) e Filipe Pinto, possuem pontos convergentes na questão do enorme apoio popular que ambos os autores reconhecem que o 25 de Abril de facto teve.

No nosso ponto de vista, o 25 de Abril foi um golpe de Estado organizado e executado por uma minoria militar e que teve grande apoio popular, pois o país estava ansioso por mudança e empenhada em derrubar um regime autoritário, colonial, atrasado e que não respeitava a liberdade e a dignidade da pessoa humana.

Convém referir ainda que as ex-colónias portuguesas, para além das lutas desencadeadas no terreno, aproveitaram o clima de instabilidade política, económica, social que se vivia em Portugal no ano de 1974 devido à continuação do conflito, que começara em 1961, e também devido às enormes perdas humanas e à incapacidade de continuar a sustentar a guerra. Todos esses fatores contribuíram para a grave fragilidade governativa na Metrópole, que veio a culminar com o golpe militar de 1974, pondo fim a 13 anos de guerra colonial e abriu um novo ciclo político no país.

O 25 de abril de 1974 contribuiu de forma decisiva para o fim do Império colonial português que se iniciou com a epopeia dos Descobrimentos portugueses e perdurou mais de cinco séculos.

Na verdade, o 25 de Abril de 1974 não teve repercussões apenas na Metrópole, mas também no ambiente exterior, nomeadamente na África Lusófona onde a partir dessa data várias colónias conseguiram conquistar as independências.

Manalvo (2009, p.32) afirma que “uma das primeiras consequências desta mudança, passou pelo cessar imediato das hostilidades nas colónias, dando-se início às negociações que iriam conduzir ao desmantelamento do império colonial português e consequente independência dos seus territórios”.

Sobre esta temática, Pereira (2002, p.236) afirma que “para nós, o 25 de Abril, para além de todas as consequências saudáveis que trouxe para o povo português e para a solução do conflito que existia entre os nossos povos e o Estado português, é uma data simbólica”. E acrescenta que esse simbolismo resulta “do nosso encontro com Portugal, com o povo português, que sempre estimámos, na paz, na igualdade, amizade e respeito mútuo”.

Esta posição mostra claramente que Aristides Pereira separava o Estado colonizador do povo português.

Já, Rui Carlos Vasconcelos, cabo-verdiano que viveu nos EUA e que, desde a sua juventude, lutou contra a ditadura portuguesa, escreveu um artigo em 1974 publicado no *Portuguese Time*, enaltecendo a relevância do 25 de Abril de 1974 para Cabo Verde dizendo que “a situação Cabo-verdiana melhorou muito com o milagroso golpe de Estado de 25 de Abril, abrindo à nossa frente um mundo de radiosas esperanças [...] em que nos ofereceram a Liberdade [...] quando todos nós contávamos [...] com negra escuridão e morte”¹⁹.

Após o 25 de Abril de 1974, Mário Soares, então Secretário-Geral do Partido Socialista convidou Aristides Pereira para um encontro, apadrinhado pelo antigo presidente

¹⁹ Cf. Arq. MNE. *Portuguese Time*, 25 de Julho de 1974, nº.6, artigo intitulado «Independência de Cabo Verde». Torna-se relevante referir que Carlos Vasconcelos, numa altura em que se discutia a possibilidade de Cabo Verde ser independente, escreveu um artigo alertando que abominava o fascismo e a ditadura. No entanto, este autor defendia convictamente a visão preconizada pelo General Spínola que era a vontade de Cabo Verde conseguir uma adjacência em relação a Portugal.

Vasconcelos defendia que, uma vez que Portugal já implantara a democracia e as liberdades na sequência do 25 de Abril de 1974, Cabo Verde só tinha a ganhar se se mantivesse ligado a Portugal. Para sustentar a sua argumentação dava o exemplo da situação geográfica das ilhas, dos problemas das secas, falta de recursos naturais, como ferro, prata, ouro e cobre e argumentava que o valor certo de Cabo Verde eram as suas gentes. Daí que este autor defendesse que para um país conseguir uma plena independência política, primeiro tinha que conseguir a sua independência económica e que “Cabo Verde jamais poderá ter independência económica como Angola, Moçambique e talvez Guiné”. Aliás, Vasconcelos acrescentava ainda que “adquirir a independência política, agora, e mais tarde ter-se de recorrer a auxílio externo, mendigando [...] é vergonhoso e perfeito suicídio [...] da apregoada independência”.

Senghor, e esse encontro viria a concretizar-se em Dacar. Nesta altura Mário Soares já tinha sido nomeado para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A propósito deste encontro em Dacar, Pereira (2002, p. 236) afirma que “ali iniciámos as conversações, que decorreram num ambiente cordial e se resumiram basicamente a uma tentativa gorada da delegação portuguesa de obtenção de um acordo de cessar-fogo”.O mesmo autor enaltece que “apesar disso, ambas as partes reafirmaram a disponibilidade e vontade de nos sentarmos à mesa das negociações, estabelecendo o dia 25 de Maio para o início das conversações em Londres”.

Na sequência desta reunião, houve um reencontro entre as delegações do PAIGC e do Governo português em Londres com o intuito de dar início às conversações previstas. Nestas reuniões participaram personalidades muito importantes como Pedro Pires, então chefe da delegação, José Araújo, Úmaro Djalo, Lúcio Soares, Bobo Queta, Júlio Semedo, Gil Fernandes, Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Almeida Santos, então Chefe da Casa Civil da Presidência, Almeida Bruno e Jorge Campinos, então Embaixador.

Nesta reunião discutiu-se a situação do ultramar português segundo Pereira, (2002, pp.244-245) decidiu-se que “o destino do Ultramar português deveria ser decidido democraticamente por todos os que àquela terra chamam sua”.

No rescaldo do 25 de Abril, o PAIGC aproveitou a conjuntura política para lançar vários alertas e propostas com o intuito de um reconhecimento imediato da independência da Guiné e de Cabo Verde. Este partido pugnava por um novo tipo de relacionamento baseado no interesse comum e no princípio da igualdade. Também demonstrava abertura e disponibilidade imediata e total para o início das negociações com o novo poder político estabelecido em Portugal, com ou sem cessar-fogo e também defendia o reconhecimento da independência aos povos das outras colónias portuguesas.

Torna-se importante sublinhar que o Governo português reconhecia o PAIGC como o único, autêntico e legítimo representante do povo da Guiné e de Cabo Verde, colocando assim de parte qualquer tentativa de grupos políticos organizados que tivessem como propósito reivindicar o que quer que seja. Voltando à questão da independência do arquipélago, a 5 de Julho de 1975, foi proclamada de forma oficial a independência da Republica de Cabo Verde. Abílio Duarte fez o discurso oficial dizendo que “quebramos as cadeias da subjugação e escolhemos livremente o nosso destino africano” e acrescentou:

“Hoje, 5 de Julho de 1975, [...] a Assembleia Nacional de Cabo Verde proclama solenemente a República de Cabo Verde como Nação Independente e Soberana”²⁰.

Para festejar a data histórica, e que até hoje continua na memória coletiva dos cabo-verdianos, foram feitos vários poemas, músicas e outras espécies de manifestações político-culturais sendo de destacar dois poemas interpretados por uma antiga banda de Cabo Verde denominada *Os Tubarões*.

O primeiro destes poemas, da autoria de Manuel d’Novas intitula-se *5 de julho*

Poema *5 di julho*²¹

Nha irmon

já nós é livre e independenti

Bem dewan dabu um grandi abraço

Um abraço di um homem livre

Xan dabu nha morabeza de um cabo-verdiano

Um grandi abraço ó camarada

Um abraço di um homem livre

5 di julho

Grandi dia pa nós terra

Um novo sol já nasce na horizonti

Pa bem lumia ês Cabo Verde Novo e independenti

Livre de corrente de colonialismo e humilhação k nu vivê

Pa ilumina inteligência di nós fidju

Pa bem fazê um grandi país, respeitod pa mundo intero.

Este poema mostra, por um lado, a valorização da independência, como se um escravo ganhasse a sua carta de alforria. Porém, também transmite uma ideia de futuro, o reconhecimento internacional de Cabo Verde e dos seus filhos.

Convém dizer que outros poemas surgiram sobre esta temática. É o caso do poema *Labanta Braço* de Alcides Brito

²⁰Declaração proferida por Abílio Duarte, antigo Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), na cerimónia oficial da independência de Cabo Verde a 5 de julho de 1975, cidade da Praia, (capital de Cabo Verde), estádio da Várzea, Ilha de Santiago.

²¹Em apêndice X está a versão do poema em português. O mesmo se passa relativamente ao segundo poema.

Poema *Labanta Braço*

Labanta braço e bô grita bô liberdadi
Labanta braço e bô grita bô liberdade
Labanta braço e bô grita bô liberdade
Labanta braço e bô grita bô liberdade
Grita, povo independenti
Grita, povo libertado
Cinco de julho é sinónimo di liberdadi
Cinco de julho caminho aberto pa flicidadi
Grita, “viva Cabral”
Honra, combatentes di nôs terra.

Neste poema fica patente a evocação da memória de Amílcar Cabral, o líder do PAIGC que dirigiu a luta para a libertação da Guiné e de Cabo Verde. O poema também realça a importância do povo cabo-verdiano se exaltar com esta data, convidando-o a “levantar os braços e gritar a sua liberdade”. Faz, ainda, a analogia do 5 de Julho de 1975 com a liberdade e a esperança numa nova era na vida política do arquipélago.

Na cerimónia oficial de Independência de Cabo Verde participaram delegações de Portugal, de São Tomé e Príncipe, de Angola, da Guiné-Bissau e organizações internacionais como a ONU e a OUA, conferindo, deste modo, maior legitimidade internacional ao ato.

O Estado cabo-verdiano, após a sua independência, ficou subordinado ao projeto político do PAIGC. E criou-se a Lei da Organização Política do Estado (LOPE) com vista a definir o *modus operandi* do Estado de Cabo Verde.

De facto, após a independência do arquipélago, o país não criou uma Constituição, talvez houvesse receio de que a antiga Metrópole pudesse “obrigar” a aprovar uma Constituição feita à revelia da vontade popular cabo-verdiana. Assim, a LOPE serviu como uma preparação de condições necessárias para a criação de uma Constituição.

Com a independência de Cabo Verde, houve a transição do poder da antiga Metrópole para o novo Estado soberano, mas esse facto não significou uma implantação imediata da democracia em Cabo Verde.

O preâmbulo da Lei Constitucional da República de Cabo Verde, número (1/92) de 25 de setembro é explícito ao referir que “a proclamação da Independência Nacional

constitui-se um dos momentos mais altos da História da Nação Cabo-verdiana”. E esta data histórica serviu como “factor de identidade e revitalização da nossa condição de povo, sujeito às mesmas vicissitudes do destino, mas comungando da tenaz esperança de criar nestas ilhas as condições de uma existência digna para todos os seus filhos”.

O mesmo preâmbulo faz menção sobre a questão de a independência não coincidir com a implantação imediata da democracia no arquipélago ao reconhecer que “a afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime de democracia pluralista, tendo antes a organização do poder político obedecido à filosofia e princípios caracterizadores dos regimes de partido único”²².

O país viveu durante quinze anos (1975-1990) no regime de partido único com orientação político-ideológica da ex-União Soviética. Segundo Daniel dos Santos et al.,(2013, pp.219-220), naquela fase, a luz da democracia não acompanhou a brilhante luz da independência do arquipélago devido a três razões essenciais, “a instabilidade política em Portugal, a que [o arquipélago] não podia ficar indiferente e que se traduziu, em apenas oito meses, isto é, de 25 de Abril a 19 de dezembro de 1974, na destituição de três governadores (Lopes dos Santos, Silva Horta e Sérgio Duarte Fonseca) ”; Também devido ao “assalto à *Rádio Barlavento*; na ameaça dos militares em transferir unilateralmente a soberania ao PAIGC” e, ainda, devido “à prisão dos dirigentes da UDC e da UPICV”.

Em suma, devido “à subordinação do poder político ao poder militar, levando o governo português, em particular Almeida Santos, a entregar voluntariamente Cabo Verde ao PAIGC”.

É importante referir que na sequência do golpe militar em 1980 na Guiné Bissau que dissolveu Luís Cabral, a secção cabo-verdiana do partido tornou-se em PAICV, no ano de 1981.

Em relação a esse golpe de estado ocorrido na Guiné-Bissau, Pinto (2005, p. 144) afirma que “o Governo de Cabo Verde condenou ou desaprovou o golpe de estado perpetrado na Guiné por Nino Vieira, pois este era hostil à integração da Guiné com Cabo Verde”.

²²Cf. Site da Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, disponível em: www.legis-palop.org/bd/Legislacao.aspx/Show13335?country=Cabo Verde, consultado a [11/03/2016]

Uma vez gorada a possibilidade de integração política dos dois países²³, o PAICV passou a ser o principal partido político no panorama cabo-verdiano, tendo como Secretário-geral Aristides Pereira.

Aliás, como se pode constatar na Lei Constitucional da República de Cabo Verde, número (1/III/88) de 17 de dezembro estava consagrado que “na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), é a força política dirigente da Sociedade e do Estado”²⁴.

No entanto, as liberdades eram reduzidas e Cabo Verde não era, nessa altura, um Estado de Direito. Ou seja, não havia Democracia, liberdade, participação e só havia partido único. Portanto, o povo não tinha liberdade de escolha e o Estado era controlador e a vida política sem democracia, torna-se pouco dinâmica e pouco transparente.

No decorrer do capítulo seguinte serão abordadas essas questões.

²³A este propósito, torna-se relevante referir que num documento de 1978, Arq. MNE, (Aerograma/Telegrama)nº. geral 14106, nº. A-92, escrito por J.M. Cornélio da Silva, (que nesta altura era Embaixador de Portugal em Cabo Verde) se pode ler que, Pedro Pires, então Primeiro-Ministro de Cabo Verde defendia que “quanto à unidade Guiné-Cabo Verde, [...] ela deveria começar por ser económica e só após isso se poderia passar para a unidade política”.

²⁴Cf. Site da Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, disponível em: [www.legis-palop.org/bd/Legislacao.aspx/Show13335?country=Cabo Verde](http://www.legis-palop.org/bd/Legislacao.aspx/Show13335?country=Cabo%20Verde), consultado a [11/03/2016]

2.2. Características das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal no período do monopartidarismo

Durante o período monopartidário – PAIGC (1956-1980) e, mais tarde, PAICV –, Cabo Verde não vivia sob o regime de democracia.

Por depender económica e financeiramente em grande parte de Portugal, o país vivia sob pressão de seguir as regras que Portugal definia e a sociedade civil almejava a democracia, liberdades, e progresso económico e social.

Uma vez que se está a abordar a questão dos partidos políticos e dos sistemas partidários, torna-se relevante referir que os partidos nascem, principalmente, através das fraturas sociais e que, em qualquer país democrático, são fundamentais para a sociedade porque, segundo observa Pasquino (2010, p. 193), “os partidos dão voz às exigências presentes na sociedade de modo mais ou menos difuso e procuram, dentro do possível e naquilo que for compatível, agregá-las em propostas programáticas que submetem ao eleitorado”.

Na verdade, não é fácil encontrar uma definição específica sobre os partidos políticos. Cientistas políticos, filósofos e sociólogos possuem diferentes definições acerca da questão dos partidos políticos. Porém, há aspetos importantes que, normalmente, estão presentes em várias definições, como é o caso de os autores considerarem que os partidos políticos são organizações com uma determinada durabilidade temporal e têm capacidade de criar programas políticos e a vontade de mobilizar a população e, por conseguinte, aceder ao Poder.

Quanto ao sistema de partidos existente nos diferentes países, segundo a definição clássica, pode assumir a forma de monopartidarismo, bipartidarismo e multipartidarismo ou pluripartidarismo.

Ainda a propósito dos sistemas de partidos, é justo sublinhar que, segundo Pasquino (2010, p.195), Giovanni Sartori vem introduzir algo novo no método da contagem dos partidos distanciando do método clássico de Duverger que se preocupava muito com o critério numérico. Assim, “o método de Sartori propõe que não fiquemos por uma simples contagem aritmética, mas que seja feita uma avaliação no sentido de apurar se o partido pequeno «conta» verdadeiramente. Ou seja, [Importa verificar se o partido pequeno]“exerce alguma influência na formação dos governos e na produção das políticas públicas”.

Daí que “para compreender a dinâmica do funcionamento dos sistemas dos partidos, não basta, efetivamente, se bem que possa ser útil, contá-los”. É indispensável saber identificar e, conseqüentemente, enumerar os partidos que devem ser tidos em conta. Ou seja, a ideia-chave é que o critério numérico serve para definir, de modo geral, o formato do sistema de partidos, contudo, o critério da importância dos partidos, ajuda a explicar como funciona o sistema.

Deste modo, é de crucial importância detetar o real valor dos partidos políticos, perceber se têm potencial de coligação ou de intimidação com vista a prevenir a instabilidade política.

No sistema monopartidário, que é o foco de estudo neste subcapítulo, existe um único partido que possui uma grande ligação com o Estado e que praticamente controla toda a vida política do país. Muitos países africanos, inclusive Cabo Verde, tiveram a experiência de viver com este sistema partidário durante várias décadas da sua História.

Relativamente ao sistema monopartidário, Pasquino escreve que

“os sistemas monopartidários são aqueles em que existe um só partido, que pode ser de cariz ideológico ou pragmático. O primeiro caso tem a ver com os partidos comunistas ainda existentes em 2000, mais específica e visivelmente na China, no Vietname e na Coreia do Norte” (Pasquino, 2010, p.197).

O mesmo autor constata que “os sistemas monopartidários pragmáticos marcaram durante décadas a política de muitos países africanos, nomeadamente a Guiné de SekouTouré e a Tanzânia de Nyerere”.

Por seu turno, Jean Blondel defende que os partidos únicos pertencem a uma categoria que define como “partidos de mobilização”. E esses mesmos partidos “podem manter-se sem concorrência alguma, mobilizando as massas para o desenvolvimento, para o socialismo ou para qualquer outra grande causa e contra a tradição, a burguesia, o imperialismo; em resumo: contra o inimigo interno ou externo”²⁵.

Siller (2000, p. 138) escreve que “como fiel discípulo de Weber, Raymond Aron, nutrido com a experiência dos países socialistas e daqueles provenientes das descolonizações,

²⁵ Cf. *Os partidos políticos*, (p.17). Este livro de facto enriquece o acervo bibliográfico da área da Ciência Política, Sociologia e Filosofia Política. O autor Louis Siller faz uma análise sistemática e pormenorizada acerca da questão dos partidos políticos desde a origem, as diferentes definições, as funções, a questão das clivagens sociais que os partidos provocam e até a relação entre os partidos políticos e a democracia representativa. Sendo assim, é um livro que facilita a compreensão desta temática porque possui um elevado grau de complexidade.

propôs o conceito de “*partido monopolista*”. Ou seja, “partidos cuja vocação é atribuir a si próprios o monopólio da representação política”.

Na análise das visões de Pasquino, Jean Blondel e Aron pode-se constatar que esses autores colocam a ênfase na questão de o partido dirigente ser, geralmente, muito forte e dispor de grande capacidade de mobilização social. A diferença de abordagem desses autores acerca dos partidos únicos é apenas semântica, isto é, enquanto Blondel e Pasquino apelidam esses partidos de partidos únicos, Aron prefere designá-los por partidos monopolistas.

Voltando à questão do monopartidarismo em Cabo Verde e à forma como este sistema partidário influenciou o relacionamento político do arquipélago com Portugal, convém referir que, durante o período monopartidário, Cabo Verde e Portugal mantiveram uma relação estável que abarcava diferentes áreas da vida sociopolítica do arquipélago.

Cabo Verde e Portugal, depois de alguns anos de diálogo, conversações e negociações com vista à criação de condições políticas e estruturas institucionais, abriram as suas respectivas Embaixadas no ano de 1975.

Cabo Verde abriu a sua Embaixada em Lisboa e Portugal abriu a sua Embaixada na cidade da Praia e um consulado em Mindelo, (segunda cidade mais importante da República de Cabo Verde).

A República de Portugal teve como primeiro representante oficial em Cabo Verde Manuel António Pacheco Jorge Barreiros que era o encarregado de negócios interino. Esta personalidade representou a República portuguesa entre os anos 1975 e 1977. Depois, José Manuel Borges Gama Cornélio da Silva foi nomeado Embaixador de Portugal em Cabo Verde e desempenhou funções entre os anos de 1977 e 1979.

O terceiro representante oficial de Portugal em Cabo Verde foi Filipe Augusto Ruivo Guterres, que era o encarregado de negócios interino, e esteve no cargo apenas quatro meses, ou seja, entre julho de 1979 e novembro do mesmo ano.

Já o quarto representante oficial da República Portuguesa foi Duarte Vaz Pinto da Fonseca de Sá Pereira e Castro, que desempenhou cargo de Embaixador desde 1979 a 1982.

Afonso Maria Teixeira da Mota foi o quinto representante oficial da República Portuguesa no arquipélago e era encarregado de negócios interino e desempenhou esse cargo entre os anos 1982 e 1983.

Em seguida, António Baptista Martins desempenhou o cargo de Embaixador da República Portuguesa em Cabo Verde e fê-lo durante os anos de 1983 a 1986.

Mais tarde, José Custódio de Freitas Fernandes Fafe desempenhou o cargo de Embaixador de Portugal em Cabo Verde durante os anos de 1986 a 1990 fechando, deste modo, o leque dos Embaixadores portugueses em Cabo Verde durante o período monopartidário no arquipélago²⁶.

Ao analisar a História Diplomática entre a República de Cabo Verde e de Portugal, pode-se constatar que durante o período monopartidário, Cabo Verde foi representado em Portugal por quatro Embaixadores. O primeiro foi Corsino António Fortes que representou o país entre 1975 a 1981. Depois foi a vez de Corsino Tolentino, personalidade que concedeu uma entrevista para esta dissertação, que desempenhou o cargo de Embaixador de Cabo Verde em Portugal entre 1981-1984. A seguir foi Carlos Nunes dos Reis que representou o país entre 1984-1989 e o último Embaixador de Cabo Verde em Portugal no período monopartidário foi Herculano Adelaide Vieira, que exerceu o cargo entre os anos 1989 a 1991²⁷.

Um outro facto relevante e que merece menção é que, aquando da passagem do PAIGC para o PAICV, houve, de facto, a mudança de Embaixador de Cabo Verde em Portugal, ou seja, André Corsino Tolentino substituiu o seu antecessor Corsino António Fortes, que representara Cabo Verde em Portugal durante seis anos (1975-1981).

Importa referir que em 5 de julho de 1975, data da independência de Cabo Verde, foi assinada na cidade da Praia um importante Acordo entre a República de Cabo Verde e Portugal, o Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e Cabo Verde. Este Acordo contém 17 artigos e foi estabelecido pelo facto de os dois povos possuírem laços históricos, culturais, de amizade e solidariedade e, sendo assim, o Acordo pretendia reforçar esses mesmos laços.

Neste Acordo podemos ler no artigo 1, número 1 que os dois países procuraríamos cooperar em vários âmbitos, “designadamente no económico, financeiro, técnico, científico, cultural, judicial, diplomático e consular”. E essa cooperação seria definida “por acordos especiais”²⁸.

Portugal, como se pode ler no Artigo 3 do Acordo Geral de Cooperação e Amizade comprometia-se a apoiar Cabo Verde no seu desenvolvimento técnico e científico quando solicitado e dentro das suas possibilidades, nomeadamente “pondo à disposição do Estado de

²⁶Cf. Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros, (MNE), Instituto Diplomático, <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/42-relacoes-diplomaticas/titulares/560-cabo-verde.html>, [15/03/2016]

²⁷ Cf. Site da Embaixada da República de Cabo Verde em Portugal, disponível em: http://embcv.pt/conteudos_gera_sub.asp?idarea=2&idsub=44, consultado a [18/03/2016]

²⁸ Cf. Arq. MNE, *Boletim Oficial* República de Cabo Verde, nº.27 – 6 de Julho de 1976, (pp. 12-13).

Cabo Verde pessoas e entidades qualificadas, bem como meios técnicos adequados” – alínea a); “contribuindo para a formação de quadros cabo-verdianos” – alínea b); “participando na criação e desenvolvimento de centro de ensino e formação, e de organismos científicos e técnicos” – alínea c) e “facilitando o acesso dos cidadãos de Cabo Verde aos estabelecimentos portugueses de ensino e de formação profissional – alínea d)”²⁹.

Torna-se relevante referir que este Acordo entrou em vigor a 19 de agosto de 1976, data em que foram trocados os documentos e os seus instrumentos de ratificação³⁰.

O que se pode afirmar sobre este Acordo é que é um dos acordos basilares nas relações entre Cabo Verde e Portugal, isto é, desempenha um papel extremamente decisivo na cooperação e no estreitar das relações entre os dois Estados e povos. Os outros Acordos que posteriormente vieram ser assinados entre os dois Estados vieram contribuir para alargar e consolidar esse relacionamento bilateral.

Também em julho de 1975, Cabo Verde e Portugal assinaram um outro Acordo importante, o Acordo Geral sobre Migração³¹.

Este Acordo continha 13 artigos e definia as políticas cooperação entre os dois Estados a nível das migrações. Os dois países comprometiam-se a não pressionar os cidadãos da ambos os países a deixarem o seu território.

Também foi assegurada o repatriamento, com o conhecimento prévio das autoridades competentes dos dois países, dos emigrantes que à data da independência de Cabo Verde desejassem regressar ao seu país de origem, sendo os encargos económicos suportados por Portugal.

Os dois países ainda se comprometeram a dinamizar o mercado laboral com apoios aos emigrantes no processo de legalização e na busca de trabalho.

No domínio da saúde, em novembro 1976, Portugal e Cabo Verde assinaram um importante Acordo com vista a uma maior aproximação dos dois povos no que concerne ao desenvolvimento da ciência.

O Acordo continha 8 artigos e nesses artigos estavam expressos os compromissos que os dois Estados assumiam. No artigo número 1, alínea 1, pode ler-se que “o Estado Português compromete-se, na medida das suas possibilidades e quando solicitado pelo Estado de Cabo Verde, a assegurar o tratamento em Portugal de nacionais cabo-verdianos até 15 doentes por mês”.

²⁹Cf. Arq. MNE, *Boletim Oficial* República de Cabo Verde, nº.27 – 6 de Julho de 1976, (pp. 12-13).

³⁰Cf. Arq. MNE, Gabinete Coordenador para a Cooperação

³¹Cf. Arq. MNE, *Boletim Oficial*, República de Cabo Verde, nº. 27 – 6 de Julho de 1976, (pp.13-14)

Esses doentes eram internados e tratados em diferentes estabelecimentos hospitalares públicos de acordo com as disponibilidades.

Já o no artigo número 2 alínea 1, pode constatar-se que “O Estado de Cabo Verde, através da sua Embaixada em Lisboa se comprometia a avisar com uma antecedência mínima de 24 horas a entidade hospitalar da data, local e hora de chegada a Lisboa dos doentes a submeter a tratamento nos termos do Acordo”.

O Estado de Cabo Verde também se comprometia a fazer acompanhar os doentes de uma história clínica elaborada naquele Estado.

Um outro aspeto relevante a referir e que está presente no artigo número 3 alínea a) do Acordo é que o Estado de Cabo Verde se comprometia em assegurar o “transporte de ida e de regresso dos doentes”.

No domínio do ensino e da formação profissional os dois países assinaram em novembro de 1976 um outro importante Acordo.

Este Acordo continha 19 artigos onde os dois Estados se comprometiam a ajudar os alunos no que diz respeito à obtenção das bolsas de estudo, viagens de partida e de regresso, isenções das propinas, alojamentos, frequências nas cantinas e residências, seguro escolar, assistência médica, entre outros. No Acordo também estava explícito que os bolseiros não poderiam exercer atividade políticas em Portugal, deviam respeitar o quadro legal dos estabelecimentos a qual pertencem e deviam fomentar o espírito de entreatajuda e de amizade com os outros colegas, espírito esse que caracterizava as relações entre os dois países³².

Em fevereiro de 1976 houve a assinatura de um Acordo a nível judicial entre Portugal e Cabo Verde.

Este Acordo possuía 37 artigos e tratava de uma cooperação muito especial entre os dois Governos, desde a questão do acesso aos tribunais, cooperação jurídica e judiciária, a questão da extradição, registo civil, aquisição da nacionalidade, colaboração judicial e penal, entre outros.

Em abril de 1976, Cabo Verde e Portugal assinaram um Acordo sobre os funcionários públicos.

Este Acordo tinha 7 artigos e o artigo 1 dizia que os encargos resultantes da aposentação de funcionários públicos que prestaram serviço em Cabo Verde seriam suportados “pelo Estado Português, relativamente aos funcionários que conservem a

³²Cf. Arq. MNE, Gabinete Coordenador para a Cooperação, Direção Geral dos Negócios Políticos, (76/12/13)

nacionalidade portuguesa” – alínea a) e “pelo Estado de Cabo Verde, relativamente aos cidadãos Cabo-verdianos” – alínea b).

No artigo 5 do mesmo Acordo podia ler-se que “os descontos especiais para instituições ou fins de previdência social feitos em Cabo Verde, por funcionários da nacionalidade portuguesa, que tenham regressado ou regressem a Portugal, poderão ser restituídos, a seu pedido, nos termos da legislação interna de Cabo Verde”.

O artigo 6 do Acordo estipulava que “o Governo da República Portuguesa garante aos funcionários cabo-verdianos os mesmos direitos que no artigo anterior o Governo da República de Cabo Verde assegura aos funcionários portugueses”.

Eram pontas ainda por atar do período colonial.

Além dos Acordos assinados entre as Repúblicas de Cabo Verde e Portugal e que já foram referidos, em 1976 os dois países assinaram ainda outros, designadamente: o Acordo sobre a transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino em Cabo Verde; Acordo sobre o Banco de Fomento Nacional; Acordos respeitantes a obras e investimentos iniciados na vigência do Plano de Fomento em Cabo Verde; Acordo relativo à CONGEL-Companhia de Pesca e Congelação de Cabo Verde, SARL; Acordo regulador do estatuto de pessoas e regime dos seus bens; Acordo sobre a concessão de um empréstimo reembolsável e Acordo relativo a um subsídio não reembolsável a conceder à República de Cabo Verde pela República Portuguesa³³.

Uma vez feita a listagem dos diferentes Acordos assinados entre Cabo Verde e Portugal, torna-se pertinente referir que, a 8 de julho de 1976, a República de Cabo Verde, através da sua Embaixada em Lisboa, enviou uma nota ao Ministério dos Negócios Estrangeiros informando da ratificação de todos os Acordos referidos.

No final da nota pode ler-se que “a Embaixada da República de Cabo Verde aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros os protestos da sua mais elevada consideração”³⁴.

Um aspeto que demonstra a dinâmica das relações entre Cabo Verde e Portugal é um aerograma/telegrama por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da sua Embaixada de Portugal na Praia. Aliás, em 1978, o então Primeiro-Ministro de Cabo Verde,

³³ Para uma melhor compreensão desses Acordos e dos seus respetivos artigos. Cf. República de Cabo Verde. Arq. MNE, *Boletim Oficial*, n. 25, de 23 de junho de 1976, (pp.1-14).

³⁴ Cf. Arq. MNE. Nota 443/76, Lisboa, 8 de julho de 1976, (pp.1-2), enviada pela Embaixada da República de Cabo Verde em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pedro Pires também sublinhou que “a cooperação com Portugal funcionava nas melhores condições, havendo de ambas as partes «o desejo de dia a dia a melhorar»”³⁵.

Já num outro telegrama/aerograma, datado de 1977, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros através da Embaixada de Portugal na Praia, e que demonstra a relevância que as autoridades oficiais cabo-verdianas atribuíam ao relacionamento do país com Portugal, J. M, Cornélio escreveu que tinha estado na cerimónia da comemoração do segundo ano da independência de Cabo Verde, junto com o corpo diplomático não residente mas ali acreditado e que tinha tido uma conversa pessoal com Aristides Pereira, então Presidente da República de Cabo Verde, e que o “Presidente declarou que nenhum país africano ex-colonial que tivesse progredido verdadeiramente o tinha feito desligado das antigas Metrópoles”³⁶.

Por seu turno, José Medeiros Ferreira, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, numa carta datada de 5 de julho de 1977 e endereçada ao seu homólogo cabo-verdiano, Abílio Duarte, começou por felicitar o país pela importância da data, felicitou também o MNE de Cabo Verde e sublinhou “a firme vontade do Governo português em manter e desenvolver as excelentes relações de amizade e cooperação entre os dois países”, reconhecendo “a solidez do muito que já se fez no campo da cooperação entre Portugal e Cabo Verde”. No final da carta, Medeiros Ferreira assegurou que a diplomacia portuguesa possuía “boa vontade” para ajudar Cabo Verde a concretizar os seus objetivos³⁷.

Importa, ainda, referir que o incremento nas relações bilaterais no final da década de 70 não passou despercebido na comunicação social, designadamente nos jornais portugueses. Entre os dias 19, 20³⁸, 21 e 22 de janeiro de 1977 o *Diário de Notícias* e a *Capital* publicaram uma série de artigos sobre os encontros e reuniões de assinatura de Acordos e Protocolos entre os Governos dos dois países.

Pedro Pires, na época, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, esteve em Portugal para assinar diversos Acordos e Protocolos com o Governo de Portugal com vista a dinamizar as

³⁵Cf. Arq. MNE. (Aerograma, Telegrama), escrito por J.M. Cornélio da Silva, (1978), nº. geral 14106, nº. A-92 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Embaixada de Portugal na Praia.

³⁶ Cf. Arq. MNE. (Aerograma/Telegrama), escrito por J.M. Cornélio da Silva, (1977), nº. geral 13290, N. A-46 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Embaixada de Portugal na Praia.

³⁷Cf. Arq. MNE. (Aerograma/Telegrama), (1977), Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal na Praia, escrita por José Medeiros Ferreira, nº geral 11741

³⁸ No dia 20 de janeiro de 1977 completou quadro anos que o líder histórico do PAIGC, Amílcar Cabral fora assassinado na Guiné Conacry. Esta data simbólica também não foi esquecida pelas autoridades portuguesas que organizaram em Lisboa na FIL (Feira das Indústrias de Lisboa) uma sessão de homenagem onde compareceram figuras de altos cargos dos dois países. Cf, *Diário de Notícias*, (1977/1/20), Memória de Amílcar Cabral evocado hoje em Lisboa. In Arq. MNE.

relações de cooperação entre os dois países. No dia 22 de janeiro de 1977, o jornal português *Diário de Notícias* relatou a assinatura dos Acordos e a o facto de Mário Soares ter aceitado o convite de Pedro Pires para visitar Cabo Verde.

O jornal realçou que Pedro Pires, na conferência de imprensa que concedeu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, referiu que as delegações dos dois países reuniram para refletirem sobre as relações bilaterais e que os dois países estavam à procura de «novos campos onde é possível a cooperação bilateral», e essa cooperação representava «um elemento novo na consolidação e no estreitamento das relações entre os povos e os Governos de Portugal e de Cabo Verde»³⁹.

Os dois Governos viriam a assinar um protocolo comercial, outro sobre o regime de fretes marítimos e um terceiro sobre os interesses empresariais dos portugueses naquela ex-colónia e um quarto sobre cooperação em matéria de pescas.

Já em 1977/78, Cabo Verde e Portugal assinaram diversos Protocolos que abrangiam diferentes áreas, desde as obras públicas, administração da justiça, segurança social e, sobretudo, apoio ao ensino básico e superior e à formação profissional.

No entanto, o facto de haver uma maior vontade política na assinatura de Acordos e Protocolos, não quer dizer que, mesmo antes da independência do arquipélago, Portugal não apoiasse Cabo Verde. Através da análise de um quadro pode-se constatar que a nível do ensino superior, uma das áreas a que Cabo Verde atribui maior importância, já no ano letivo de (1973/1974), o país recebera uma média de 100 bolsas de estudo por parte de Portugal. Já no ano letivo (1974/1975) esse número baixou para 88 bolsas de estudo. O número mais baixo de concessão de bolsas de estudo que Cabo Verde recebeu foi verificada no ano letivo (1975/1976), conseguindo 50. No entanto, os números de bolsas de estudo recebido pelo arquipélago voltaram a aumentar muito e no letivo (1977/1978), Portugal concedeu mais 100 bolsas de estudos a estudantes cabo-verdianos⁴⁰.

Esta política de apoio na concessão de bolsas continuou a perdurar até aos dias de hoje, apoiando Portugal o arquipélago neste setor chave da vida política e social. Portugal continua empenhado a apoiar Cabo Verde no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Voltando à questão da assinatura de Acordos, importa frisar que em 1977, Portugal e Cabo Verde assinaram mais o Acordo Cultural, atendendo “aos laços especiais de amizade e

³⁹Cf. *Diário de Notícias*, edição de 22/01/1977, (p.2.)

⁴⁰ Cf. Quadro 2. A política de Acordos entre Portugal e Cabo Verde, Número de bolsas de estudo para o Ensino Superior, ano letivo (1973-1974) – (1977-1978). Disponível em anexo II

solidariedade existente entre os dois povos interessados no prosseguimento de uma política comum com vista ao seu reforço e desenvolvimento”.

Este Acordo possuía 23 artigos relacionados com o estreitamento das relações entre os dois países nos domínios da educação, da cultura, da ciência e do desporto⁴¹.

Os dois países tinham consciência das vantagens que este Acordo traria e procuraram, deste modo, incentivar o respeito mútuo dos valores culturais próprios, o intercâmbio cultural, artístico e científico entre ambos os povos, assim como a difusão da língua comum.

Convém referir que este Acordo seria renovado de cinco em cinco anos, caso os dois países considerassem relevante.

Em 1979, Cabo Verde e Portugal assinaram um Acordo sobre a comunicação social, administração pública, ensino, saúde, cultura e correios.

No ano 1980, os dois países assinaram mais um conjunto de Acordos bilaterais, tais como acordos sobre vistos, pescas e cooperação técnica.

No ano 1981, ano em que se verificou no arquipélago a passagem do PAIGC para o PAICV, os dois países assinaram Acordos relativos à segurança social, ao setor judiciário e à cooperação técnica.

Depois, em 1982, Cabo Verde e Portugal assinaram Acordos na área da administração pública, cooperação técnica, judiciário e comunicação social.

No ano 1983, os dois países assinaram Acordos de cooperação técnica e, no ano de 1985, rubricaram um Acordo na área da segurança social.

Em 1988 os dois países assinaram Acordos de cooperação técnica, agrícola, ensino, comunicação social, defesa, cinematográfico, marítimo e cultural e, em 1989, assinaram Acordos na área da administração pública.

Mais tarde, em 1990, ano que marcou a viragem política no arquipélago cabo-verdiano com a abertura ao multipartidarismo, os dois países assinaram ainda Acordos na área dos investimentos e no âmbito agrícola⁴².

Numa análise sintética em relação a esta historiografia das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal, pode constatar-se que, independentemente dos condicionalismos sociopolíticos, os dois países se mantiveram sempre motivados e

⁴¹ Para uma análise em detalhe dos artigos. Cf. Arq. MNE. Gabinete Coordenador para a Cooperação, de (77/02/7), secção PAA (Política, África, Ásia). Acordos com Cabo Verde.

⁴² Cf. Quadro 1. As relações bilaterais da República de Cabo Verde com a República de Portugal entre os anos de (1974 – 2004), disponível em anexo I.

empenhados em assinar Acordos com vista a permitir que os dois Estados tivessem uma relação mais estreita em nome do desenvolvimento e do progresso económico e social.

Aliás como constata Marchueta

“Portugal mantém, com Cabo Verde uma relação de grande proximidade e de forte solidariedade, expressa, aliás numa densa teia de acordos bilaterais, iniciada, em 1975, com a celebração do acordo geral de cooperação e amizade, e que iria desembocar, em 1998, num importante arranjo monetário-cambial, reflexo de um relacionamento muito particular” (Marchueta, 2003, p. 76).

Indicadas as características do relacionamento entre os dois países na fase monopartidária de Cabo Verde, interessa saber a opinião de alguns dos intervenientes nesse relacionamento.

No entender do antigo Embaixador de Portugal em Cabo Verde, Eugénio Anacoreta Correia, “as relações entre Cabo Verde e Portugal na fase do partido único foram boas, sempre foram boas. Entre os dois países há uma relação de grande afetividade e ultrapassa as contingências da própria História. Foi uma relação estável e transversal a várias áreas”⁴³.

Já o antigo Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Manuel Correia, escreve que as relações entre Cabo Verde e Portugal, na fase monopartidária, “decorreram com toda a normalidade. Tive a oportunidade de estar a coordenar cursos de Bacharelato em Agronomia ainda nessa fase e tudo correu muito bem dentro de um espírito de entreajuda que registo com saudade”⁴⁴.

O que se pode sublinhar depois de analisar os depoimentos dessas duas personalidades é que, durante todo o período em que o país viveu sob um sistema monopartidário, com todos os defeitos inerentes a este sistema partidário, os dois países relacionaram-se em várias áreas.

Neste ponto, importa ter em conta que o arquipélago cabo-verdiano, após a extinção do PAIGC, viu nascer uma nova força partidária, o PAICV, fundado em 1981 e que, na atualidade continua a ser uma das principais forças partidárias do espectro político cabo-verdiano.

Na pesquisa feita para desenvolver este subcapítulo, consegue-se perceber que praticamente não houve grandes alterações nas relações entre Cabo Verde e Portugal aquando

⁴³ Cf. Entrevista de Eugénio Anacoreta Correia no apêndice VIII

⁴⁴ Cf. Entrevista de Manuel Correia no apêndice IX

da passagem do PAIGC para o PAICV. As relações entre os dois países mantiveram-se, como testemunha Corsino Tolentino.

Este antigo Embaixador, a propósito da questão das relações entre Cabo Verde Portugal na fase do partido único, escreve que “as relações entre Portugal e Cabo Verde reiniciaram no quadro do 25 de Abril de 1974” e recorda que, em Agosto de 1975, chefiou “a primeira delegação do governo de Cabo Verde independente, com a missão de tomar o pulso às autoridades da antiga metrópole e abordá-las sobre a questão dos cabo-verdianos que tinham de sair de Angola e não podiam vir a Cabo Verde”. Tolentino sustenta que “a iniciativa teve grande sucesso e o diálogo continuou a caracterizar a relação”⁴⁵.

Já sobre a questão se houve continuidade ou uma descontinuidade nas relações entre Cabo Verde e Portugal aquando da passagem do PAIGC para o PAICV, Corsino Tolentino afirma que “durante 40 anos passados desde 1975, nunca houve descontinuidade no relacionamento entre Portugal e Cabo Verde. É uma particularidade que explica como é possível fazer muito com limitados recursos”. Tolentino sublinha ainda que o nem o golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau em 1981, e que contribuiu para que houvesse a passagem do PAIGC para PAICV, afetou o relacionamento entre Cabo Verde e Portugal.

Sendo assim, Tolentino afirma que “em 1980, o PAICV emergiu como consequência do golpe de Estado na Guiné-Bissau. Portugal reconheceu que esse motivo era sério e não podia afetar a relação bilateral. Assim foi e Portugal continua até hoje apostado na viabilização de Cabo Verde”.

Tendo em conta esta postura de Portugal para com Cabo Verde, Corsino Tolentino acredita que, aquando da passagem do PAIGC para o PAICV, as relações entre os dois países continuaram de forma normal e “praticamente não se registaram alterações programáticas nem comportamentais de relevo, mas procurou-se imprimir mais eficácia à governação das ilhas, da emigração e das relações exteriores”⁴⁶.

Em suma, a forte ligação histórica, cultural e política que existe entre Cabo Verde e Portugal conseguiu resistir aos diferentes regimes e sistemas político-partidários e durante o monopartidarismo os dois países não tiveram grandes alterações na forma como se relacionaram.

Cabo Verde a partir da década de noventa enveredou pelo caminho da democracia e do multipartidarismo com a criação do MpD e outras forças político-partidárias, e, no

⁴⁵ Cf. Entrevista de Corsino Tolentino no apêndice VII

⁴⁶ Idem

subcapítulo que se segue, faz-se uma abordagem desta nova era política para o arquipélago de forma a perceber se houve uma mudança no relacionamento político-diplomático entre Cabo Verde e Portugal a partir deste período.

2.3. A formação do MpD, as outras forças políticas e as primeiras eleições livres e democráticas

Cabo Verde possui uma jovem democracia e a luta político-partidária de cariz democrático iniciou-se nos anos noventa e perdura até hoje. É mister referir que, inicialmente, existia apenas PAIGC que, posteriormente, veio ser substituído pelo PAICV, e com a abertura ao multipartidarismo o país viu nascer uma nova força partidária que é o MpD.

A entrada do MpD na cena política cabo-verdiana constituiu uma nova fase política na vida do arquipélago. Havia a esperança, a ambição e a vontade de criar um Estado verdadeiramente democrático, económica e financeiramente sustentável e um país virado para futuro.

O desgaste político do PAICV era visível pois tinha falhado política e financeiramente o que abriu caminho ao aparecimento de novos partidos e novas forças políticas com vontade de apresentarem novas ideias e novos projetos para o país.

É importante frisar que, mesmo antes a criação oficial do MpD, havia no seio da sociedade cabo-verdiana, personalidades que contestavam a situação política do país e que ansiavam por uma mudança radical na vida política do país. Entre essas personalidades incluíam-se Carlos Veiga e os seus camaradas de percurso que, posteriormente, viriam a revelar-se fulcrais para o futuro político do arquipélago.

Para o antigo líder do MpD e uma das personalidades mais respeitada na sociedade cabo-verdiana, Carlos Veiga, o MpD surgiu como «um grito de revolta político e hábil contra as baias redutoras da liberdade de expressão e associação política, impostas pelo regime de partido único» (Manalvo, 2009, p.87).

Portanto, o alvo já estava definido. Era fundamental combater o partido único e inaugurar uma nova etapa na vida do país, demonstrando ao povo cabo-verdiano e ao Mundo que existiam pessoas com projetos e vontades de mudar a face política do país.

A partir desse momento a tarefa era procurar um melhor conhecimento do país e apelar à comunidade internacional sobre a importância da abertura política do país com vista à construção de um Estado democrático e moderno.

Depois de imensas lutas internas e de forte pressão internacional, finalmente o partido único teve que ceder e aceitar novos partidos e grupos de cidadãos. Assim surgiu o manifesto que deu origem ao MpD, reunindo 700 assinaturas. Um manifesto que teve participação popular e foi motivo de festejo em várias ilhas do arquipélago.

Este novo partido demarcava-se, de forma inequívoca, dos princípios político-ideológicos do partido único e tinha como principais objetivos implantar a democracia, pugnar pelo respeito pelos Direitos Humanos, defender a liberdade, a justiça social e o progresso económico

Convém referir que, além do MpD e do PAICV, passaram a existir legalmente outras forças partidárias em Cabo Verde, caso da UCID, PTS, PSD, PRD E PCD. Também existem agrupamentos políticos denominados «grupos de cidadãos», que estão autorizados pela CNE a apresentarem candidaturas em determinados círculos eleitorais e nível dos concelhos.

No entanto, apesar de haver um sistema multipartidário em Cabo Verde, desde as primeiras eleições livres e democráticas no arquipélago, apenas o MpD e o PAICV conseguiram ganhar maiorias absolutas e formar governos. Ou seja, apenas o MpD e o PAICV possuem maior capacidade de mobilizar a sociedade civil, sendo, na visão do teórico e cientista político italiano Gianfranco Pasquino, partidos com “vocação maioritária”.

Os partidos com essa vocação, conseguem convencer as pessoas de que os seus projetos e os seus programas políticos são as melhores e, sendo assim, são escolhidos para dirigirem os destinos políticos de várias sociedades e defenderem o bem comum.

Tendo em conta a análise da realidade político-partidária de Cabo Verde, vários teóricos e analistas políticos defendem que a democracia do país caminha rumo à bipolarização. Ou seja, uma alternância cada vez mais frequente entre esses dois grandes partidos e uma preocupante incapacidade das outras forças políticas em se intrometerem nesse jogo político.

Já em relação ao sistema de governo, (assunto que já referimos em páginas anteriores), é importante referir que, segundo a estudiosa Roselma Évora et al., (2013 p. 236), o mesmo se caracteriza por ser um parlamentarismo onde “tanto o Presidente da República, que representa o Estado, como o Primeiro-ministro, chefe do Governo, são politicamente responsáveis pela Assembleia Nacional”. Isto é, nesse sistema verifica-se que não há uma

centralização do poder apenas num órgão político e que esses poderes são fiscalizados através da Assembleia Nacional.

Em relação ao primeiro ato eleitoral livre e democrático no arquipélago, em janeiro de 1991, o povo cabo-verdiano foi às urnas escolher os seus dirigentes deixando para trás um período marcado pelo autoritarismo e inaugurando uma nova etapa histórica com vista à democracia, liberdade e prosperidade.

Na década de 1990, tanto os círculos académicos como a Igreja fizeram imensas pressões com vista a impulsionar as reformas políticas estruturais para que houvesse candidaturas livres e, por conseguinte, eleições livres no arquipélago.

Nessas eleições, Carlos Veiga e Mascarenhas Monteiro, pelo MpD, foram eleitos como Primeiro-Ministro e Presidente, respetivamente.

2.4. Características das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal a partir da abertura ao multipartidarismo. Continuidade ou rutura?

A abertura política em Cabo Verde deu-se nos no início da década de noventa do século passado (1991) com a realização de primeiras eleições livres, democráticas e pluralistas.

Esse momento marca uma grande viragem na história política do arquipélago dado que começaram a ser lançadas as bases para a construção de um Estado verdadeiramente democrático, baseado no respeito pelos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos.

Importa referir que no sistema multipartidário ou pluripartidário, sistema que é característico das sociedades democráticas e liberais, existem vários partidos que concorrem aos atos eleitorais e, caso vençam as eleições, têm legitimidade para formar Governo e governar sós ou em coligações. Porém, como mostrou o recente caso das eleições legislativas em Portugal, também é possível aos partidos derrotados virem a constituir Governo desde que disponham de maioria de deputados no Parlamento.

Acerca da abertura política verificada no arquipélago, Pinto (2005, p.144) afirma que o “momento determinante nesse processo poderá ter sido a visita do Papa João Paulo II a Cabo Verde a em 25 de Janeiro de 1990”. O mesmo autor constata que, “após esse evento, o Conselho Nacional do PAICV decidiu enveredar pela via do multipartidarismo”. Com a abertura política houve a necessidade de se fazer reformas estruturais no aparelho político administrativo do país e uma necessidade de se investir em sectores estratégicos do país com vista ao desenvolvimento do país e atingir o bem-estar social. Convém referir que o sistema multipartidário na República de Cabo Verde foi oficializado na Lei Constitucional número (2/III/1990) de 29 de setembro, onde o artigo 4 número 1 refere que “é livre a constituição de partidos políticos” e o número 2 da mesma Lei Constitucional estipula que “os partidos políticos concorrem para a organização e expressão da vontade popular e do pluralismo político e constituem estrutura mediadora fundamental da participação dos cidadãos na vida política”.

Quanto à alínea 3 da mesma Lei Constitucional, esclarece que “os partidos políticos devem respeitar a independência e a unidade nacionais, a integridade territorial e a democracia política, e, na sua organização e funcionamento, devem obedecer as regras democráticas”⁴⁷.

Esta nova Lei Constitucional veio, de facto, demonstrar uma demarcação radical com os ditames político-ideológicos da antiga Constituição.

Em Cabo Verde a criação de um novo texto Fundamental (Constituição)⁴⁸. Foi, de facto, uma pedra basilar na construção da democracia e Estado de Direito. Aliás a revisão constitucional de 1992 foi fulcral no processo da democratização do país.

Grosso modo a nova Constituição de Cabo Verde, assentava em três grandes objetivos: Colocar o Homem no epicentro da construção do Estado de Direito, a consagração dos direitos e liberdades individuais, conducente a uma economia de mercado, a criação de um regime democrático, multipartidário, com sistema de governo de parlamentarismo mitigado.

Na pesquisa desenvolvida para desenvolver este subcapítulo, é possível ter uma noção clara de que a abertura ao multipartidarismo no arquipélago Cabo-verdiano teve um

⁴⁷Cf. Site da Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, disponível em: www.legis-palop.org/bd/Legislaçao.aspx/Show13335?country=Cabo Verde, acedido a [11/03/2016]

⁴⁸ Constituição é a Lei Fundamental dos Estados, nela estão plasmadas os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Sendo assim, todo o aparelho político, económico, grupos de pressão e cada cidadão em particular, deve conhecê-la e respeitá-la em nome da estabilidade política e da coesão social. Conforme Sousa et al., (2005, p.51), a Constituição “é a trave mestra do ordenamento jurídico de uma comunidade politicamente organizada, aquilo a que muitos chamam a lei das leis, a norma das normas”.

papel decisivo no melhoramento e na consolidação das relações, em várias áreas, entre Portugal e Cabo Verde.

Desde a abertura ao multipartidarismo no arquipélago, a República de Cabo Verde já foi representada em Portugal por mais sete Embaixadores, sendo que o primeiro foi Eugénio Augusto Pinto Inocêncio, que esteve no cargo entre 1991 a 1994, depois foi José Luís Jesus, que desempenhou o cargo entre os anos de 1994 e 1996, mais tarde Teófilo Figueiredo Almeida Silva exerceu funções entre 1996 e 1999 e João Higinio do Rosário Silva representou o país entre 1999 e 2002. Entre os anos 2002 a 2005, Onésimo Silveira foi o Embaixador, posteriormente, entre os anos 2006 e 2010, Arnaldo Andrade Ramos desempenhou o cargo e a atual Embaixadora de Cabo Verde em Portugal é Madalena Neves que assumiu este cargo em 2012⁴⁹.

Quanto a Portugal, após a abertura ao multipartidarismo no arquipélago, foi representado oficialmente por João Guerra Salgueiro, que desempenhou o cargo entre os anos 1990 e 1993, Carlos Manuel Folhadela Macedo de Oliveira, encarregado de negócios interino de Portugal em Cabo Verde durante apenas três meses, ou seja, entre setembro de 1993 e dezembro deste mesmo ano, Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia, personalidade que concedeu uma entrevista para esta dissertação e desempenhou o cargo entre 1994 e 1999. O seu sucessor foi Rui Quartin Santos, que esteve em funções de 1999 a 2002 e, entre os anos 2002 e 2007, foi Francisco Maria de Sousa Ribeiro Telles que desempenhou o cargo de Embaixador de Portugal em Cabo Verde. Posteriormente, em 2007, Portugal nomeou como a sua Embaixadora em Cabo Verde, Maria da Graça Reynaud Campos Trocado Guimarães, introduzindo assim a primeira figura feminina a representar a diplomacia portuguesa no arquipélago. Esta Embaixadora desempenhou o cargo entre os anos 2007 e 2011. Já mais recentemente, Bernardo Fernandes Homem de Lucena representou Portugal em Cabo Verde entre 2011 e janeiro deste ano, isto é, de 2016⁵⁰.

Um aspeto relevante que se pode constatar nas relações no âmbito diplomático entre Cabo Verde e Portugal é que com a abertura ao multipartidarismo no arquipélago Cabo-verdiano também houve a mudança a nível dos Embaixadores. Ou seja, João Manuel Guerra Salgueiro substituiu no cargo de Embaixador de Portugal em Cabo Verde José Custódio de Freitas Fernandes Fafe que desempenhara o cargo entre os anos 1986 e 1990. No entanto, esta

⁴⁹Cf. Site oficial da Embaixada de Cabo Verde em Portugal, http://embcv.pt/conteudos_gera_sub.asp?idarea=2&idsub=44, acessado a [18/03/2016]

⁵⁰Cf. Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros, (MNE), Instituto Diplomático <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/42-relacoes-diplomaticas/titulares/560-cabo-verde.html>, [15/03/2016]

substituição pode ser vista como decorrendo do processo normal que implica a substituição de um Embaixador quando termina o seu mandato.

Uma leitura talvez diferente possa ser feita do lado cabo-verdiano porque a partir dos anos noventa com o desgaste do partido único e da sua ideologia, e, por conseguinte, a adesão de Cabo Verde aos princípios democráticos e pluralistas, houve também mudança a nível dos Embaixadores de Cabo Verde em Portugal e Eugénio Augusto Pinto Inocêncio substituiu Herculano Adelaide Vieira.

Uma vez que se analisa a influência da abertura ao multipartidarismo em Cabo Verde no seu relacionamento político-diplomático com Portugal, importa referir diferentes Protocolos e Acordos de cooperação desenvolvidos entre os dois países a partir do período multipartidário no arquipélago até aos dias de hoje.

Sendo assim, é justo referir que em 1992 os dois países assinaram Acordos na área das pescas, estatísticas e cooperação técnica. Em 1993, rubricaram Acordos de cooperação técnica e seguros. No ano de 1994 foram assinados mais Acordos na área da comunicação social e, no ano de 1995, os dois países assinaram Protocolos, uma vez mais, na área da cooperação técnica. Depois, no ano de 1997, entre Cabo Verde e Portugal foram assinados Acordos no âmbito cultural, ensino, migrações, consular, ajuda alimentar, comunicação social, defesa e no sector judiciário. Em 1998, Cabo Verde e Portugal rubricaram Acordos no âmbito rodoviário, financeiro e, também nesse ano, foi assinado o Acordo Cambial entre os dois países. No ano 1999, os dois países assinaram Acordos na área da cooperação técnica, pescas, área fiscal, ajuda de emergência, setor judiciário e administração pública. Entre os anos 2000 a 2004, foram assinados mais Acordos de cooperação bilateral nas áreas financeiras, segurança social, cooperação técnica, saúde e nos setores aéreo e judiciário⁵¹.

De referir que, entre 2005 e 2007, Cabo Verde e Portugal criam o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) através do Portugal se comprometeu a apoiar Cabo Verde no reforço da democracia e do Estado de Direito, na redução da pobreza, assistência técnica e capacitação dos recursos humanos, sendo que para atingir esses objetivos as áreas selecionadas para um maior investimento foram a da educação, agricultura, saúde e economia.

Já em 2008, altura em que Cabo Verde se preparava para iniciar uma nova fase do desenvolvimento, e, por conseguinte, intensificar as suas relações com a U.E, os governos da

⁵¹ Cf. Quadro 1. As relações bilaterais da República de Cabo Verde com a República portuguesa desde 1974 a 2004, disponível em anexo I.

A assinatura de todos estes Acordos e Protocolos entre os dois países em diferentes épocas e circunstâncias sociopolíticas vem dar razão ao Eugénio Anacoreta Correia que na entrevista sublinha que “arrisco dizer que não há setor onde não exista relações de cooperação entre Cabo Verde e Portugal”. Cf. Entrevista em apêndice VIII.

República de Cabo Verde e de Portugal criam um Programa Indicativo de Cooperação (2008-2013) que procurava “contribuir para que Cabo Verde reforce e consolide o seu desenvolvimento constituindo-se como polo catalisador e de liderança na Região”.

Também a estratégia de cooperação para o quadriénio 2008-2011 visava ajudar o país nas áreas estruturantes, contribuindo para que se “consolidem e reforcem os avanços conseguidos a nível social prosseguindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁵², como a nível económico, procurando minimizar algumas vulnerabilidades com que o país defronta”. E isto deveria ser feito “de forma para que haja uma progressiva e sustentada integração da economia cabo-verdiana na economia mundial”⁵³.

Os eixos e as áreas prioritárias do Plano centravam-se na boa governação, participação e democracia e, daí, o investimento na capacitação institucional, finanças públicas e técnico- militar, no desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza.

Importa referir ainda que este Plano também procurava investir na educação, formação profissional e desenvolvimento social, infraestruturas e na concretização de um *cluster* de cooperação.

Além disso, o Plano apoiava o país na consolidação da Parceria Estratégica com a União Europeia.

A escolha dos eixos e as respetivas áreas de intervenção foi o resultado da conjugação das prioridades de Cabo Verde e das vantagens comparativas e prioridades sectoriais da cooperação portuguesa.

Importante salientar ainda que a componente língua comum e a mesma matriz jurídico-institucional permitiriam que “a cooperação seja predominantemente em projectos e programas cujos componentes fundamentais são a formação e a assistência técnica”.

Além dessas diferentes formas de cooperação, Portugal, com estes programas, introduziu “uma nova modalidade de ajuda: o apoio directo ao Orçamento”⁵⁴.

Em 2012, os dois governos assinaram novamente um outro Programa Indicativo de Cooperação, desta vez para o período 2012-2015, reforçando, uma vez mais, os laços de

⁵² Estes objetivos, segundo a página oficial da ONU, são: 1- Reduzir a pobreza extrema e fome, 2- alcançar o ensino primário universal, 3- promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, 4- reduzir a mortalidade infantil, 5- melhorar a saúde materna, 6- combater o VIH/SIDA, a malária e as outras doenças, 7- garantir a sustentabilidade ambiental, e, por último, objetivo 8- criar uma parceria mundial para o desenvolvimento. Cf. <https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>.

⁵³ Cf. Plano Indicativo de Cooperação- Portugal – Cabo Verde, disponível em http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/pic_cv_08_11.pdf, acedido a [24/03/2016]

⁵⁴ Cf. Plano Indicativo de Cooperação- Portugal – Cabo Verde, disponível em: http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/pic_cv_08_11.pdf, acedido a [24/03/2016]

cooperação entre os dois povos e Estados. Este Acordo cobria várias áreas: económica, financeira, energia, administração interna, ciência, investigação científica, segurança social, defesa e saúde.

Após a assinatura desde Acordo, Passos Coelho, então Primeiro-Ministro de Portugal, destacou “o «refinamento» das relações bilaterais, enfatizando que o contexto de crise internacional cria oportunidades de negócio para as empresas dos dois países, através das parcerias”.

Passos Coelho sustentou ainda que “não podemos abrandar a cooperação e não podemos desleixarmo-nos no potencial que ainda existe”⁵⁵.

Já José Maria Neves, então Primeiro-Ministro de Cabo Verde, realçou que as relações entre os dois países “atingiram um nível de grande cumplicidade, que vai permitir que Portugal invista em áreas que estão no centro da transformação de Cabo Verde”. E estas áreas são: “energias renováveis, construção civil, agronegócios, tecnologias da informação e comunicação, ambiente e ainda no domínio do mar”⁵⁶.

Indicadas as características do relacionamento entre os dois países na fase multipartidária de Cabo Verde, interessa saber a opinião de alguns dos intervenientes nesse relacionamento.

Apesar do novo paradigma político no arquipélago, Corsino Tolentino constata que “diga-se o que se disser, apesar da mudança, a mesma elite continuou no poder em Cabo Verde”. Porém, o mesmo autor reconhece ainda que “o multipartidarismo trouxe um relacionamento mais descontraído entre os dois países”. Este relacionamento era “focalizados no eixo bilateral e das relações entre Estados, os sectores privados e as organizações da sociedade civil”. Quando confrontado com a questão das consequências da mudança de regime no arquipélago, Tolentino não hesita em afirmar que “teve consequências positivas”⁵⁷.

No entender do antigo Embaixador de Portugal em Cabo Verde, Eugénio Anacoreta Correia, a abertura ao multipartidarismo em Cabo Verde “teve consequências positivas no relacionamento entre os dois países a vários níveis”, designadamente “a boa relação entre os dois países foi desenvolvida com o facto de ambos passarem a coincidir na defesa dos ideais democráticos, dos direitos humanos, do Estado de Direito, do respeito e tolerância para com a diferença”.

⁵⁵ Cf. *Jornal Público* de 02/12/2012 «Portugal e Cabo Verde assinam acordos de cooperação», disponível em: <https://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-e-cabo-verde-assinam-acordos-de-cooperacao-1575837>, acedido a [21/03/2016]

⁵⁶ Cf. *Jornal Público* de (02/12/2012) «Portugal e Cabo Verde assinam acordos de cooperação», disponível em <https://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-e-cabo-verde-assinam-acordos-de-cooperacao-1575837>, acedido a [21/03/2016]

⁵⁷ Cf. Entrevista de Corsino Tolentino no apêndice VII

Anacoreta Correia acrescenta na entrevista que “é importante referir que além do relacionamento oficial entre as autoridades dos dois países, havia também um óptimo relacionamento pessoal entre os decisores políticos portugueses e a elite governativa cabo-verdiana. Essas personalidades conheciam-se bem e tinham, umas pelas outras, um respeito e consideração muito grande”.

Este interveniente aproveita para sublinhar que “no tempo em que o Prof. Cavaco Silva foi Primeiro-Ministro houve um incremento das relações entre Portugal e as suas antigas possessões com a organização de reuniões de Comissões Mistas de Cooperação com vista a fomentar o diálogo e a aproximar esses povos unidos pela língua e pela História”. E constata que “a primeira dessas reuniões foi feita com Cabo Verde, depois houve também uma Comissão Mista com a Guiné-Bissau”⁵⁸.

O antigo Embaixador diz, ainda, que “Mascarenhas Monteiro, que foi o primeiro Presidente da República de Cabo Verde no período multipartidário, Carlos Veiga, que foi o primeiro Chefe de Governo saído de eleições livres, além de muitos outros dirigentes cabo-verdianos, tinham estudado em Portugal, conheciam a realidade política portuguesa e eram amigos de personalidades influentes da vida política portuguesa”.

Eugénio Anacoreta Correia sublinha também que “a abertura democrática fez regressar a Cabo Verde personalidades com vidas profissionais firmadas e consideradas em Portugal e que, com a sua experiência e as amizades que tinham, foram fundamentais para as mudanças que se registaram em Cabo Verde”. Assim, aproveita para citar os nomes de “Gustavo Araújo, Úlpio Fernandes, João Higino e Manuel Chantre (que o PAICV considerava serem IT-Importação Temporária) que integraram o primeiro governo liderado por Carlos Veiga”⁵⁹.

Aliás, se for analisada a realidade política cabo-verdiana, pode constatar-se que o atual Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, estudou e lecionou em Portugal e conhece muitas pessoas influentes da vida política portuguesa.

Já Manuel Correia, quando questionado sobre se houve mudanças no relacionamento político entre Cabo Verde e Portugal quando o arquipélago instituiu o multipartidarismo, afirma que “talvez tenham havido mais nas palavras do que nos actos. Embora todos comunguem que a entrada no multipartidarismo trouxe a Cabo Verde um novo elam na

⁵⁸ Cf. Entrevista de Eugénio Anacoreta Correia no apêndice VIII

⁵⁹ Idem

comunidade internacional, e isso creio mesmo que aconteceu, no que a Portugal diz respeito creio que na realidade o relacionamento continuou com dantes – muito bom”⁶⁰.

Cabo Verde tinha imensos desafios pela frente com o intuito de construir um Estado democrático e moderno e, para Manalvo, (2009, p. 112), “havia que promover o alargamento da democracia política e das garantias dos cidadãos, credibilizar a imagem do país, alargar o relacionamento externo e estreitar relações com a comunidade emigrada”.

A nível local, o país procurou envolver a sociedade civil nas tomadas das decisões, aprofundando a cultura de participação cívica, havendo também a preocupação de criar um poder local forte, autónomo e, sobretudo, autêntico, dotando os municípios de órgãos livres e eleitos diretamente.

Houve, ainda, reformas a nível da saúde, educação, obras públicas, na economia, no sector do comércio, na política externa e na área financeira.

No que se refere à saúde, o sector foi aberto à iniciativa privada, ao mesmo tempo que o Orçamento Geral do Estado foi o sector que mais cresceu – cerca de 25%. Houve uma maior cobertura dos serviços de saúde ao mesmo tempo que se alargava a gratuitidade do sistema. Foi também criado um novo quadro legal para regular o sistema.

Em relação à educação, um dos principais pilares de uma Estado de Direito, Manalvo, (2009 p.117) afirma que “foi criada uma profunda reforma do sistema educativo, regulando o seu funcionamento, dignificando-o, criando melhores programas de incentivo e apoio aos alunos, reformulando o parque escolar”. E, além disso, “despartidarizou-se a própria educação”.

Relativamente às obras públicas, foi lançado, com a ajuda do Banco Mundial, um vasto programa de infraestruturação do país, sobretudo no que aos portos e aeroportos dizia respeito, espalhado por todas as ilhas e criando melhores condições para melhorar a vida das pessoas.

Na economia do país, havia um sistema desorganizado, ineficiente e com vários problemas do período pré-democrático. Sendo assim, procurou-se atuar imediatamente em setores importantes para o futuro do país. A agricultura e as pescas foram as áreas que mereceram uma atenção especial.

Na agricultura foi reorganizado o sector visando uma mais eficaz exploração dos solos. Já o sector das pescas foi dinamizado, reorganizado e alvo de grande investimento em novas embarcações e equipamentos para fazer armazenagem.

⁶⁰ Cf. Entrevista de Manuel Correia em apêndice IX

No setor do comércio⁶¹, sensível às enormes carências alimentares da população, houve a liberalização do mercado e a circulação interna de mercadorias, regulando os preços dos bens essenciais em condições aceitáveis para o nível de vida local. Procurou-se também desburocratizar a atividade comercial e iniciou-se a transferência para as autarquias de muitas das competências de licenciamento local.

Houve a preocupação de criar um quadro legal e também criar no país uma verdadeira economia de mercado, aproximando Cabo Verde das organizações económicas regionais, caso da CEDEAO, com vista a potencializar as vantagens competitivas do país.

Em relação à área da política externa, que é o aspeto que mais interessa para este estudo, foram realizadas também várias reformas no sentido de conseguir assegurar, através das relações bilaterais e multilaterais, um relacionamento mais estreito com vários Estados e organizações internacionais.

Torna-se mister realçar que, nos finais da década de oitenta e no início da década de noventa do século passado, houve grandes alterações que aconteceram no panorama político mundial.

A comunidade internacional estava fortemente empenhada em defender os princípios da democracia e do direito e daí que todos os Estados tivessem que respeitar os valores e princípios que regem a vida internacional.

Cabo Verde rapidamente se comprometeu a respeitar todas as regras e princípios que regem as relações interestaduais e, com o seu empenho político, conseguiu de forma rápida o reconhecimento da comunidade internacional.

O país teve uma enorme vitória diplomática ao ser eleito como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) com 159 votos a favor, uma votação muitíssimo expressiva.

Era, portanto, o reconhecimento de um caminho que estava a ser construído de forma rigorosa e em direção a um tão desejado progresso. O primeiro governo eleito em democracia

⁶¹ Neste setor de crucial importância para o arquipélago, principalmente o comércio externo, Cabo Verde tem também em Portugal um parceiro de confiança. Tanto Portugal importa bens e serviços cabo-verdianos, como Cabo Verde importa bens e serviços portugueses. Cabo Verde importa de Portugal principalmente máquinas e materiais de Construção, minérios e metais comuns, acessório dos transportes, produtos alimentares, aparelhos elétricos, entre outros.

Já Portugal importa do arquipélago, essencialmente, confeções, calçado e as suas partes, produtos do mar e algumas bebidas e produtos alimentares. Cf. Quadro sobre as importações e exportações entre Cabo Verde e Portugal entre os anos 2001 e 2014, disponibilizado pela Câmara de Comércio, Indústria e Turismo, Portugal-Cabo Verde, disponível em http://www.portugalcabo Verde.com/item1.php?lang=0&id_channel=20&id_page=48

estava empenhado em trabalhar para que o arquipélago pudesse ser um país competitivo a nível político, democrático e economicamente estável.

Deste modo, Cabo Verde, apesar do bom relacionamento com Portugal, procurou, igualmente novos interlocutores, pois, como afirma Manalvo, (2009, p. 114), “procurou-se um maior envolvimento com os Estados da Comunidade Europeia, e também com os EUA, alargando a penetração dentro dos quadros políticos e económicos do mundo livre e desenvolvido”.

Houve também a preocupação de estreitar laços de cooperação bilateral com outros países onde existia uma presença considerável de cabo-verdianos, caso de Espanha, França, Suíça, Holanda e Luxemburgo, até para que os cabo-verdianos em situação irregular pudessem resolver a sua situação.

Face a tudo o que foi exposto neste subcapítulo, pode dizer-se que as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal tiveram grande consolidação e diversificação a partir da abertura ao multipartidarismo ocorrida no arquipélago.

Além disso, Cabo Verde tinha a consciência da importância de estreitar relações com vários países que fazem parte da União Europeia e também com outros países de outros continentes. Verificou-se, por isso, uma profunda reforma aduaneira, simplificando o comércio internacional, ao mesmo tempo que se procedeu a reformas estruturais internas que vieram, *a posteriori*, a revelar-se essenciais na dinamização da vida política e económica do país.

2.5. A alternância democrática em Cabo Verde e a sua relevância no panorama político cabo-verdiano

Nas democracias modernas, a alternância política é fundamental para o sistema político e também permite que haja maior transparência e responsabilidades na gestão da coisa pública.

O poder é extremamente ambicionado e, por isso, é alvo de competição por parte daqueles que ambicionam atingir um patamar diferenciado na estrutura societal. O grande apego ao Poder e a falta de alternância política minam a estabilidade política e a paz social e condicionam fortemente o normal funcionamento das instituições democráticas.

Thomas Hobbes, autor do famoso *Leviatã*, já tinha observado que existem três principais motivos para a discórdia humana. São eles: “a competição, a desconfiança e a

glória”. E além disso, Hobbes já tinha constatado que “o poder e as suas considerações serão indissociáveis à condição humana” e que “o homem é caracterizado por um desejo perpétuo e irresistível de poder que só cessa no momento da morte”.

Através da busca do Poder e prestígio internacional, há uma constante competição entre os Estados na arena política internacional. E o Poder, que é um conceito central das áreas da Ciência Política, Diplomacia e das Relações Internacionais, é estudado ao pormenor com vista a perceber melhor a realidade, cada vez mais complexa, da vida internacional.

O Poder está fortemente relacionado com a capacidade de influenciar as decisões de terceiros, quer sejam dos outros indivíduos que fazem parte da estrutura social, quer sejam dos outros Estados.

Daí que se torne imprescindível haver regras bem definidas nos vários Estados com vista a impedir que haja usurpação do Poder. E caso não haja regras, leis e princípios bem estabelecidos, “a competição leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro, a desconfiança leva os homens a atacar os outros tendo em vista a segurança, e por último, a glória leva os homens a atacar os outros tendo em vista a reputação”⁶².

Na vida política atual, dentro de qualquer estrutura ou organização é fundamental haver um quadro legal que possa limitar determinadas atitudes dos agentes políticos e sociais com vista a preservar a liberdade, a democracia a equidade e a justiça social.

Entretanto, pode constatar-se que, um pouco por todos os continentes, ainda hoje, no séc. XXI, existem governantes que permanecem agarrados ao Poder e não respeitam o princípio de separação de poderes teorizado por Montesquieu.

O enorme apego ao Poder, por um lado, põe em perigo a democracia e os princípios democráticos, e, por outro lado, inviabiliza o direito dos cidadãos participarem ativamente na vida política dos seus Estados comprometendo, deste modo, o progresso económico e social e, sobretudo, a coesão social.

Em Cabo Verde, em relação à alternância democrática, pode dizer-se que, desde as primeiras eleições livres e democráticas realizadas no início da década de noventa, existe uma alternância entre os dois principais partidos, o PAICV e o MpD.

De facto, esses dois grandes partidos têm sido dominantes no espectro político cabo-verdiano e os outros partidos mais pequenos, apesar do empenhamento político dos seus

⁶²Cf. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesástico e civil* (p. 111). Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva.

dirigentes com vista a fazer oposição, vivem praticamente à margem da vida política ativa em Cabo Verde.

Neste contexto, é pertinente trazer à colação, uma vez mais, a questão, já muito discutida na sociedade cabo-verdiana, sobre a tendência para a bipolarização da democracia em Cabo Verde. Isto é, da enorme capacidade que os dois principais partidos cabo-verdianos – PAICV e MpD – possuem de mobilizar a população e ganhar maiorias absolutas nas eleições, contrastando com a enorme incapacidade dos outros partidos de se intrometerem no jogo político e influenciarem a dinâmica do sistema.

É um assunto que deve merecer a atenção e a reflexão da sociedade cabo-verdiana. Por ora, aponte-se, apenas, a forma como a alternância tem ocorrido.

Desde a abertura ao multipartidarismo no arquipélago cabo-verdiano, já se realizaram seis eleições legislativas – 1991, 1995, 2001, 2006, 2011 e, mais recentemente, em 20 de março de 2016.

Em 1991 o PAICV obteve 33,6% dos votos, conseguindo eleger 23 dos 79 lugares na Assembleia Nacional. Por seu turno, o MpD conseguiu eleger mais de dois terços dos deputados, 56 dos 79 deputados, conseguindo, deste modo, eleger Carlos Veiga como Primeiro-Ministro⁶³.

Quatro anos mais tarde, em 1995, o MpD voltou a vencer as eleições legislativas em Cabo Verde, elegendo 51 dos 72 deputados para a Assembleia Nacional e Carlos Veiga foi reconduzido para desempenhar o cargo de Primeiro-Ministro. Nestas eleições, o PAICV conseguiu eleger 21 dos 72 deputados.

Porém, nas eleições legislativas de 2001 houve uma viragem política no arquipélago e o PAICV regressou ao Poder, pois obteve 40 assentos parlamentares, num total de 72, elegendo, deste modo, o Presidente daquele partido, José Maria Neves, como Primeiro-Ministro do país. O MpD elegeu 30 deputados e o PCD e o PTS elegeram 1 deputado cada.

Relativamente às eleições legislativas de 2006, o PAICV, com uma percentagem de 52,28% dos votos, voltou a vencer as eleições elegendo 41 dos 72 deputados, e José Maria Neves foi reconduzido no cargo de Primeiro-Ministro. Já o MpD, com 44,2% dos votos, conseguiu eleger nessas eleições 29 deputados continuando, deste modo, a ser o principal partido da oposição, pois a UCID, com 2,65% dos votos só conseguiu eleger 2 deputados.

⁶³ Todos os dados têm como base os resultados eleitorais disponibilizados pelos *sites* oficiais do MpD, PAICV e INE e pelos jornais *A Semana* de Cabo Verde e *Público e Diário de Notícias* de Portugal.

Em 2011 nas eleições legislativas no arquipélago o PAICV obteve 51% dos votos e conseguiu eleger 37 dos 72 deputados da Assembleia Nacional de Cabo Verde e José Maria Neves foi, novamente, reconduzido no cargo de Primeiro-Ministro. Por seu turno, o MpD, obteve 41, 9 % dos votos, conseguindo eleger 33 deputados enquanto a UCID obteve 4,9% dos votos, elegendo 2 deputados.

Parecia que o PAICV estava a assenhorear-se do Poder, mas, em março de 2016, na mais recente eleição legislativa em Cabo Verde, houve novamente uma mudança no paradigma político com o regresso do MpD ao governo. Ulisses Correia e Silva, Presidente do MpD, conseguiu a maioria absoluta fruto de 53,58% dos votos. O MpD conseguiu assegurar 40 dos 72 deputados na Assembleia Nacional de Cabo Verde. Já o PAICV, liderado pela Janira Hopffer Almada conseguiu obter 37,5 % dos votos, elegendo 29 deputados. A terceira força política mais votada nessas eleições voltou a ser a UCID, que obteve 6,75% dos votos, elegendo 3 deputados.

Como se constata, o sistema de partidos tem-se revelado como um bipartidarismo imperfeito e a alternância tem sido habitual a partir do segundo mandato.

2.6-O Acordo Cambial entre Cabo Verde e Portugal e a sua importância política para os dois países

No atual panorama político internacional torna-se indispensável os Estados criarem condições para se relacionarem de forma mais estreita e eficaz com vista a uma melhor inserção no mundo globalizado e cada vez mais interdependente.

Tendo em conta os laços históricos, culturais e políticos que existem entre Cabo Verde e Portugal, começou a ser possível a intensificação de investimentos e, consequentemente, o aumento de fluxos comerciais com o intuito de haver um desenvolvimento sustentado sobretudo do arquipélago.

Foi na sequência desta vontade expressa pelos dirigentes políticos dos dois países, que se deu a assinatura em 1998 do Acordo Cambial entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde e o protocolo para o estabelecimento da Comissão de Acordo de Cooperação Cambial – Dec. Lei nº24/98.

Este Acordo foi assinado pelo antigo Ministro das Finanças de Portugal, António Sousa Franco, e pelo antigo Ministro da Coordenação Económica de Cabo Verde, António

Gualberto do Rosário e ficou estabelecido um período de quatro anos, com a possibilidade de ser prolongado por período de idêntica duração.

O Acordo sustentava que a estabilidade cambial entre as moedas dos dois países contribuiria de forma significativa para a aproximação mútua e o sucesso das reformas em Cabo Verde.

Assim, a moeda nacional de Cabo Verde passou a estar ligada à moeda nacional da parte portuguesa por uma relação de paridade fixa. Deste modo, a parte portuguesa garantia a convertibilidade da moeda nacional da parte cabo-verdiana com o intuito de facilitar o crédito e reforçar as reservas cambiais de Cabo Verde.

A parte cabo-verdiana adotou como critério de referência o dos Estados membros da União Europeia, comprometendo-se, por conseguinte, a implementar as medidas de política económica compatível com a salvaguarda da paridade cambial entre moedas nacionais das duas partes. E para assegurar a definição e revisão das condições necessárias ao bom cumprimento das obrigações estipuladas no Acordo, bem como para proceder à sua gestão enquanto vigente, foi criada a Comissão do Acordo de Cooperação Cambial, composta por representantes dos governos de ambos os países.

Importa frisar que o Acordo Cambial foi renovado em 2002 e 2006 e estava previsto que estivesse em vigor até 2010. Normalmente a Comissão de Acordo de Cooperação Cambial tem reunido duas vezes por ano e essas reuniões são feitas tanto em Cabo Verde como em Portugal.

A Comissão de Acordo de Cooperação Cambial é constituída por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos dois países, pelos representantes do Banco Central e do Ministério das Finanças.

O Acordo Cambial constitui, portanto, uma consolidação das relações luso-cabo-verdianas no domínio da cooperação económico-financeira. O objetivo é aprofundar os laços económicos bilaterais, nomeadamente na criação de condições para o incremento dos fluxos comerciais e de investimentos.

Passando para a avaliação do Acordo, diga-se que Marchueta escreve que

“através desse acordo, Portugal comprometeu-se a reforçar as reservas externas da divisa cabo-verdiana, ao mesmo tempo que a paridade, assim estabelecida, constituía garantia de uma maior estabilidade para a economia do país, auxiliando a regulação dos preços e assegurando condições favoráveis para o investimento externo” (Marchueta, 2003, pp. 76-77).

E esta estudiosa acrescenta ainda que, “simultaneamente, este acordo parece ter aberto expectativas relativamente à criação de um possível estatuto especial face à União Europeia, susceptível de enriquecer o quadro ACP, em que se insere [o Arquipélago] e de o aproximar da Europa, sem perda da sua soberania”.

Já Eugénio Anacoreta Correia, a propósito da relevância do Acordo Cambial no relacionamento entre os dois países, prefere uma abordagem que passa pela União Europeia. Por isso afirma que “a relação entre Cabo Verde e a União Europeia que remonta a 1977 quando o país aderiu à I Convenção de Lomé, ainda nos tempos da CEE, foi sempre excelente”. Anacoreta Correia reconhece que “teve, porém, um significativo incremento a partir do final dos anos 90 do século passado e Portugal desempenhou um papel importante nesse processo”.

O antigo Embaixador afirma, ainda, que “quando fui Embaixador, promovi, na condição de representante da presidência da UE, as primeiras reuniões na Cidade da Praia entre todos os embaixadores comunitários acreditados em Cabo Verde (a maioria residia em Dakar) com o intuito de incrementar o relacionamento do país com a União Europeia”. E estas reuniões, constata Anacoreta Correia, “contribuíram para a mobilização de apoios vários e, em particular, para os que ajudaram a aliviar a dívida interna de Cabo Verde”.

Este mesmo interveniente sublinha que o Acordo Cambial assinado entre Cabo Verde e Portugal não só serviu para consolidação das relações entre os dois países como serviu para melhorar as relações entre União Europeia e Cabo Verde. Anacoreta Correia reconhece que “o Acordo de Cooperação Cambial assinado entre Portugal e Cabo Verde em 13 de Março de 1998 estabeleceu uma paridade cambial fixa entre o escudo cabo-verdiano e o escudo português, e posteriormente com o Euro” e que o Acordo “abriu a economia e reforçou a confiança nas empresas que querem investir no arquipélago nos diversos sectores”.

Anacoreta Correia constata, ainda, a propósito deste Acordo que “é um exemplo da excelência das relações entre os dois países e do empenhamento político e pessoal dos seus líderes, (designadamente dos Primeiros Ministros Carlos Veiga e António Guterres e de Sousa Franco, Ministro das Finanças de Portugal) no reforço das relações luso-cabo-verdianas e, através dela, na maior aproximação entre Cabo Verde e a União Europeia”⁶⁴.

Corsino Tolentino, quando questionado sobre o papel de Portugal na assinatura da Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde, e, por conseguinte, no estreitar das relações entre a União Europeia e Cabo Verde, também não deixou de fora a questão do Acordo Cambial ao

⁶⁴Cf. Entrevista de Eugénio Anacoreta Correia em apêndice VIII.

afirmar que “o papel de Portugal tem sido positivo. Transferiu a responsabilidade do Acordo Cambial de Lisboa para Bruxelas e colaborou na criação de Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde, um projeto de valor substantivo quase nulo, mas gerador de um ambiente ficcional favorável”.

Em 2008 completaram-se dez anos da assinatura do Acordo Cambial e num livro de Ana Paula Ribeiro, João Loureiro e Manuel Martins, cujo título é “*Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde - Portugal*” (pp. X, XI), os autores constataam que, “a evolução da economia cabo-verdiana após 1998 foi notável e completamente distinta da evolução da maioria dos países africanos, bem como das economias com características semelhantes, mas com regimes cambiais diversos”. Constatam, ainda, que “o Acordo de Cooperação Cambial aprofundou, conforme pretendido, a abertura da economia de Cabo Verde e as suas relações com Portugal e com a Europa” e que “esse aprofundamento teve impactos visíveis no padrão de especialização produtiva e de comércio externo do país, bem como na estrutura da sua Balança de Pagamentos”.

Por isso afirmam que “globalmente, desde 1998, a evolução das políticas económicas domésticas e do mercado financeiro foi claramente positiva, tendo tido reflexos evidentes na evolução da economia de Cabo Verde”.

Face ao exposto conclui-se que o Acordo se tem revelado de extrema importância para o reforço da relação e de cooperação entre os dois países e serviu de alavanca para a dinamização, modernização e desenvolvimento da economia do arquipélago.

2.7. Papel de Portugal na Parceria Estratégica entre a União Europeia e Cabo Verde

Antes de falar especificamente na questão da Parceria Estratégica, é importante fazer uma analepse sobre a estratégia económica de Cabo Verde depois da independência e também sobre a viragem estratégica da política económica após o fim da Guerra Fria.

Do ponto económico, Cabo Verde logo após a sua independência (1975) enveredou por uma economia centralizada e, portanto, contra a iniciativa privada. Deste modo, a estratégia de desenvolvimento adotada caracterizou-se por uma forte intervenção do Estado nas atividades económicas, pretendendo solucionar as necessidades básicas da população e construir as infraestruturas necessárias para estimular e dinamizar o desenvolvimento. O país procurava desenvolver-se, através da execução de grandes projetos de desenvolvimento rural,

de pesca e de construção de infraestruturas sanitárias, sendo que esses esforços foram financiados, sobretudo, por uma enorme ajuda externa e pelas remessas dos emigrantes que o país possui um pouco por todo Mundo.

Com essa postura avessa à iniciativa privada o país não conheceu grande desenvolvimento económico e, após a queda do muro de Berlim (1989), e o final da Guerra Fria (1991), a estratégia político-económica do país teve que se alterar significativamente. A partir desta data os jovens países saídos do fenómeno das descolonizações tiveram que adotar uma política económica liberal de mercado onde a captação de investimento externo era um dos objetivos essenciais. Cabo Verde seguiu essa linha de orientação para se abrir ao Mundo e se adaptar às novas tendências da economia mundial.

De facto, o país, a partir desse período, alterou a sua postura no contexto político internacional e essa alteração constitui uma pedra angular do desenvolvimento económico e político do arquipélago dado que sem a cooperação internacional Cabo Verde dificilmente seria um país viável.

A Constituição é de extrema importância na vida política dos Estados e quando se analisa a atual Constituição da República de Cabo Verde (2012,) no que diz respeito à sua organização económica e financeira constata-se que o artigo 90.º número 5 é explícito ao demonstrar que “o Estado incentiva e apoia, nos termos da lei, o investimento externo que contribua para o desenvolvimento económico e social do país”⁶⁵.

Os responsáveis políticos cabo-verdianos atribuem enorme relevância ao continente europeu no desenvolvimento de Cabo Verde por razões históricas, económicas, migratórias, sociais e culturais.

Em 2002, numa altura em que o país ainda estava longe de conseguir uma relação especial com a União Europeia, José Maria Neves defendia que “no que respeita ao nosso relacionamento com a Europa, importa referir que, no quadro das suas relações externas, Cabo Verde sempre colocou essa relação no patamar cimeiro da sua acção diplomática”.

E esta visão “advém não só do reconhecimento e da convicção de que o desenvolvimento do país, por razões intrínsecas, depende vincadamente das suas relações com essa região”.

Neves acrescentou, ainda, que Cabo Verde se encontrava “numa forte relação com a Europa enquanto parceiro incontornável, pelo que o futuro do país não pode ser equacionado

⁶⁵Cf. Constituição da República de Cabo Verde, versão de 1999. (1ª Revisão Ordinária)

sem ter em conta esta realidade”. Realidade essa, “que no caso cabo-verdiano, extravasa a importância política e económica que por todos é reconhecido à Europa”⁶⁶.

Em relação à Parceria Estratégica ou *Special Partnership* entre a U.E e Cabo Verde foi firmada em 2007 depois de vários anos de negociação e de diálogo entre Praia e Bruxelas e onde Portugal teve um papel determinante no processo.

Como já foi referido no início da análise, Cabo Verde iniciou as suas relações com a União Europeia a partir da Convenção de Lomé I – assinada em 1975 – e daí em diante aproveitou as ajudas de Lomé II, III e IV e também participou no Acordo de Cotonou⁶⁷ no ano 2000, Acordo esse que veio substituir a Convenção de Lomé.

De facto, com as convenções o país conseguiu angariar muito dinheiro e melhorar as suas infraestruturas, criar melhores condições na área da educação, justiça e pesca e, também, proceder à criação dos mecanismos para o crescimento e desenvolvimento económico, consolidação do Estado de Direito e da democracia.

Há que realçar que a União Europeia apoia não só Cabo Verde, mas sim vários países que demonstrem capacidade e vontade política para resolver as suas questões políticas, económicas e sociais.

A Convenção de Lomé IV assinada em 1989 e que esteve em vigor até 2000, segundo Cardoso (2007, p.113) “integrou um conjunto de 70 países da África, Caraíbas e Pacífico e englobou um conjunto de pacote de medidas orientadas para o desenvolvimento económico e social sustentável”.

Para a distribuição de apoios aos países ACP, o FED possui um papel determinante já que serve de ponte nas relações económicas e comerciais da União Europeia com esses países.

Quanto a Cabo Verde, em relação ao Programa Nacional de Luta contra a Pobreza de 1999 e o Programa de Ação Nacional para 2001-2010, foram identificados os princípios básicos e os meios de atuação – “a boa governação, a estabilidade macro-económica, credibilidade externa, a liberalização da economia (com privatizações de empresas públicas) a

⁶⁶ Cf. Cabo Verde, Um caso Insular nas Relações Norte-Sul. As Relações Externas de Cabo Verde, O caso da União Europeia (2004), in *Estratégia*- Revista de Estudos Internacionais, n.º. 20. 1º Semestre, (pp.16-17).

⁶⁷ Este Acordo foi assinado em 2000 na capital do Benim e deverá estar em vigor nos próximos 20 anos. Inicialmente estava prevista a assinatura do acordo nas ilhas Fidji, mas tal não aconteceu dado que havia instabilidade nesse lugar. O espírito do Acordo é continuar a haver cooperação para o desenvolvimento dando grande relevância às relações económicas e comerciais, o diálogo político, a prevenção de conflitos e a preservação da identidade e da diversidade dos países.

sua abertura ao exterior, o reforço da descentralização administrativa, a valorização dos recursos humanos, a solidariedade social”⁶⁸.

Todo esse empenhamento coletivo serviu para “a luta contra a pobreza, a diminuição da taxa de desemprego e o crescimento económico sustentável”.

Entrando na questão da Parceria Estratégica entre a União Europeia e Cabo Verde, a mesma foi oficialmente assinada em novembro de 2007 após vários anos de diálogo e negociações entre o Governo da Praia e Bruxelas, através do Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Exteriores da União Europeia, onde Portugal teve um papel decisivo no desfecho positivo do processo.

Stefano Manservisi, na altura Diretor-Geral para o Desenvolvimento da Comissão Europeia, aproveitou uma visita à cidade da Praia para apresentar um documento ao Governo de Cabo Verde sobre a Parceria Estratégica. O Governo de Cabo Verde recebeu essa notícia com entusiasmo e a Comissão Europeia, por seu lado, justificou a Parceria com o nível elevado de boa governação que o arquipélago já atingira. Aliás este aspeto foi decisivo para o desfecho.

Portugal, durante vários anos, exerceu uma forte influência na Comissão Europeia nomeadamente através de Durão Barroso e do Conselho de Ministros. Aliás, isso pode se constatar na reflexão de Alena Vysotskaya e Laura C. et al., (2013, p 567) “the Portuguese offered a unique window of opportunity for the promotion of the Cape Verdean cause within the EU. This opportunity was fully used by the Portuguese authorities for promoting of the establishment of a Special Partnership in November 2007”⁶⁹.

Convém realçar que já em 2006, portanto um ano antes da assinatura oficial da Parceria, tinha havido a criação de um grupo de trabalho, onde figuravam diplomatas cabo-verdianos e portugueses, com vista a organizar a estratégia e criar um mecanismo eficaz de proposta à Comissão Europeia sobre a visão e a ambição do arquipélago e a predisposição do país em respeitar os ditames da UE.

Personalidades como Adriano Moreira, Diogo Freitas do Amaral, Ribeiro e Castro, invocaram a proximidade geográfica, as afinidades histórico-culturais, a boa governação e a estabilidade política e económica para também exercerem uma influência cada vez mais forte para que a União Europeia estabelecesse a tão desejada Parceria. Ou seja, houve um *lobby* criado propositadamente para apoiar a «causa cabo-verdiana».

⁶⁸Cf. *Cabo Verde, dez ilhas, um país, cinco continentes*, (p.116).

⁶⁹Cf. *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, (p. 567).

Num dos vários artigos que Adriano Moreira escreveu a favor da aproximação de Cabo Verde à União Europeia diz: “No conjunto dos Estados que se tornaram independentes em resultado do movimento geral descolonizador impulsionado pela ONU, Cabo Verde, limitado de recursos, é um exemplo de Estado de Direito, cumpridor escrupuloso das obrigações internacionais” e acrescenta, ainda no mesmo artigo, que “Cabo Verde tem uma identidade e um desempenho que fazem do seu povo e da sua política uma referência segura de diálogo com todas as soberanias africanas, uma mais-valia para a União Europeia”⁷⁰.

A janela que Portugal se encarregou de abrir a Cabo Verde no sentido de haver uma relação mais estreita e consolidada entre a UE e Cabo Verde foi inteligentemente aproveitada pelos governantes de Cabo Verde no sentido de intensificarem os diálogos e conversações para acelerar o processo.

Manuel Correia, a propósito deste mesmo assunto, afirma que “como Presidente do IPAD acompanhei o SENECA João Cravinho várias vezes a Bruxelas para com o Sr. Ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde e o seu Embaixador Wanhon defendermos junto da Comissão a necessidade de uma parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia”. Esta personalidade diz ainda que “dentro do âmbito da nossa presidência, promovemos em Bruxelas uma reunião com os ministros europeus para o desenvolvimento onde estiveram presentes as autoridades de Cabo Verde para reafirmarem a importância da parceria especial com Cabo Verde e o que é que o país já tinha feito para a merecer”⁷¹.

Manuel Correia, pelo facto de ter apoiado as autoridades cabo-verdianas a convencerem a União Europeia a assinar a Parceria Especial, acrescenta que acredita “honestamente que tivemos um papel decisivo, mas só as autoridades cabo-verdianas poderão dizer se tenho ou não razão”⁷².

Corsino Tolentino realça que Portugal teve um papel importante visto que “colaborou na criação de Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde, um projeto de valor substantivo quase nulo, mas gerador de um ambiente ficcional favorável”.

Tolentino salienta, ainda, que o papel de Portugal tem sido positivo e que “tem sido um parceiro de Cabo Verde na tentativa de explorar todos os recursos e todos os canais acessíveis”. No entanto, reconhece que “precisaremos de especialização e criatividade”⁷³.

⁷⁰ Cf. Adriano Moreira, artigo de opinião intitulado “A integração de Cabo Verde na Europa”, publicado a (08-02-2005), *Diário de Notícias*.

⁷¹ Cf. Entrevista de Manuel Correia em apêndice IX

⁷² Idem

⁷³ Cf. Entrevista de Corsino Tolentino no apêndice VII

Quanto a Eugénio Anacoreta Correia comunga da opinião que Portugal teve um papel relevante no relacionamento entre a União Europeia e Cabo Verde e afirma que quando foi Embaixador, promoveu, “na condição de representante da presidência da UE, as primeiras reuniões na Cidade da Praia entre todos os Embaixadores comunitários acreditados em Cabo Verde (a maioria residia em Dakar) com o intuito de incrementar o relacionamento do país com a União Europeia”. E na visão de Anacoreta Correia estas reuniões, “contribuíram para a mobilização de apoios vários e, em particular, para os que ajudaram a aliviar a dívida interna de Cabo Verde”. Mais, recorda que “quando Onésimo Silveira veio para Lisboa como Embaixador, retomámos conversas antigas tidas em Cabo Verde e, a seu pedido, promovi um encontro com Freitas do Amaral, onde se discutiu a possibilidade de Cabo Verde poder relacionar-se com a UE no quadro de um estatuto especial”.

Anacoreta Correia diz ainda que “este assunto conheceu uma evolução no sentido pretendido por Cabo Verde durante o tempo em que Freitas do Amaral chefiou a diplomacia portuguesa e teve a sua positiva conclusão com a empenhada intervenção do deputado Europeu José Ribeiro e Castro”⁷⁴.

Entrando no campo da opinião pessoal, Anacoreta Correia diz que sempre defendeu a Parceria Estratégica entre a União Europeia e Cabo Verde, “dado, por um lado, às características geográficas, sociais, culturais, políticas do arquipélago e, por outro, a sua envolvente africana de vizinhança”. Daí um envolvimento tão profundo no processo.

José Ribeiro Castro, um dos maiores impulsionadores portugueses da Parceria Estratégica entre a União Europeia e Cabo Verde, numa Conferência sobre os 40 anos da independência de Cabo Verde, em dezembro de 2015, voltou a frisar que “Cabo Verde é um país vocacionado para a relação e que a Parceria Especial é uma condecoração da União Europeia pelo desenvolvimento político, económico, social, cultural, diplomático que o país atingiu”. Acrescentou ainda que “a Parceria Estratégica é um instrumento político e diplomático e um convite a Cabo Verde do movimento de desenvolvimento da democracia em África”.

Quanto à Parceria Estratégica na atualidade, Ribeiro e Castro constata que “a União Europeia continua empenhada em apoiar Cabo Verde, que Cabo Verde apoia a política externa da União Europeia e o que se deve fazer é atualizar e dinamizar a cooperação com o intuito de atingir os objetivos definidos”⁷⁵.

⁷⁴ Cf. Entrevista de Eugénio Anacoreta Correia em apêndice VIII

⁷⁵ *Declaração proferida por Ribeiro e Castro no âmbito da comemoração dos quarenta anos da independência de Cabo Verde, na Conferência intitulada, “*Cabo Verde: Vicissitudes e desafios de uma Nação crioula soberana e*

Ora, em 2012 a Parceria Estratégica entre a União Europeia e Cabo Verde comemorou os primeiros cinco anos e a cooperação foi ainda estreitada com a aprovação em 25 de abril de 2012 de um “readmission agreement along with a document allowing visa-free travelling for some groupsof Cape Verdean citizens in the EU” Vysotskaya, et al., (2013, p. 568). Portanto houve mais um passo importante na cooperação facilitando as entradas de grupos cabo-verdianos no espaço europeu.

A questão da Parceria Estratégica entre Cabo Verde e União Europeia “pretende ultrapassar a mera relação de dador-beneficiário e abarcar outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, de modo a permitir um grau de cooperação significativamente maior”, o propósito é “que possibilite a Cabo Verde participar progressivamente nalgumas políticas e programas da U.E”⁷⁶.

Essa ideia de inclusão de Cabo Verde nas questões importantes da União Europeia é de extrema importância para o arquipélago dado que a U.E tem uma maior experiência no que diz respeito à defesa de valores e princípios democráticos, estabilidade política, luta contra o terrorismo e criminalidade, luta contra a pobreza e outros flagelos sociais. Assim o país ganhará uma experiência considerável no melhoramento das suas políticas e na resolução dos problemas dos seus cidadãos e da região, pois a Parceria Estratégica ou Especial tem como objetivo, também, uma maior integração do arquipélago em sub-regiões da África Ocidental no âmbito da CEDEAO e abre espaço no aprofundamento de cooperação com a União Europeia em áreas estratégicas, nomeadamente a segurança e a luta contra o tráfico ilegais tais como drogas, armas e emigração ilegal.

A este propósito da integração de Cabo Verde em zonas económicas importantes e, por conseguinte, na economia mundial refira-se que Cabo Verde tem feito um enorme esforço de inserção na economia mundial e na criação de parcerias com agrupamentos de integração regional, um meio fundamental para a integração dos pequenos Estados em desenvolvimento na economia mundial.

A Parceria, como já foi referido, abrange várias áreas diferentes e possui seis pilares fundamentais: a boa governação, a segurança e estabilidade, a integração regional, a transformação e modernização, a sociedade do conhecimento e da informação, a luta contra a pobreza e o desenvolvimento.

de um pequeno Estado Africano pós-colonial”12 de dezembro de 2015, Lisboa, Cidade Universitária, Salão Nobre da Universidade de Lisboa

⁷⁶Cf. Site oficial do Governo de Cabo Verde, A Parceria Especial Cabo Verde – UE, p.3 [consultado 24/10/2014]

Em suma, a cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde é um assunto que requer análise pormenorizada, dado que hoje em dia as economias, políticas e sociedades estão cada vez mais interdependentes e vivem da cooperação e relações com vista a ultrapassar os problemas complexos a que se assiste no panorama político internacional.

Cabo Verde e os seus responsáveis políticos devem ter consciência das dificuldades do país para assim terem um equilíbrio suficiente na gestão da vida económica, financeira e sociopolítico aproveitando assim os apoios externos que lhe é concedida.

A Parceria Especial entre UE e Cabo Verde foi assinada num período em que a Europa ainda não estava mergulhada na grave crise atual, dado que esta só teve grande repercussão na Europa em meados de 2008 devido à crise que teve a sua génese nos EUA onde alguns bancos entraram em insolvência arrastando atrás grandes empresas multinacionais para a falência. A Europa sentiu a crise, aliás como não devia deixar de ser, dada a complexidade e interdependência do mundo moderno.

A questão geográfica e sobretudo geoestratégico foi extremamente importante na assinatura da Parceria Estratégica dado que Cabo Verde pela localização geoestratégica apoiará a Europa e a União Europeia em particular no controlo de tráfico de drogas, armas e emigração clandestina, problemas que estão na ordem do dia em consequência da crise que a África e outros continentes estão a viver.

Cabo Verde poderá constituir um lugar estratégico na ligação entre África, Europa e outras partes do mundo e esta oportunidade foi vislumbrada pelos dirigentes e responsáveis políticos da União Europeia. Por isso, o processo de cooperação ganhou mais força e importância política, económica e principalmente estratégica.

Um outro aspeto também importante é a questão da vocação europeia de Cabo Verde. Primeiro, por uma questão histórica, dado que a população cabo-verdiana surgiu do cruzamento entre os escravos da costa ocidental africana e europeus na época da epopeia portuguesa dos descobrimentos. Depois, porque Cabo Verde possui uma grande diáspora na Europa nomeadamente em países como Portugal, Luxemburgo e Holanda.

Portanto Cabo Verde possui uma familiaridade com a Europa e com os europeus e daí a Parceria Especial não constituir um elemento estranho e sem lógica. Pelo contrário, o povo de Cabo Verde possui uma consciência europeia⁷⁷ muito nítida e as questões europeias não

⁷⁷ Cabo Verde é um dos poucos países do Mundo em que há um número mais elevado de cidadãos a viverem fora do país do que propriamente aqueles que vivem no Arquipélago (fruto das vicissitudes económico-financeiras do Arquipélago) um número considerável dos cabo-verdianos vivem na Europa, nomeadamente em

lhe são indiferentes. Esta consciência não advém apenas de muitos viverem na Europa ou por causa da Parceria Especial é, também, porque Cabo Verde possui excelentes relações com muitas organizações internacionais dado que a abertura ao exterior é uma condição *sine qua non* para a viabilidade do país. Sendo assim, independentemente da personalidade que ocupar a cadeira do Poder, essa questão estratégica do país terá de ser respeitada escrupulosamente⁷⁸.

Cabo Verde durante várias décadas esteve no grupo dos Países Menos Desenvolvidos. No entanto, a evolução positiva do país foi notória e, hoje, faz parte do grupo dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM), sendo que o forte investimento estrangeiro no arquipélago desempenhou um papel decisivo para essa graduação.

Aliás, convém referir que os principais doadores multilaterais de Cabo Verde são, “Banco Mundial, que apoia o arquipélago nos sectores dos transportes, energia, infraestruturas”, “o FMI, a União Europeia, o BAD (um dos financiadores do Aeroporto da Praia), o PNUD, o BADEA - (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África), que também financiou a construção do Aeroporto da Praia, e o Fundo OPEC”⁷⁹.

“O apoio destas organizações realiza-se sob a forma de donativos, empréstimos e implementação de políticas específicas”⁸⁰.

A questão essencial que esteve na origem da Parceria é, como já foi referido, a boa governação, a estabilidade político-económica e a imagem que Cabo Verde transmite ao exterior, ou seja, uma imagem de Estado credível e empenhado a melhorar no futuro.

No quadro político cabo-verdiano, a Parceria Especial constitui um enorme desafio para o país com vista a procurar aproveitar os apoios para se desenvolver e ao mesmo tempo apoiar a União Europeia no controlo do tráfico de seres humanos, luta contra o narcotráfico e prevenir entrada de más influências que possam ser nefastos para o Velho Continente.

No ponto de vista económico-financeiro, é de realçar que a Comunidade Europeia tem sido, nos últimos 30 anos, uma das entidades mais importantes no apoio a Cabo Verde. Por exemplo, entre 2002 e 2007 o país recebeu 39,1 milhões de euros e para o período 2008-

Portugal (estima-se que vivem mais de 500.000 cabo-verdianos), Holanda, Suíça, Luxemburgo, França e entre outros.

⁷⁸ A política externa de qualquer Estado deve seguir uma linha de orientação e ter os objetivos muito bem definidos e só assim se consegue fazer valer os interesses dos Estados no xadrez político internacional. Cf. *Geoestratégia, Geopolítica e Relações Internacionais* (2012) do Prof. Doutor Almeida Tomé. Cf. Também Henry Kissinger *diplomacy* (2012). Esses dois autores fazem uma análise muito pertinente e pormenorizada acerca das questões da diplomacia e política externa, poder dos Estados, Organizações Internacionais, e entre outros, onde nos elucida sobre questões que estão cada vez a ganhar maior protagonismo na esfera política, económica e financeira mundial.

⁷⁹ Cf. *Cabo Verde, dez ilhas, um país, cinco continentes*, (p.113).

⁸⁰ Idem.

2013 o país recebeu 51 milhões de euros para continuar a pôr em marcha a política de desenvolvimento. Estes apoios estão ancorados na cooperação cada vez mais estreita entre a União Europeia e o arquipélago onde o empenhamento cívico possui uma grande importância na persecução dos objetivos pretendidos.

Porém, essa é matéria que não cabe no âmbito desta dissertação, tal como é a problemática que se prende com a possibilidade de a Parceria Especial ser o primeiro passo para um estatuto de adjacência de Cabo Verde à União Europeia e uma posterior entrada na organização.

Capítulo 3- As Relações Político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal atualmente: Da visão das elites à visão prospetiva

3.1-A visão das elites

As pessoas ditas comuns e as elites, normalmente, têm diferentes perceções acerca das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal. A preparação científica que as elites possuem permite-lhes ter uma análise mais rigorosa, mais consciente e com justificações científicas nas análises de quaisquer fenómenos sociopolíticos. Tanto a elite cabo-verdiana como a elite portuguesa desempenham um papel importante no processo de desenvolvimento dos dois países.

Neste subcapítulo do trabalho aborda-se sucintamente as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal na visão das elites, analisando as opiniões de personalidades especialistas no assunto para uma cabal compreensão do mesmo.

Assim, iniciando a apresentação pela perspetiva cabo-verdiana, diga-se que, para Corsino Tolentino, as relações entre Cabo Verde e Portugal sempre foram boas, mesmo antes do arquipélago viver sob a égide do multipartidarismo. Esse autor acrescenta que nunca houve rutura ou descontinuidade nas relações entre os dois países independentemente do regime político ou do sistema político-partidário⁸¹.

Esta visão proveniente do arquipélago é convergente com a opinião de uma personalidade portuguesa que conhece bem esta realidade, Eugénio Anacoreta Correia, para quem as relações entre Cabo Verde e Portugal são boas, sempre foram boas, pois trata-se de um relacionamento muito afetivo que vai além do relacionamento oficial que existe entre os dois Estados⁸².

Eugénio Anacoreta Correia afirma que o relacionamento “é muito bom, intenso e cobre praticamente todos os aspectos da vida política e social.”. Este autor acrescenta ainda que “Cabo Verde e Portugal fazem parte de várias organizações de carácter político, económico, social, cultural, humanitário, e têm sabido aproveitar essa oportunidade para consolidar as suas relações de parceria”.

⁸¹Cf. Entrevista de Corsino Tolentino em apêndice VII

⁸²Cf. Entrevista de Eugénio Anacoreta Correia em apêndice VIII

Passando para uma terceira personalidade, Manuel Correia, constata-se que no seu entender, as relações entre Cabo Verde e Portugal também são boas e sempre foram boas e marcadas por estabilidade. Os dois países mantêm laços de amizade e cooperação que já produziram resultados positivos e que devem deixar os países orgulhosos⁸³.

Para fundamentar a sua posição, Correia escreve que “tanto quanto me é dado acompanhar creio que [o relacionamento] é muito bom”. Depois lembra um assunto a que esta dissertação voltará no subponto seguinte, ou seja, a escolha de Cabo Verde para primeiro país a visitar desde que António Costa é primeiro ministro de Portugal e refere que o discurso que o Primeiro-Ministro de Portugal fez à chegada “indicia que o relacionamento é excelente”.

Além disso, acrescenta que “o facto de o 1º Ministro de Cabo Verde ter festejado o dia de Cabo Verde algumas vezes em Portugal deu a muitos mais portugueses a dimensão da amizade entre os dois povos”⁸⁴.

Finalmente, importa trazer à colação a opinião da representante cabo-verdiana em Portugal, a voz oficial do Arquipélago em Lisboa.

Assim, para a atual Embaixadora de Cabo Verde em Portugal, Madalena Neves, o Acordo Geral de Cooperação e Amizade assinado entre a República de Cabo Verde e Portugal desempenha um papel muito importante no desenvolvimento do país e na abertura de Cabo Verde ao contexto político exterior⁸⁵.

Tendo em conta a visão exposta pelos especialistas, pode dizer-se que as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal são cada vez mais abrangentes e, ao longo dos tempos, foram consolidadas com o intuito de permitirem um estreitar de relações entre os dois Estados, povos e culturas.

3.2- A visão prospetiva

As relações entre Cabo Verde e Portugal, na atualidade, processam-se a vários níveis: político, económico, social, cultural, diplomático e estratégicos. De facto, desde a independência do arquipélago em 1975 que a relação entre os dois países deixou de ser apenas de carácter económico para passar a assumir uma dimensão mais alargada. A abertura ao multipartidarismo no arquipélago nos anos noventa foi, também, um período marcante na

⁸³Cf. Entrevista de Manuel Correia em apêndice IX

⁸⁴Idem

⁸⁵*Declaração proferida no âmbito da comemoração dos quarenta anos da independência de Cabo Verde, 12 de dezembro de 2015, Lisboa, Cidade Universitária, Salão Nobre da Universidade de Lisboa.

história política de Cabo Verde dado que a democracia passou a vigorar no país na sua plenitude com a liberdade de criação de novas forças partidárias e grupos de cidadãos com outras ideias para concorrerem às eleições livres, democráticas e transparentes, ao mesmo tempo que se procurou envolver mais os cidadãos na participação ativa na vida cívica e política.

O percurso político percorrido pelo arquipélago durante esse período foi sempre acompanhado de perto por Portugal que, após todas essas mudanças estruturais ocorridas no arquipélago, continuou e impulsionou o relacionamento, em vários domínios, com Cabo Verde.

O Acordo Cambial assinado em 1998 foi uma prova disso e, a esse propósito, Corsino Tolentino afirma que “o acordo cambial mostrou que havia mais cooperação do que competição entre os dois Estados”⁸⁶.

O que fica explícito nesta ideia de Tolentino é que a atitude de Portugal perante Cabo Verde era e é de abertura, diálogo e cooperação, (o que é de enaltecer) e permite ao arquipélago conseguir melhorar os seus níveis políticos, económicos e sociais, com vista a uma melhor inserção no mundo competitivo, globalizado e complexo.

Uma das provas mais evidentes que demonstra que o atual relacionamento político-diplomático entre Cabo Verde e Portugal é excelente foi a recente visita que o atual Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, fez a Cabo Verde.

Essa visita foi extremamente importante visto que foi a primeira visita que António Costa fez ao estrangeiro depois de ser eleito. Daí que o então Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, tenha afirmado que a visita “simboliza a grandeza das nossas relações, mas também do afeto que nutre para o nosso país”⁸⁷.

Quanto a António Costa, assegurou ter escolhido Cabo Verde para a sua primeira visita oficial ao estrangeiro pelo facto de os dois países continuarem a manter uma relação de excelência e também pela importância que Portugal atribui à Lusofonia, tida como “constante da ação externa”.

Nesta visita a Cabo Verde, António Costa demonstrou a vontade de dinamizar e consolidar as relações entre os dois Estados e sobretudo “reforçar a cooperação económico-empresarial”.

⁸⁶ Cf. Entrevista de Corsino Tolentino em apêndice VII.

⁸⁷ Cf. *A Semana*, José Maria Neves: Visita de António Costa a Cabo Verde simboliza a grandeza das nossas relações, 19 de janeiro de 2016, disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article115901>

O ponto alto desta visita foi a assinatura do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC- 2016/2018), que abarca várias áreas, desde as áreas da saúde, educação, às energias renováveis, às questões do meio ambiente e mar, entre outros. A assinatura deste Pacto foi efetuada pelo atual Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, e pelo então Ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde, Jorge Tolentino.

António Costa afirmou, ainda, que a promulgação desse PEC no mandato de José Maria Neves era uma forma de homenagear o “extraordinário contributo destes 15 anos de governação em prol do reforço da amizade entre os dois povos e o aprofundamento das relações a todos os níveis”⁸⁸.

Já o seu então homólogo cabo-verdiano, José Maria Neves, após o encontro com o chefe do Executivo português, reconheceu que “a cooperação entre os dois povos é baseada em aspectos tangíveis, mas também intangíveis e têm dado um enorme contributo para a viabilização de Cabo Verde”. Neves acrescentou ainda que “Portugal tem sido o principal parceiro de Cabo Verde no seu processo de desenvolvimento”.

Portanto, esta visita constituiu mais um momento de elevada importância para o reforço de cooperação entre os dois Estados e mais uma oportunidade para os dois países demonstrarem ao exterior que quando existe vontade política e confiança mútua entre os Estados será sempre mais fácil haver consolidação das relações entre países, povos e culturas.

Uma vez analisados os principais aspetos das relações atuais entre Cabo Verde e Portugal, torna-se relevante saber a opinião prospetiva de algumas personalidades que desempenharam ou que continuam a desempenhar um papel importante no reforço das relações de cooperação entre os dois Estados e povos.

Assim, no que diz respeito ao futuro das relações entre os dois países, Anacoreta Correia diz que as mesmas se vão “intensificar e vão-se diversificar!”⁸⁹

Já Corsino Tolentino não comunga totalmente desse otimismo, uma vez que escreve que “o atual relacionamento político e económico é substancialmente bom, mas com muitos interditos e insegurança em relação ao futuro. Apesar do sucesso do esforço de afirmação económica e social ao longo dos 40 anos de independência”. Por isso, no que diz respeito ao futuro do Arquipélago, julga-se que “parece incerto e muito dependente de Portugal, que como sabemos não é o paraíso”. Assim, “o salto necessário requer mais análise, melhor

⁸⁸A *Semana*, José Maria Neves: Visita de António Costa a Cabo Verde simboliza a grandeza das nossas relações, 19 de janeiro de 2016, disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article115901>

⁸⁹Cf. Entrevista de Eugénio Anacoreta Correia em apêndice VIII

conhecimento das realidades e interesses nacionais, mais franqueza e mais responsabilidade”⁹⁰.

Na mesma entrevista, o autor, virando-se para a política sobretudo interna, fala da importância em consolidar a democracia e o Estado de Direito, alertando ainda que é preciso maior competência e responsabilização para essa construção.

Por seu turno, Manuel Correia, a propósito do futuro do relacionamento entre os dois Estados, diz que “não vejo razões para que ocorra qualquer deterioração nas relações, mas para isso as relações terão que continuar a ser regadas por ambas as autoridades, mas não é difícil prever que as relações se manterão a um nível muito bom”. No entanto, este autor lança um alerta dizendo que “o mundo está cada vez mais em profundas mudanças pelo que é preciso estar pronto para qualquer alteração a que seja preciso dar resposta”⁹¹.

A verdade é que a construção e a consolidação de Estados de direito não são apenas a preocupação dos dois Estados em estudo, mas um desafio político do séc. XXI e que é transversal a todos os Estados.

Hoje em dia, como mostra o Índice de Boa-Governança da Fundação Mo-Ibrahim⁹², conhecem-se variadíssimos exemplos de Estados de Direito com inúmeros problemas e imperfeições e que têm como enorme desafio melhorar as suas *performances* políticas com vista a consolidar a democracia, pugnar pelo respeito dos direitos humanos, liberdade, igualdade, justiça social e progresso sóciopolítico.

⁹⁰Cf. Entrevista de Corsino Tolentino em Apêndice VII

⁹¹ Cf. Entrevista de Manuel Correia em apêndice IX

⁹²Criada em 2006, este índice avalia anualmente, com base nas estatísticas, a qualidade da Governança em África. Há quatro categorias essenciais que este índice avalia: 1- Segurança e Estado de Direito, 2- Participação e Direitos Humanos, 3-Oportunidade Económica Sustentável e 4- Desenvolvimento Humano.

O índice da Fundação Mo- ibrahim tem como objetivo “informar e ajudar os cidadãos, governos, instituições e o sector privado a avaliar a provisão de bens e serviços públicos e os resultados das políticas e estimular o debate sobre o desempenho da governação com base em dados concretos e quantificados”.

Importa frisar que segundo os dados de 2016, Cabo Verde se encontra no terceiro lugar com uma pontuação de 73,0 num total de 100, apenas ultrapassado por Ilhas Maurícias e Botsuana. No entanto, o país já esteve no segundo lugar e até venceu o prémio Mo-Ibrahim. O Arquipélago é o país Lusófona em melhor posição e desde 2007 que o país tem registado um desempenho muito positivo em várias categorias analisadas. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/50417-cabo-verde-cai-para-3%C2%BA-lugar-do-indice-ibrahim-de-governacao-africana>, consultado 03 de Outubro de 2016

Conclusão

As profundas alterações no panorama político mundial, verificadas após o término da II Guerra Mundial, da Guerra Fria e também com o fim do colonialismo, representaram para o mundo uma nova etapa política.

Muitos regimes autoritários e totalitários passaram, depois de longas décadas de lutas da sociedade civil, a ser regimes democráticos, onde a liberdade, a justiça social e o progresso constituíam princípios basilares da construção do Estado.

Também em África as populações de vários países que lutaram pelas respetivas independências acreditavam que era possível implantar democracias e construir sociedades justas e civilizadas de tipo ocidental e, sobretudo, construir um mundo melhor.

Cabo Verde não foi o palco da guerra colonial. No entanto, a guerra travada na Guiné-Bissau com o intuito de libertar os dois países do jugo colonial, aliada à estratégia diplomática do PAIGC, permitiu que, posteriormente, lhe fosse concedida a sua almejada independência.

Cabo Verde é exemplo de um Estado que, durante vários anos da sua História, viveu sob a égide do autoritarismo, da falta de justiça social e, como afirma Carlos Veiga, o país era, nessa altura, um «Estado de não Direito». Por isso, constituía um imperativo político nacional construir um Estado verdadeiramente democrático e de Direito.

Numa primeira fase, o arquipélago continuou a ser governado num sistema autoritário que vinha do tempo do colonialismo e que posteriormente foi seguida pelo regime de partido único, exemplo que também foi adotado em vários outros países africanos, o que dificultou muito a transição do poder e a implantação da democracia.

Apesar da independência, os líderes e os responsáveis políticos enveredaram por um regime autoritário e por um sistema monopartidário que vigorou durante quinze anos (1975-1990). Uma fase em que o partido único, mesmo que alterando a designação, controlou o Estado e toda a vida política cabo-verdiana.

No aspeto económico-financeiro, este regime caracterizou-se por uma economia centralizada, estatizada, contra a iniciativa privada e com um grande pendor ideológico. Devido à falta de capacidade de dinamizar o crescimento da economia e criar progresso

socioeconómico, este regime teve imensas fragilidades o que permitiu, posteriormente, que houvesse abertura política e adoção do sistema multipartidário.

Tendo em conta as fragilidades económico-financeiras do arquipélago e a forte dependência do exterior, seria fundamental que houvesse abertura política do país com vista a democratizar-se e incluir-se no concerto das nações civilizadas e prósperas.

Convém referir que a pressão da comunidade internacional teve um papel decisivo neste longo e lento processo de democratização e de liberalização económica e política do arquipélago.

Um momento marcante na História de Cabo Verde aconteceu em fevereiro de 1990, quando a Assembleia Nacional Popular aprovou o regime multipartidário e, assim, a Constituição passou a admitir a criação e legalização de novas forças partidárias com vista a concorrerem a eleições livres e democráticas.

É importante realçar que neste clima de mudança de regime e de abertura política nasceram vários partidos políticos, inclusivamente o MpD, que veio dar uma nova dinâmica à sociedade cabo-verdiana.

Aliás o MpD, logo que concorreu às primeiras eleições livres, conseguiu vencer demonstrando deste modo, que o povo cabo-verdiano estava ansioso por mudança e progresso. Já o partido, até então único perdeu, fruto de um grande desgaste político provocado por quinze anos de governação autoritária.

No que diz respeito às relações político-diplomáticas entre o Arquipélago e Portugal, que é o foco de análise nessa dissertação, pode dizer-se que se desenvolveram muito sobretudo a partir da abertura ao multipartidarismo e da implantação da democracia. Nesse período não havia uma relação desigual entre os dois países. Pelo contrário, havia dois Estados com princípios, valores e interesses próprios, que na mesa das negociações usavam a diplomacia, o diálogo e a ética da responsabilidade e do compromisso para defender os seus interesses.

A cooperação tem desempenhado um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento do país e na consolidação do seu processo democrático e Portugal tem sido o parceiro privilegiado, embora não único.

Não custa admitir que no país estão reunidas condições para que haja uma eficaz aplicação das ajudas recebidas o que é de facto uma mais-valia. Dito de outra forma: a estabilidade política, o crescente dinamismo da sociedade civil são aspetos fundamentais para que o país consiga retirar o maior proveito das ajudas internacionais.

Um aspeto visível da importância de aplicação eficaz dos apoios internacionais foi a passagem que o país teve do estatuto do Países Menos Avançados (PMA) para Países de Desenvolvimento Médio (PDM).

O arquipélago é, também, considerado como um modelo de organização política em África, o que constitui para o país e para os seus dirigentes motivo de grande orgulho e de enorme responsabilidade.

No que concerne à União Europeia, Cabo Verde possui uma Parceria Estratégica que foi assinado em 2007 após vários anos de conversações entre a Praia e Bruxelas. Conversações em que o Governo português aproveitou, de forma extremamente inteligente, a Presidência na Comissão Europeia de Durão Barroso, para fazer um *forcing* muito forte e, por conseguinte, acelerar o processo.

No entanto, é justo referir que antes da Parceria Estratégia concretizada em 2007, Cabo Verde já beneficiava de apoios por parte da U.E através das Convenções de Lomé I, II, III e IV e do acordo de Cotonou.

Durante o processo de pesquisa para a elaboração desta dissertação, percebeu-se que, não obstante o passado colonial, Cabo Verde e Portugal se relacionam em vários âmbitos, contribuindo deste modo para que não se repitam os erros do passado e para que o presente e o futuro possam ser encarados com maior otimismo e responsabilidade. Essa foi a ideia dominante nos depoimentos recolhidos, apesar de também haver quem aconselha alguma prudência e mais responsabilidade por parte do arquipélago.

De facto, Corsino Tolentino, à semelhança de Eugénio Anacoreta Correia e Manuel Correia, considera que o relacionamento político entre os dois países é bom e acredita que Portugal continuará a ser um dos principais países com o qual o arquipélago vai continuar a cooperar, em diferentes áreas, mas admite que para os dois países continuarem na senda da consolidação da democracia e Estado de Direito é necessário mais empenho, mais “competências”⁹³.

Face à pesquisa realizada, talvez não seja abusivo afirmar que a dissertação obteve resposta para as duas primeiras questões levantadas no início do estudo.

Assim, o papel das relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal tem sido determinante na abertura do arquipélago ao contexto político internacional e não restam dúvidas que essas relações se têm mostrado benéficas para Cabo Verde.

⁹³Cf. Entrevista de Corsino Tolentino em apêndice VII

Finalmente, no que concerne à terceira questão, aquela que se prendia com a dúvida sobre se o relacionamento corresponde à maneira cabo-verdiana de estar no mundo, a resposta ficou aquém do pretendido, face à impossibilidade de recolher alguns depoimentos e, sobretudo, à não-realização de um estudo junto da população.

De qualquer modo, parece possível afirmar que Cabo Verde tem procurado paulatinamente libertar-se das amarras e das dificuldades do passado, com vista a criar um Estado cada vez mais democrático, livre e próspero.

Ora, atendendo aos constrangimentos, mas valorizando as potencialidades geoestratégicas, o país deve apostar cada vez mais na sua estratégia diplomática com vista a conseguir defender os seus reais interesses na esfera política internacional. Tarefa em que deverá contar com Portugal e a Lusofonia como aliados preferenciais.

Bibliografia

Aron, R. (1962) *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann – Levy

Barroso, D. (1995) *Portugal, dez anos de política de cooperação*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. [MNE]

Bull, H. (1977) *The anarchical society. A study of order in world politics*. New York: Columbia University Press

Bobbio, N., Mutteucci, N., Pasquino, G. (1998) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 11ª Edição, Vol.1. Tradução de Carmem C. [et., al]

Brito, W. (2007) *Direito Diplomático*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Cunha, S. (1977) *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora

Costa, S. (2011) “A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, Europa e as Américas”. in Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África, Lisboa: CESA- ISEG-UTL.

Carvalho, O. S. (1977) *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand

Clausewitz, C. (1982) *Da Guerra*. Mira Sintra – Mem-Martins: Publicações Europa América. Tradução da versão inglesa de Inês Busse

Coutinho, P. (2011) *A Realidade Internacional: Introdução à Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora

Comunidade dos Países da Língua Portuguesa. [CPLP] (2006) *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa. 10 Anos da CPLP*. Lisboa: Europress.

Carlsnae, V. (2002) *Foreing policy*. London: Sage Publication

Caixa Geral de Depósitos [CGD] (2007) *Cabo Verde, dez Ilhas, um País, cinco continentes*. Lisboa: SGE - Mediateca

Costa, F. S. (2009) *Apontamentos*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Cravinho, J. G. (2006) *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 3ª Edição

Delgado, P.; Varela, O.B & Costa, S. (Coord). (2014) *As relações externas de Cabo Verde.(Re) leituras contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS

Dougherty, J. & Pfaltzgraff, Jr, R. (2011) *Relações Internacionais: As Teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2ª Edição. Tradução, Marcos Farias Ferreira, Mónica Sofia Ferro e Maria João Ferreira

Duarte, F, B. (2014) *As Constituições Jurídico-Políticas dos Estados-Membros da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Âncora Editora

Fontoura, L. (2007) *O Poder na Relação Externa do Estado. A Equação de Cline*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. [Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa] em 03.10.2006

Guimarães, A. F. (2007) *A Cooperação Europeia com países Africanos politicamente frágeis no âmbito do Acordo de Cotonou*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento [IPAD], Centro de Documentação e Informação

Hill, C. (2003). *The changing politics of foreign policy*. London: Palgrave Macmillan.

Hobbes, T. (2002) *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesástico e civil*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3ª Edição.

Kissinger, H. (2014) *A ordem mundial - Reflexão sobre o carácter das nações e o curso da História*. Alfragide: D. Quixote.

Macedo, J. (1987) *História diplomática portuguesa, Constantes e linhas de força- estudo de Geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional

Maquiavel, N. (1976) *O Príncipe*. Mira Sintra-Mem Martins: Publicações Europa-América, Tradução de Fernando Pinto Rodrigues e M. Antonieta Mendonça

Magalhães, C. (2005) *A Diplomacia pura*. Lisboa: Bizâncio

Mendes, N.C. (2008) *História e Conjunturas nas Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Mongiardim, R. (2007) *Diplomacia*. Coimbra: Almedina

Morgenthau, H. (2003) *A política entre as Nações, a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, [IPRI]. Tradução, Oswaldo Biato

Manalvo, N. (2009) *Carlos Veiga, o Rosto da Mudança em Cabo Verde*. Lisboa: Alêtheia Editores

Martinez, S. (2010) *História diplomática de Portugal*. Coimbra: Almedina

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE], (Portugal) - *Arquivo Histórico- Diplomático*

Marchueta, M.R. (2003) *A CPLP e seu enquadramento*. Portugal: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE].

Moreira, A. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 4ª Edição

Nye, J. (2004) *Soft power, the means to success in world politics*. New York: Publicaffairs

Pinto, J.F. (2005) *Do Império Colonial à Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Continuidade e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pinto, J.F. (2007) *Adriano Moreira: uma intervenção humanista*. Coimbra: Almedina

Pereira, A. (2002) *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias

Pasquino, G. (2005) *Sistemas políticos comparados*. Cascais: Princípia.

Pasquino, G. (2010) *Curso de Ciência Política*. Cascais: Princípia

Ribeiro, A. Loureiro, J. & Martins, F. (2008) *Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde- Portugal*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Renovin, P. & Duroselle, J.B. (1991) *Introduction à l'histoire des relations internationales*, Paris : Armand Colin

Roque, F. (Coord.). (2005) *O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização*.Coimbra: Almedina

Soares, M. (2009) *Um mundo em mudança, uma nova era de mudança está a começar*. Lisboa: Temas e Debates

Silveira, O. (2005) *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Edições Colibri

Saraiva, J. H. (2011) *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 25ª Edição

Sarmiento. M.C. & Costa. S. (Coord), (2013). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina

Satow, E. (1957) *A guide to diplomatic practice*. London: Longmans, Green & Co. 4ª Edição

Siller, L. (2000) *Os Partidos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro

Sousa. F. (coord), (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento

Tolentino, C. (2007) *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Tomé, A. (2012). *Relações Internacionais, Geopolítica e Geoestratégia, o Estudo e a problemática*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas

Viotti, P.& Kauppi. M. (1999) *International Relations Theory. Realism, pluralism, globalism, and beyond*. Boston: Allyn& Bacon

Waltz, K. (2002). *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa: Gradiva, 1ª Edição. Tradução de Maria Luísa Felgueiras Gayo

Webgrafia

A Semana (2016) José Maria Neves: Visita de António Costa a Cabo Verde simboliza a grandeza das nossas relações, 19 de janeiro de 2016: [em linha]<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article115901>, [acedido a 05 de março de 2016]

África 21. Cabo Verde, o topo é a ambição. (2014/11/15), (pp. 23-37) [em linha] [file:///C:/Users//Downloads/Africa21%20Novembro%2014_N%C2%BA91%20\(1\).pdf](file:///C:/Users//Downloads/Africa21%20Novembro%2014_N%C2%BA91%20(1).pdf)

Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa [FDL]. As Constituições dos PALOP, [em linha] [www.legis-palop.org/bd/Legislacao.aspx/Show13335?country=Cabo Verde](http://www.legis-palop.org/bd/Legislacao.aspx/Show13335?country=Cabo%20Verde), [acedido a 11 de março de 2016]

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [CPLP], (2007). Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 2 de novembro de 2007, [em linha] [http://www.cplp.org/Files/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos CPLP REVLIS07.pdf](http://www.cplp.org/Files/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos%20CPLP%20REV%20LIS07.pdf), [consultado em 10 de outubro de 2015].

Câmara de Comércio, Indústria e Turismo, Portugal-Cabo Verde, Importação e Exportação entre Cabo Verde e Portugal entre os anos 2001 e 2014 [em linha] http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=0&id_channel=20&id_page=48 [consultado a 06 de abril de 2016]

Diário de Notícias (2016), [em linha] <http://www.dn.pt/>, [acedido a 15 de março de 2016].

Delegação da União Europeia em Cabo Verde (2007) Parceria Especial União Europeia e Cabo Verde, Praia, [em linha] [http:// eeas.europa.eu/delegations/capeverde/politicalrelations/index pt.ttm](http://eeas.europa.eu/delegations/capeverde/politicalrelations/index_pt.ttm), [acedido a 24 de novembro de 2014].

Embaixada de Cabo Verde em Portugal, [em linha] <http://embcv.pt/> [consultado a 18 de março de 2016].

Embaixada de Portugal em Cabo Verde, [em linha] <http://www.embaixadas.net/1/11527/Portugal-em-Praia>, [acedido a 20 de março de 2016]

Governo de Cabo Verde (2008) Parceria Especial Cabo Verde U E: Quadro Orientador para a Implementação, Praia, 23 de outubro, [em linha] [http://www.governo.cv/ documents/Parceria especial UE.pdf](http://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf), [acedido a 24 de outubro de 2014].

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE], [em linha] <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/42-relacoes-diplomaticas/titulares/560-cabo-verde.html>, [acedido a 15 de março de 2016]

Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Cabo Verde [PIC] (2005-2007), [em linha] http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/pic_cv_05_07_pt.pdf, [acedido a 24 de março de 2016]

Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Cabo Verde [PIC] (2008-2011), [em linha] http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/pic_cv_08_11.pdf, [acedido a 24 de março de 2016].

Teses de Mestrado

Ferreira, P, M. (2006) *O modelo de desenvolvimento de Cabo Verde, O papel do Acordo Cambial com Portugal e uma possível adesão á União Europeia*, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Martins, A. (2009) *As relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

Conferências, Congressos e Palestras

Congresso dos quadros cabo-verdianos na diáspora, Encontro internacional, um congresso para o século XXI,(29/11/2014). Lisboa, Portugal. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Auditório Agostinho da Silva

Conferência de Lisboa, (05/07/2014) Cabo Verde, 39 Anos, Independência, Democracia e Cidadania “Uma visão fundamentada e esclarecedora sobre o futuro. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Auditório Agostinho da Silva

Palestra Inaugural, “União Europeia e Lusofonia”,(26/02/2015) Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Auditório Carlos Medeiros

Conferência, (12/12/2015) “Cabo Verde: Vicissitudes e desafios de uma Nação crioula soberana e de um pequeno Estado Africano pós-colonial”, Lisboa: Cidade Universitária.Salão Nobre da Universidade de Lisboa.

Revistas

Estratégia, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Cabo Verde, um caso Insular de Relações Norte-Sul. N. 20.(2004)1º Semestre, Lisboa: Princípia

Relações Internacionais, [RI]. (03/ 2004). O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. Instituto Português de Relações Internacionais [IPRI], Universidade Nova de Lisboa, Vol. 1

Relações Internacionais, [RI]. (12/2010). Política Externa Portuguesa. Instituto Português de Relações Internacionais [IPRI], Universidade Nova de Lisboa.

Relações Internacionais, [RI]. (03/2015). Crise dos sistemas político-partidários. Instituto Português de Relações Internacionais [IPRI], Universidade Nova de Lisboa.

Público[P]. (02/12/2012) Portugal e Cabo Verde assinam acordos de cooperação.

Índice remissivo

A

Almada, J. - 86
Amado, D. - 47,48
Amaral, F. - 92, 94
Andrade, A. - 75
Aristóteles. – 37
Aron, R. - 39, 61, 62
Araújo, J.- 55
Araújo, G. - 80

B

Barroso, D - 18, 92
Barreiros, M - 62
Blondel, J. - 61,62
Brito, W. - 33, 34
Brito, A. - 57
Bobbio, N. –28
Bodin, J. – 36
Burke, E. - 28
Bull, H. - 29, 30

C

Cabral, A. - 49, 50, 51, 57
Carvalho, O. - 53
Castro, R.- 92
Caetano, M.- 48
Campinos, J. - 55
Carr, E. - 39
Chante, M. - 80

Clausewitz, C. - 39, 41, 42
Costa, S. - 17, 24
Costa, F. - 26, 48
Costa, A. - 92,93
Coelho, P. - 79
Correia, A. - 15, 70, 76, 79, 88, 94, 99, 102, 106
Correia, M. - 15, 71, 81, 93, 100, 103, 106
Coutinho, P. - 39, 41, 42
Cravinho, J. - 19, 20, 40, 4, 93
Cunha, S.- 48, 49, 50, 53

D

Delgado, P. - 17
Djalo, U. - 55
Dougherty, J. - 37, 38, 39, 40, 41, 52
Duroselle, B. - 35
Duverger, M. - 60
Duarte, A. - 56, 57

E

Évora, R. - 73

F

Fafe, J. - 63, 77
Ferreira, A. - 18
Ferreira, M. - 67
Fernandes, U. - 80
Fernandes, G. - 55
Franco, A. - 87
Fortes, C. - 63
Fonseca, J. - 80
Fonseca, D. - 58

Foutoura, L. - 33

G

Gonçalves, W.- 21, 24

Guimarães, M. - 79

Guterres, F. - 62

H

Hobbes, T. - 39, 84

Horta, S. - 58

I

Inocêncio, E. - 75, 77

J

Jesus, J. - 75

K

Kauppi, M. - 29

Kant, I. - 37

Keohone, R. - 43

Kissinger, H. - 19, 20

L

Laura, C. - 92, 95

Loureiro, J. - 89

Lucena, B. - 76

M

Martins, M.- 89

Marchueta, R.- 70, 88

Martins, A. – 18

Maquiavel, N. - 39, 41

Matteuci, N. - 28

Manservisi, S. - 102

Manalvo, N. - 49, 54, 72, 81, 83

Magalhães, J. - 24, 26, 27, 30, 31, 34

Macedo, B. - 23

Mearsheimer, J. – 43

Moreira, A. - 30, 39, 40, 53, 92, 93

Mongiardim, R.- 29

Monteiro, M. –74

Montesquieu - 84

Morus, T. - 38

Morgenthau, H. - 32, 39, 40, 41

N

Neves, J. - 79, 85, 101, 102

Neves, M. - 16, 75, 100

Nicolson, H. - 30

Novas, N. - 56

Nyerere. - 58

O

Oliveira, C. - 76

P

Pasquino, G. - 28, 60, 61, 62

Pereira, A. - 45, 50, 54, 55, 67

Pfatzgraff, R. - 37, 38, 39, 40, 41, 52

Pinto, J. - 53, 59, 74

Pires, P. - 43, 48, 67, 68

Platão. - 37

Q

Queta, B. - 55

R

Renovin, P.- 35

Reis, C. - 63

Ribeiro, A. - 89

Rosário, G. - 87

S

Santos, A. - 55

Santos, D. - 58

Salazar, O. – 48

Santos, R. - 76

Sartori, G. - 60

Salgueiro, J. – 76

Satow, E. - 29, 30, 31

Semedo, J. - 55

Silva, C. - 80

Silva, S. - 102

Silva, J. - 62, 67

Silveira, O. - 94

Silva, U. - 87

Siller, L. - 61

Soares, M.- 38, 55

Spínola, A. - 50, 51

T

Telles, F. - 76

Tolentino, C. - 15, 21, 47, 48, 63, 70, 79, 89, 93, 99, 101, 102, 103, 106

Tomé, A. - 97

Touré, S. - 61

Tolentino, J. - 102

Tucídides. - 39

Tzu, S. - 39

V

Vasconcelos, C. – 54

Viotti, P. - 29

Vieira, H. - 77

Vysotskaya, A. - 92, 95

W

Weber, M. - 40, 61

Wilson, W. – 37, 38

Apêndices

Apêndice I

Carta dirigida à atual Embaixadora de Cabo Verde em Portugal

Edmilson Moreira
Travessa do Chafariz, lote 12, 2º Esq
2685-035- Sacavém

Assunto: Solicitação de uma entrevista para dissertação de Mestrado

Exma. Senhora Embaixadora, de Cabo Verde em Portugal.

Eu, Edmilson de Jesus Vaz Moreira, filho de Fernando Mendes Moreira e Alcinda Vaz, cidadão cabo-verdiano residente em Portugal desde finais de 2010, licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, e Mestrando em Diplomacia e Relações Internacionais na mesma Universidade, vim por este meio solicitar a V. Exa uma entrevista com vista a enriquecer a minha dissertação de Mestrado.

No meu trabalho final estou a analisar as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal e daí que eu gostaria de ter uma visão da Sra. acerca do assunto, principalmente no que diz respeito às relações atuais entre os dois países.

Para mim seria uma honra incluir no meu trabalho uma visão de uma personalidade tão importante e que conhece de forma pormenorizada todos os meandros da política cabo-verdiana.

Aproveito também para deixar aqui o meu correio eletrónico que é edmoreira25@hotmail.com o meu contacto telefónico que é 964743466, para eventuais contactos.

Agradecendo antecipadamente a atenção da V.Ex.^a, apresento os meus cumprimentos.

Edmilson de Jesus Vaz Moreira

Lisboa, 14 de setembro de 2015

Apêndice II

Carta dirigida à atual Cônsul Geral de Cabo Verde

De Edmilson Moreira

Para:

ednamarta@embcv.pt;

qua 02-12-2015 09:33

Excelentíssima Senhora Cônsul Geral de Cabo Verde.

O meu nome é Edmilson Moreira, estudante cabo-verdiano do Mestrado em Diplomacia e Relações internacionais.

Neste momento estou a concluir a dissertação intitulada “as relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade”.

Considero importante ouvir a sua opinião sobre esta temática. Por isso, solicito que me conceda uma entrevista e disponibilize-me a enviar-lhe o respetivo guião.

Certo de que a Vossa Excelência não deixará de ter em conta este meu pedido, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Edmilson Moreira.

Lisboa, 02 de dezembro de 2015

Apêndice III

Carta de Recomendação

José Filipe Pinto, Professor Catedrático com Agregação em Ciência Política na especialidade de Lusofonia, confirma a sua condição de orientador do mestrando Edmilson de Jesus Vaz Moreira, atualmente a desenvolver a dissertação intitulada «As relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade».

Informa, ainda, que a referida dissertação se enquadra no Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais da ULHT e que, no âmbito desta investigação, foi decidido que o mestrando proceda a entrevistas a personalidades conhecedoras da Diplomacia de Cabo Verde. Face à pertinência da temática em estudo, agradece a atenção que as individualidades contatadas dispensem a este projeto.

José Filipe Pinto

Lisboa, 21 de outubro de 2015

Apêndice IV

Guião da entrevista

Guião utilizado para entrevistar André Corsino Tolentino no âmbito do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais para a dissertação de Mestrado intitulada “As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade”.

- Como caracteriza as relações entre Portugal e Cabo Verde na fase do partido único?

- Houve uma continuidade ou descontinuidade aquando da passagem de PAIGC para o PAICV?

- A abertura ao multipartidarismo teve consequências a nível do relacionamento bilateral?

- Qual é a sua opinião sobre o papel desempenhado por Portugal enquanto membro da União Europeia no relacionamento entre o arquipélago e a União Europeia?

- Como caracteriza o atual relacionamento entre os dois países?

- Que futuro traça para a evolução das relações entre Portugal e Cabo Verde?

André Corsino Tolentino

Lisboa, 02 de outubro de 2015

Apêndice V

Guião da Entrevista

Guião utilizado para entrevistar Eugénio Anacoreta Correia no âmbito do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais para a dissertação de Mestrado intitulada “As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade”.

- Como caracteriza as relações entre Portugal e Cabo Verde na fase do partido único?

- Houve uma continuidade ou descontinuidade aquando da passagem de PAIGC para o PAICV?

- A abertura ao multipartidarismo teve consequências a nível do relacionamento bilateral?

- Qual é a sua opinião sobre o papel desempenhado por Portugal enquanto membro da União Europeia no relacionamento entre o arquipélago e a União Europeia?

Como avalia a cooperação entre os dois países ao longo dos quarenta anos da independência do arquipélago?

- Como caracteriza o atual relacionamento entre os dois países?

- Que futuro traça para a evolução das relações entre Portugal e Cabo Verde?

Eugénio Anacoreta Correia

Lisboa, fevereiro de 2016

Apêndice VI

Guião da Entrevista

Guião utilizado para entrevistar Manuel Correia no âmbito do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais para a dissertação de Mestrado intitulada “As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade”.

- Como caracteriza as relações entre Portugal e Cabo Verde na fase do partido único?

- Houve uma continuidade ou descontinuidade aquando da passagem de PAIGC para o PAICV?

- A abertura ao multipartidarismo teve consequências a nível do relacionamento bilateral?

- Qual é a sua opinião sobre o papel desempenhado por Portugal enquanto membro da União Europeia no relacionamento entre o arquipélago e a União Europeia?

Como avalia a cooperação entre os dois países ao longo dos quarenta anos da independência do arquipélago?

- Como caracteriza o atual relacionamento entre os dois países?

- Que futuro traça para a evolução das relações entre Portugal e Cabo Verde?

Augusto Manuel Correia

Lisboa, janeiro de 2016

Apêndice VII

Entrevista de André Corsino Tolentino

Entrevista realizada em setembro de 2015 pelo Dr. Edmilson Moreira ao Doutor André Corsino Tolentino, investigador e antigo Embaixador de Cabo Verde em Portugal para a Dissertação de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais

Como caracteriza as relações entre Portugal e Cabo Verde na fase do partido único?

As relações entre Portugal e Cabo Verde reiniciaram no quadro do 25 de Abril de 1974 e evoluíram desde então. Em Agosto de 1975, na qualidade de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, chefeei a primeira delegação do governo de Cabo Verde independente a Lisboa, com a missão de tomar o pulso às autoridades da antiga metrópole e abordá-las sobre a questão dos cabo-verdianos que tinham de sair de Angola e não podiam vir todos para Cabo Verde. A iniciativa teve sucesso e o diálogo continuou a caracterizar a relação. Mais tarde, o acordo cambial mostrou que havia mais cooperação do que competição entre os dois Estados. Presto uma homenagem pessoal ao Dr. Jorge Ferro Ribeiro, pai, ao Dr. Alberto Leite e aos milhares de cabo-verdianos residentes em Portugal.

Houve uma continuidade ou uma descontinuidade aquando da passagem de PAIGC para o PAICV?

Durante os 40 anos passados desde 1975, nunca houve descontinuidade no relacionamento entre Portugal e Cabo Verde, mas houve momentos altos e baixos como em todas as relações entre Estados soberanos. Essa continuidade é uma particularidade que explica como é possível fazer muito com poucos recursos. Em 1980, o PAICV emergiu como consequência do golpe de Estado na Guiné Bissau. Portugal reconheceu que esse motivo era sério e não podia afetar a relação bilateral. Assim foi e até hoje Portugal continua apostado na viabilização de Cabo Verde. Note-se que o PAICV resultou da adaptação do ramo nacional do PAIGC, que tinha características próprias, à nova conjuntura interna e externa. Praticamente não se registaram alterações programáticas de relevo, mas procurou-se imprimir mais eficácia à governação das ilhas, da emigração e das relações exteriores.

A abertura ao multipartidarismo teve consequências a nível do relacionamento bilateral?

Partilho dois pensamentos sobre esta temática. Primeiro, o relacionamento não mudou muito, porque os recursos mobilizáveis e as áreas de intervenção bilateral já eram significativos e, diga-se o que se disser, depois da mudança política, a mesma elite continuou no poder em Cabo Verde; segundo, a nível bilateral, os governos emergiram dos ideais do 25 de Abril de 1974, que em resumo, significavam democracia representativa, com mais ou menos reformas. Em termos simbólicos e de organização, o multipartidarismo trouxe um relacionamento mais descontraído e ajustável entre os dois países e nas relações internacionais de Cabo Verde, em geral. Estamos a falar do enfoque no eixo bilateral, assim como das relações entre os Estados, os sectores privados e as organizações da sociedade civil. Com esta perspectiva, a religião tinha de contar e contou. A resposta é sim, a mudança de regime político teve consequências positivas nas relações internacionais de Cabo Verde.

Qual é a sua opinião sobre o papel desempenhado por Portugal enquanto membro da União Europeia no relacionamento entre o arquipélago e aquela organização regional?

O papel de Portugal tem sido positivo. Transferiu as consequências do acordo cambial de Lisboa para Bruxelas e colaborou na criação de Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde, um projeto gerador de um ambiente favorável. Por outro lado, Portugal tem sido um parceiro de Cabo Verde na exploração dos recursos e dos canais acessíveis. A mobilidade total é materialmente aplicável aos cerca de 500 mil cabo-verdianos residentes no arquipélago, mas nem a conjuntura, nem as regras do jogo das migrações ajudam, há que ter ciência e paciência. Entretanto, precisaremos de muita especialização e criatividade.

Como caracteriza o atual relacionamento entre os dois países?

O atual relacionamento político, económico e cultural é bom, mas com muitos riscos em relação ao futuro. Apesar do sucesso do esforço de afirmação económica e social ao longo dos 40 anos de independência, o futuro parece inseguro e particularmente dependente de Portugal, que como sabemos não é o paraíso. O salto necessário requer mais análise, melhor conhecimento das realidades e interesses

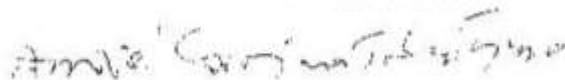
nacionais, mais franqueza e mais responsabilidade. A exploração comum da economia azul e do Atlântico são capitais importantes para a cooperação nos próximos anos.

Que futuro traça para a evolução das relações entre os dois países?

O futuro será bom, porque o Estado, o primado do direito e a democracia representativa estão consolidados e em ambos os lados dos países e regiões, transformando a cooperação numa necessidade. Contudo, Estados de direito e democráticos, com imperfeições velhas e novas, não bastam. Faltam competências, números e responsabilização para essa construção comum.

Confirmo o conteúdo da entrevista e autorizo que a mesma faça parte, como apêndice, da Dissertação de Mestrado intitulada "As relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 até à atualidade".

Lisboa, 02 de Outubro de 2015



Doutor André Corsino Tolentino

50. Avenida da Boa Vista, Palmarejo, cidade da Praia, Cabo Verde

Tolentino.corsino@gmail.com

Apêndice VIII

Entrevista

Entrevista realizada em 02 de fevereiro 2016, a Eugénio Anacoreta Correia, antigo Embaixador de Portugal em Cabo Verde e cidadão Honorário de Cabo Verde, para a dissertação de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais intitulada “As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade.

- Como caracteriza as relações entre Portugal e Cabo Verde na fase do partido único?

As relações entre Cabo Verde e Portugal na fase do partido único foram boas, sempre foram boas. Entre os dois países e os dois povos há uma relação de grande afetividade que ultrapassa as contingências da História. Foi uma relação estável e transversal a várias áreas.

- Houve uma continuidade ou descontinuidade aquando da passagem de PAIGC para o PAICV?

Aquando da passagem do PAIGC para o PAICV as relações entre os dois países mantiveram-se no nível que tinham. Foi entendido que se tratava de uma questão interna que não deveria ter repercussão na relação com Portugal.

Lembro-me que no tempo em que o Prof. Cavaco Silva foi Primeiro-Ministro houve um incremento das relações entre Portugal e as suas antigas possessões com a organização de reuniões de Comissões Mistas de Cooperação com vista a fomentar o diálogo e a aproximar esses povos unidos pela língua e pela História. A primeira dessas reuniões foi feita com Cabo Verde, depois houve também uma Comissão Mista com a Guiné-Bissau.

- A abertura ao multipartidarismo teve consequências a nível do relacionamento bilateral?

Sim, teve consequências a vários níveis.

A boa relação entre os dois países foi desenvolvida com o facto de ambos passarem a coincidir na defesa dos ideais democráticos, dos direitos humanos, do Estado de Direito, do respeito e tolerância para com a diferença.

É importante referir que além do relacionamento oficial entre as autoridades dos dois países, havia também um óptimo relacionamento pessoal entre os decisores políticos portugueses e a elite governativa cabo-verdiana. Essas personalidades conheciam-se bem e tinham, umas pelas outras, um respeito e consideração muito grandes.

Mascarenhas Monteiro, que foi o primeiro Presidente da República de Cabo Verde no período multipartidário, Carlos Veiga que foi o primeiro Chefe de Governo saído de eleições livres, além de muitos outros dirigentes cabo-verdianos, tinham estudado em Portugal, conheciam a realidade política portuguesa e eram amigos de personalidades influentes da vida política portuguesa.

A abertura democrática fez regressar a Cabo Verde personalidades com vidas profissionais firmadas e consideradas em Portugal e que, com a sua experiência e as amizades que tinham, foram fundamentais para as mudanças que se registaram em Cabo Verde. Cito os nomes de Gustavo Araújo, Úlpio Fernandes, João Higino e Manuel Chantre (que o PAICV considerava serem IT-importação temporária) que integraram o primeiro governo liderado por Carlos Veiga.

E também o atual Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, estudou e lecionou em Portugal e conhece muitas pessoas influentes da vida política portuguesa.

Ou seja, os dois países, além de partilharem os mesmos valores e princípios e defenderem modelos de organização política também idênticos, tinham a interpretar e aplicar esses ideais pessoas que se conheciam e estimavam. Todos esses aspetos ajudaram na consolidação das relações

- Qual é a sua opinião sobre o papel desempenhado por Portugal enquanto membro da União Europeia no relacionamento entre o arquipélago e a União Europeia?

A relação entre Cabo Verde e a União Europeia, que remonta a 1977 quando o país aderiu à I Convenção de Lomé, ainda nos tempos da CEE, foi sempre excelente.

Teve, porém, um significativo incremento a partir do final dos anos 90 do século passado e Portugal desempenhou um papel importante nesse processo.

Quando fui Embaixador, promovi, na condição de representante da presidência da EU, as primeiras reuniões na Cidade da Praia entre todos os embaixadores comunitários acreditados em Cabo Verde (a maioria residia em Dakar) com o intuito de incrementar o relacionamento do país com a União Europeia. Esses encontros contribuíram para a mobilização de apoios vários e, em particular, para os que ajudaram a aliviar a dívida interna de Cabo Verde

O Acordo de Cooperação Cambial assinado entre Portugal e Cabo Verde em 13 de Março de 1998 estabeleceu uma paridade cambial fixa entre o escudo cabo-verdiano e o escudo português, e posteriormente com o Euro, abriu a economia e reforçou a confiança nas empresas que querem investir no arquipélago nos diversos sectores

Esse Acordo é um exemplo da excelência das relações entre os dois países e do empenhamento político e pessoal dos seus líderes, (designadamente dos Primeiros Ministros Carlos Veiga e António Guterres e de Sousa Franco, Ministro das Finanças de Portugal) no reforço das relações luso-cabo-verdianas e, através delas, na maior aproximação entre Cabo Verde e a União Europeia.

Um facto curioso a referir, a propósito deste Acordo, é que, na cerimónia da sua assinatura participaram, Carlos Veiga e António Guterres, através do que foi a primeira vídeo conferência entre membros dos governos dos dois países.

Sempre defendi uma relação especial entre a União Europeia e Cabo Verde dado, por um lado, as características geográficas, sociais, culturais, políticas do arquipélago e, por outro, a sua envolvente africana de vizinhança. Fi-lo enquanto Embaixador, depois de ter saído de Cabo Verde como Presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa e, mais tarde, quando se começou a considerar a hipótese de uma Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia.

Quando Onésimo Silveira veio para Lisboa como Embaixador, retomámos conversas antigas tidas em Cabo Verde e, a seu pedido, promovi um encontro com Freitas do Amaral, onde se discutiu a possibilidade de Cabo Verde poder relacionar-se com a UE no quadro de um estatuto especial. Este assunto conheceu uma evolução no sentido pretendido por Cabo Verde durante o tempo em que Freitas do Amaral chefiou a diplomacia portuguesa e teve a sua positiva conclusão com a empenhada intervenção do Deputado Europeu José Ribeiro e Castro.



Como avalia a cooperação entre os dois países ao longo dos quarenta anos da independência do arquipélago?

É excelente e acontece em todos os domínios da vida política e social. Além de uma cooperação oficial e que envolve todos os ministérios, há cooperação descentralizada entre municípios e entre organizações da sociedade civil (ONGD, sindicatos, empresas, clubes desportivos, etc.). Arrisco dizer que não há setor onde não existam relações de cooperação entre Cabo Verde e Portugal.

Dou alguns exemplos de como essa cooperação se traduz em benefícios direto para a população:

Em São Vicente, a eletrificação da estrada que liga a cidade ao aeroporto, o ginnodesportivo, um bairro social tiveram um grande apoio da Câmara Municipal de Oeiras que também interveio em projetos de eletrificação de vias públicas em Santo Antão.

A UCCLA colaborou com a Câmara Municipal da Praia no combate à epidemia de dengue. No quadro dos acordos de geminação entre as duas cidades, Coimbra enviou para Mindelo veículos escolares e Torres Novas apoiou Ribeira Grande com instalações e equipamentos para Bombeiros com vista a melhorar o desempenho das suas funções.

Exemplos destes com muitos outros intervenientes, poderiam ser citados em numerosos setores.

- Como caracteriza o atual relacionamento entre os dois países?

O atual relacionamento é muito bom, intenso e cobre praticamente todos os aspetos da vida política e social.

Cabo Verde e Portugal fazem parte de várias organizações de carácter político, económico, social, cultural, humanitário, e têm sabido aproveitar essa oportunidade para consolidar as suas relações de parceria.

- Que futuro traça para a evolução das relações entre Portugal e Cabo Verde?

Vão-se intensificar e vão-se diversificar. Por exemplo no âmbito da CPLP os dois países podem estreitar os seus laços políticos, económicos, sociais e culturais em programas e projetos trilaterais (Cabo Verde, Portugal e país terceiro) que terão resultados muito superiores aos da simples adição das participações individuais.

Cabo Verde possui uma característica peculiar que o identifica e o diferencia dos outros países. Possui, ao mesmo tempo, uma componente cultural e social europeia, brasileira e africana e deve explorar esse facto afirmando a sua identidade essencialmente atlântica e a sua maneira de ser e de estar no contexto das nações democráticas.

Confirmo o conteúdo da entrevista e autorizo que a mesma faça parte, como apêndice, da dissertação de Mestrado intitulada, “As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade”.



Embaixador Eugénio Anacoreta Correia

Lisboa, 02 de fevereiro de 2016

Apêndice IX

Augusto Manuel Correia

Entrevista

Entrevista realizada em janeiro de 2016 ao Prof. Doutor Manuel Correia, (ex-Presidente do IPAD- Instituto Português do Apoio Ao Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal) para a dissertação de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais intitulada “As Relações Político-Diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade.

- Como caracteriza as relações entre Portugal e Cabo Verde na fase do partido único?

***R:** Creio que decorreram com toda a normalidade. Tive a oportunidade de estar a coordenar cursos de Bacharelato em Agronomia ainda nessa fase e tudo correu muito bem dentro de um espírito de entre ajuda que registo com saudade.*

- Houve uma continuidade ou descontinuidade aquando da passagem de PAIGC para o PAICV?

Augusto Manuel Conia

R: Tendo participado activamente em projectos de cooperação com Cabo Verde antes e depois, sinto que não me apercebi de qualquer modificação. As diferenças de poderão ter havido ficam-se a dever mais às pessoas que estavam à frente dos projectos e não se prendiam com aspectos políticos. Nunca senti qualquer constrangimento antes ou depois.

- A abertura ao multipartidarismo teve consequências a nível do relacionamento bilateral?

R: Talvez tenham havido mais nas palavras do que nos actos. Embora todos comunguem que a entrada no multipartidarismo trouxe a Cabo Verde um novo elan na comunidade internacional, e isso creio mesmo que aconteceu, no que a Portugal diz respeito creio que na realidade o relacionamento continuou com dantes – muito bom.

- Qual é a sua opinião sobre o papel desempenhado por Portugal enquanto membro da União Europeia no relacionamento entre o arquipélago e a União Europeia?

R: Como Presidente do IPAD acompanhei o SENECA João Cravinho várias vezes a Bruxelas para com o Sr

Augusto Manuel Gouveia

Ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde e o seu Embaixador Wanhon defendermos junto da Comissão a necessidade de uma parceria especial de Cabo Verde coma União Europeia. Dentro do âmbito da nossa presidência, promovemos em Bruxelas uma reunião com os ministros europeus para o desenvolvimento onde estiveram presentes as autoridades de Cabo Verde para reafirmarem a importância da parceria especial com Cabo Verde e o que é que o país já tinha feito para a merecer. Creio honestamente que tivemos um papel decisivo mas só as autoridades cabo-verdianas poderão dizer se tenho ou não razão.

Como avalia a cooperação entre os dois países ao longo dos quarenta anos da independência do arquipélago?

***R:** Muito boa e com impacto no desenvolvimento do país. As autoridades de Cabo Verde, enquanto tive responsabilidades na cooperação portuguesa foram sempre um interlocutor válido na definição das prioridades e nas discussões que mantivemos sobre essas mesmo prioridades. Embora possamos sempre fazer melhor e admitindo que alguns erros tenham sido feito*

Augusto Manuel Conica

creio honestamente que o resultado pode deixar os dois países orgulhosos.

- Como caracteriza o atual relacionamento entre os dois países?

R: tanto quanto me é dado acompanhar creio que é muito bom. A escolha de Cabo Verde para primeiro país a visitar desde que António Costa é primeiro ministro de Portugal e o discurso que ele fez à chegada indicia que o relacionamento é excelente. Neste ponto, o facto de o 1º Ministro de Cabo Verde ter festejado o dia de Cabo Verde algumas vezes em Portugal deu a muitos mais portugueses a dimensão da amizade entre os dois povos.

- Que futuro traça para a evolução das relações entre Portugal e Cabo Verde?

R: não vejo razões para que ocorra qualquer deterioração nas relações mas para isso as relações terão que continuar a ser regadas por ambas autoridades mas não é difícil prever que as relações se manterão a um nível muito bom. O mundo está cada vez mais em profundas mudanças pelo que é preciso estar pronto para qualquer alteração a que seja preciso dar resposta.

Confirmo o conteúdo da entrevista e autorizo que a mesma faça parte, como apêndice, da dissertação de mestrado intitulada "As relações político-diplomáticas entre Cabo Verde e Portugal desde 1975 à atualidade"

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2016

Prof. Doutor Augusto Manuel Correia

A handwritten signature in dark ink, reading "Augusto Manuel Aguiar da Costa". The signature is written in a cursive, flowing style.

Apêndice X

Tradução dos poemas “*5 di Julho*” e “*Labanta braço*”, do crioulo Cabo-verdiano para o português de Portugal.

Poema *5 di Julho* - (5 de Julho), autor Manuel d’Novas

Meu irmão

Já somos livres e independentes

Deixa-me te dar um grande abraço

Um abraço de um homem livre

Vou-te dar minha morabeza de um cabo-verdiano

Um grande abraço ó camarada

Um abraço de um homem livre

5 de Julho

Grande dia para a nossa terra

Um novo sol já nasceu no horizonte

Para vir iluminar esse Cabo Verde Novo e independente

Livre de corrente de colonialismo e humilhação que vivemos

Para iluminar a inteligência dos nossos filhos

Para construírem um grande país, respeitado por todo mundo.

Poema *Labanta Braço* - (Levante o braço), autor Alcides Brito

Levante o braço e grite a tua liberdade

Levante o braço e grite a tua liberdade

Levante o braço e grite a tua liberdade

Levante o braço e grite a tua liberdade

Grite, povo independente

Grite, povo libertado

Cinco de Julho é sinónimo de liberdade

Cinco de Julho caminho aberto para a felicidade

Grite, “viva Cabral”

Honra, combatentes da nossa terra.

Anexos

Anexo I

Quadro 1. Acordos Bilaterais assinados entre a República de Cabo Verde e a República de Portugal entre 1974 e 2004

PAÍS	N.º	REGISTO LOMB	NATUREZA	DOMÍNIO
Portugal	1	1974	Bilateral	
Portugal	1	1975	Bilateral	Pescas
Portugal	2	1975	Bilateral	Cooperação e Amizade
Portugal	3	1975	Bilateral	Cooperação
Portugal	4	1975	Bilateral	Aéreo
Portugal	5	1975	Bilateral	Aéreo
Portugal	1	1976	Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	2	1976	Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	9	1976	Bilateral	Correios
Portugal	9	1976	Bilateral	Comunicação Social
Portugal	10	1976	Bilateral	Aéreo
Portugal	11	1976	Bilateral	Marítimo
Portugal	12	1976	Bilateral	Migração
Portugal	14	1976	Bilateral	Judiciário
Portugal	15	1976	Bilateral	Financeira
Portugal	16	1976	Bilateral	Migração
Portugal	17	1976	Bilateral	Administração Pública
Portugal	17	1976	Bilateral	Administração Pública
Portugal	18	1976	Bilateral	Financeira
Portugal	19	1976	Bilateral	Financeira
Portugal	20	1976	Bilateral	Financeira
Portugal	21	1976	Bilateral	Financeira
Portugal	22	1976	Bilateral	Financeira
Portugal	23	1976	Bilateral	Marítimo
Portugal	24	1976	Bilateral	Diplomático
Portugal	25	1976	Bilateral	Marítimo
Portugal	25-A	1976	Bilateral	Saúde
Portugal	26	1976	Bilateral	Migração
Portugal	2	1977	Bilateral	Cultural
Portugal	3	1977	Bilateral	Consular
Portugal	4	1977	Bilateral	Comunicação Social
Portugal	5	1977	Bilateral	Comercial

*Fonte: Embaixada de Cabo Verde em Portugal, disponível em http://embcv.pt/ficheiros/Tratados_%20Acordos.pdf, consultado em Março de 2016

Portugal	6	1977		Bilateral	Pescas
Portugal	7	1977		Bilateral	Marítimo
Portugal	8	1977		Bilateral	Correios
Portugal	9	1977		Bilateral	Correios
Portugal	11	1977		Bilateral	Telecomunicações
Portugal	43	1977		Bilateral	Marítimo
Portugal	6	1978		Bilateral	Comunicado
Portugal	0	1979		Bilateral	Comunicado
Portugal	1	1979		Bilateral	Comunicação Social
Portugal	2	1979		Bilateral	Admin. Pública
Portugal	11	1979		Bilateral	Comunicado
Portugal	0	1979		Bilateral	Cooperação
Portugal	28	1979		Bilateral	Ensino
Portugal	29	1979		Bilateral	Cooperação
Portugal	30	1979		Bilateral	Consular
Portugal	31	1979		Bilateral	Saúde
Portugal	32	1979		Bilateral	Cultural
Portugal	33	1979		Bilateral	Correios
Portugal	0	1979		Bilateral	Comunicado
Portugal	2	1980		Bilateral	Comunicado
Portugal	12	1980		Bilateral	Vistos
Portugal	13	1980		Bilateral	Pescas
Portugal	14	1980		Bilateral	Comercial
Portugal	21	1980		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	25	1980		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	37	1980		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	0	1980		Bilateral	Comunicado
Portugal	10	1981		Bilateral	Segurança Social
Portugal	11	1981		Bilateral	Judiciário
Portugal	12	1981		Bilateral	Judiciário
Portugal	14	1981		Bilateral	Segurança Social
Portugal	14	1981		Bilateral	Segurança Social
Portugal	17	1981		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	0	1981		Bilateral	Comunicado
Portugal	19	1982		Bilateral	Administração Pública
Portugal	27	1982		Bilateral	Cooperação Técnica

Portugal	20	1982		Bilateral	Judiciário
Portugal	28	1982		Bilateral	Comunicação Social
Portugal	28	1982		Bilateral	Comunicação Social
Portugal	0	1983		Bilateral	Comunicado
Portugal	3	1983		Bilateral	Comunicado
Portugal	3	1983		Bilateral	Cooperação
Portugal	0	1985		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	0	1985		Bilateral	Comunicado
Portugal	16	1985		Bilateral	Segurança Social
Portugal	17	1985		Bilateral	Cooperação
Portugal	1	1987		Bilateral	Comunicado
Portugal	14	1987		Bilateral	Cooperação
Portugal	3	1988		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	6	1988		Bilateral	Comunicado
Portugal	7	1988		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	8	1988		Bilateral	Agrícola
Portugal	9	1988		Bilateral	Ensino
Portugal	10	1988		Bilateral	Comunicação Social
Portugal	11	1988		Bilateral	Defesa
Portugal	11	1988		Bilateral	Defesa
Portugal	12	1988		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	13	1988		Bilateral	Agrícola
Portugal	14	1988		Bilateral	Cinematográfico
Portugal	15	1988		Bilateral	Marítimo
Portugal	16	1988		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	17	1988		Bilateral	Cultural
Portugal	5	1989		Bilateral	Administração Pública
Portugal	12	1990		Bilateral	Cooperação
Portugal	13	1990		Bilateral	Investimentos
Portugal	14	1990		Bilateral	Cooperação
Portugal	15	1990		Bilateral	Agrícola
Portugal	10	1992		Bilateral	Pescas
Portugal	10	1992		Bilateral	Pescas
Portugal	16	1992		Bilateral	Cooperação
Portugal	17	1992		Bilateral	Estatística
Portugal	18	1992		Bilateral	Cooperação Técnica

Portugal	6	1993		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	7	1993		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	8	1993		Bilateral	Seguros
Portugal	0	1994		Bilateral	Comunicação Social
Portugal	1	1995		Bilateral	Estatística
Portugal	0	1995		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	9	1997		Bilateral	Cooperação
Portugal	10	1997		Bilateral	Cultural
Portugal	11	1997		Bilateral	Cultural
Portugal	12	1997		Bilateral	Cooperação
Portugal	13	1997		Bilateral	Ensino
Portugal	14	1997		Bilateral	Cultural
Portugal	15	1997		Bilateral	Migração
Portugal	16	1997		Bilateral	Consular
Portugal	17	1997		Bilateral	Ajuda Alimentar
Portugal	18	1997		Bilateral	Comunicação Social
Portugal	19	1997		Bilateral	Cultural
Portugal	20	1997		Bilateral	Cooperação
Portugal	21	1997		Bilateral	Defesa
Portugal	22	1997		Bilateral	Cooperação
Portugal	30	1997		Bilateral	Cultural
Portugal	0	1997		Bilateral	Judiciário
Portugal	0	1998		Bilateral	Cooperação
Portugal	14	1998		Bilateral	Rodoviário
Portugal	0	1998		Bilateral	Financeira
Portugal	0	1998		Bilateral	Cooperação
Portugal	0	1999		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	1	1999		Bilateral	Pescas
Portugal	2	1999		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal	0	1999		Bilateral	Fiscal
Portugal	0	1999		Bilateral	Ajuda Emergência
Portugal	0	1999		Bilateral	Financeira
Portugal	0	1999		Bilateral	Comunicado
Portugal	0	1999		Bilateral	Cooperação
Portugal	0	1999		Bilateral	Judiciário
Portugal		1999		Bilateral	Administração Pública

Portugal	0	2000		Bilateral	Financeira
Portugal	9	2001		Bilateral	Segurança Social
Portugal	20	2001		Bilateral	Financeira
Portugal	21	2001		Bilateral	Financeira
Portugal		2002		Bilateral	Cooperação
Portugal		2002		Bilateral	Cooperação Técnica
Portugal		2002		Bilateral	Cooperação
Portugal		2002		Bilateral	Cooperação
Portugal	0	2003		Bilateral	Cooperação
Portugal		2003		Bilateral	Saúde
Portugal	1	2003		Bilateral	Aéreo
Portugal	2	2003		Bilateral	Cooperação
Portugal	3	2003		Bilateral	Coopera
Portugal	4	2003		Bilateral	Coopera
Portugal		2003		Bilateral	Judiciário
Portugal		2004		Bilateral	Aéreo

Anexo II

Quadro 2- A política de Acordos entre Portugal e Cabo Verde

Número de bolsas de estudo para o Ensino Superior, ano letivo (1973-1974) – (1977-1978)

Ano letivo	Número de bolsas de estudo	Montante de cada fração mensal
1973/1974	+/-100	...
1974/1975	88	...
1975/1976	50	2.500\$00
1976/1977	75	3.000\$00
1977/1978	100	4.000\$00

*Fonte: Arquivo Histórico Diplomático do MNE, Secção PAA. (Política, África, Ásia)